



IEG-E

Índice de Efetividade da Gestão Estadual

Manual 2018



Composição

Dezembro de 2017

Presidente

Sidney Estanislau Beraldo

Vice-Presidente

Renato Martins Costa

Corregedor

Antonio Roque Citadini

Conselheiros

Edgard Camargo Rodrigues

Robson Marinho

Cristiana de Castro Moraes

Dimas Eduardo Ramalho

Coordenação

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Supervisão

Secretário-Diretor Geral Sérgio Ciquera Rossi

Elaboração

Divisão AUDESP

Diretoria de Contas do Governador

Diretoria de Tecnologia da Informação

Colaboração

Revista do TCESP

Coordenadoria de Comunicação Social

Apresentação

O Brasil vive um momento histórico. De crise, mas também de oportunidades. Se as denúncias de corrupção chocam, o que parece ser o início de um processo que levará ao fim da impunidade, nos dá esperanças de que os tempos são outros e promissores.

Movidos pela indignação diante de tantas denúncias de irregularidades e desvios de recursos, os brasileiros hoje reivindicam acesso a informações para poder vigiar os governos, avaliar os resultados das políticas públicas e cobrar os gestores eleitos democraticamente. Essa é uma exigência legítima e indispensável para o bom funcionamento do controle social e das instituições republicanas.

Em um cenário como esse, a atividade de auditoria das administrações requer dos órgãos de fiscalização mais do que a aferição da legalidade das normas de execução orçamentária e de regularidade de despesas. É preciso investigar o resultado de todas essas práticas.

Por isso, em 2015, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em uma iniciativa pioneira no país, criou o Índice de Efetividade da Gestão Municipal, IEG-M. Examinando sete esferas de atuação pública - educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, proteção aos cidadãos (quesitos ligados à defesa civil) e governança em tecnologia da informação - o indicador mede a correspondência das ações dos governos às demandas dos cidadãos.

Em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, o levantamento, depois de interpretado, contribuiu para o aumento de eficiência do controle externo. A partir da análise dos dados produzidos, podemos agora detectar setores que merecem maior vigilância da ação fiscalizatória.

Os números apurados ainda se mostraram úteis para prefeitos e vereadores, que têm usado o IEG-M como mecanismo de mensuração de políticas, correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento.

A repercussão da iniciativa estimulou a implementação do IEG-M/Brasil, o que atualmente permite um estudo comparativo do desempenho de mais de 80% das prefeituras de vários Estados.

A relevância do projeto foi reconhecida até mesmo pela ONU, que, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), assinou uma parceria com o Tribunal de Contas para o uso do IEG-M como ferramenta oficial da organização para o monitoramento de ações municipais no Estado de São Paulo.

Diante desse sucesso, países como a Argentina e Angola também já demonstraram interesse em adotar a metodologia.

Mas era hora de ir além. Afinal o TCESP é responsável pela auditoria não só das 644 prefeituras, mas também do governo do Estado. Por isso, temos o enorme prazer de lançar este ano o IEG-E, Índice de Efetividade da Gestão Estadual, que medirá a eficiência da administração paulista.

Depois de um ano de trabalho incansável, nossos técnicos - reunidos com representantes da sociedade civil, do governo e das universidades - definiram a metodologia mais adequada para aferir as políticas públicas do governo do Estado.

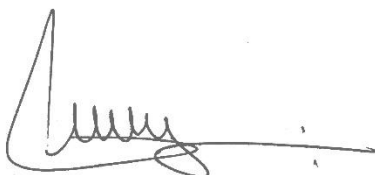
Analisando 342 quesitos relacionados às áreas da educação, saúde, planejamento, gestão fiscal e segurança pública, esperamos mais uma vez poder colaborar no aprimoramento da atividade de fiscalização externa e, conseqüentemente, do serviço público.

Assim como já ocorre com o IEG-M, todos os dados produzidos pelo IEG-E serão disponibilizados aos cidadãos de maneira clara e objetiva em um site. Uma contribuição valiosa para a transparência e o controle social.

Mas nada disso teria sido possível sem a ajuda das Secretarias Estaduais da Educação, Saúde, Planejamento e Gestão, Fazenda, Segurança Pública, das Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, da Fundação Seade, do Instituto Sou da Paz, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, da Universidade Federal do ABC (UFABC), Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP), Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), dos servidores do Tribunal de Contas e de especialistas de diversas áreas das cinco dimensões que compõem o índice.

Só atuando de maneira integrada, movidos pelo intercâmbio de boas práticas e experiências entre todos os setores da sociedade, poderemos construir soluções duradouras para um país tão complexo quanto o Brasil. Por isso, agradeço o empenho e a dedicação de todos os envolvidos neste projeto.

Espero que o IEG-E alcance os mesmos padrões de excelência do IEG-M para que, como órgão de controle, também possamos continuar a servir a população deste Estado com a eficiência que os paulistas desejam e merecem.



Sidney Estanislau Beraldo
Presidente

Dez./2017

Sumário

Contexto histórico atual	1
O que é o IEG-E/TCESP	3
As Dimensões do IEG-E/TCESP	5
i-EDUC/TCESP	7
i-SAÚDE/TCESP	5
i-PLAN/TCESP	6
i-FISCAL/TCESP	7
i-SEG/TCESP	9
Das sínteses das metodologias utilizadas na construção dos 5 índices temáticos – IEG-E/ TCESP	11
SÍNTESE: i-EDUC	13
SÍNTESE: i-SAÚDE	32
SÍNTESE i-PLANEJAMENTO	66
SÍNTESE: i-FISCAL	84
SÍNTESE: i-SEG	116
Composição final do IEG-E/TCESP	162
Faixas de resultado	163
Regras das faixas de resultado	164
Considerações Finais	165
Referências Bibliográficas	166

1.

Contexto histórico atual

O governo brasileiro tem enfrentado mudanças profundas na condução de suas políticas públicas, tanto pela atual situação econômica quanto pelas crescentes reivindicações da população, gerando impactos significativos na vida de todos.

As intervenções, ações e operações realizadas por autoridades públicas, independentemente de sua esfera e da sua natureza, têm impactado na forma como o Estado se torna parceiro ou não dos interesses sociais.

Se o Brasil permanece como uma das 10 maiores economias do mundo, o Estado de São Paulo contribui de forma relevante para tanto, pois possui uma grandeza econômica significativa e que deve ser considerada pelo Tribunal de Contas em suas ações de controle externo.

O atual cenário indica a necessidade de uma gestão pública voltada para resultados, cuja análise das necessidades sociais revela forte enfoque na qualidade da prestação dos serviços públicos.

É amplamente reconhecido que o controle estrito da legalidade dos atos praticados pelos agentes públicos, embora essencial à preservação dos princípios que organizam a Administração Pública, não assegura a qualidade dos serviços disponibilizados à população. Ainda que as políticas e ações de governo observem rigorosamente todos

os dispositivos legais que disciplinam sua elaboração e execução, não há garantias de que os resultados desejados serão alcançados. Falhas tanto de concepção como operacionais podem frustrar parcial ou totalmente as transformações sociais almejadas pelo programa, determinando o desperdício de parte dos recursos públicos investidos.

Num cenário que congrega enormes déficits sociais e severas restrições orçamentárias, a observância dos parâmetros estabelecidos pela Lei é claramente insuficiente; é fundamental que os serviços públicos sejam prestados de forma eficiente, eficaz e efetiva. Por essa razão, o controle externo, sem descuidar do controle da legalidade stricto sensu, tem ampliado o escopo de suas análises, de modo a abranger a avaliação dos resultados logrados pela Administração Pública.

É nesse contexto que o Tribunal de Contas propõe o índice de efetividade da gestão estadual – IEG-E/TCESP, que objetiva acompanhar o desempenho da gestão pública estadual ao longo do tempo, revelando a incidência diferenciada de suas deficiências entre as diversas regiões administrativas do Estado. Ademais, destina-se a estreitar a comunicação entre o Tribunal e a sociedade paulista, dotando-a de um instrumento que sintetiza, de maneira didática, as realizações da Administração Pública, além de contribuir para a qualificação do controle social.

2.

O que é o IEG-E/TCESP

O Índice de Efetividade da Gestão Estadual – IEG-E/TCESP mede a qualidade dos gastos do Estado e avalia as políticas e atividades públicas dos seus gestores, e apresentará, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos do Estado estão sendo alcançados de forma efetiva. Ele pode ser utilizado como mais um instrumento técnico nas análises das contas públicas, sem perder o foco do planejamento em relação às necessidades da sociedade.

O IEG-E/TCESP permite observar quais são os meios utilizados pelo Estado no exercício de suas atividades que devem ser disponibilizadas em tempo útil, nas quantidades e qualidades adequadas e ao melhor preço (economia), de modo a entender a melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos (eficiência), visando ao alcance dos objetivos específicos fixados no planejamento público (eficácia)¹.

Ele propicia também a formulação de relatórios objetivos em áreas sensíveis do planejamento público para a alta administração da Corte de Contas paulista e alimenta com dados técnicos o pessoal da fiscalização, em complementação às ferramentas hoje disponíveis.

O IEG-E/TCESP é um índice perene que proporciona visões da gestão pública para 5 dimensões da execução do orçamento público:

- Educação;
- Saúde;
- Planejamento;
- Gestão Fiscal; e
- Segurança Pública.

Essas dimensões foram selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas².

O índice é composto pela combinação dos seguintes itens:

- Dados governamentais;
- Informações levantadas a partir de questionários preenchidos pelos Órgãos Estaduais.

Essa nova tecnologia de fiscalização implica uma diferente repartição de atividades e responsabilidades em matéria de execução do orçamento, o que deve ser cuidadosamente tomado em consideração nas fases de planejamento e realização da auditoria de resultados, bem como de elaboração de relatórios que serão

1 C f. Manual de Auditoria de Resultados do Tribunal de Contas Europeu (disponível em http://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/PERF_AUDIT_MANUAL/PERF_AUDIT_MANUAL_PT.PDF).

2 A priorização considerou a jurisprudência do TCESP e as disposições normativas da Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

fornecidos aos Exmos. Conselheiros e ao pessoal de controle externo.

Apresentar os resultados da aplicação dos recursos públicos é dever do Estado, não só por sua obrigação legal, mas também para atender ao princípio da moralidade no qual deve se pautar a gestão pública, dessa forma conquistando a legitimidade de suas ações para o bem comum da sociedade.

3.

As Dimensões do IEG-E/TCESP

Após diversos estudos e atividades realizadas, foi possível apresentar os 5 índices componentes do IEG-E/TCESP, cada um baseado na respectiva dimensão da gestão pública apresentada anteriormente:

- **i-EDUC/TCESP:** Índice Estadual da Educação;
- **i-SAÚDE/TCESP:** Índice Estadual da Saúde;
- **i-PLAN/TCESP:** Índice Estadual do Planejamento;
- **i-FISCAL/TCESP:** Índice Estadual da Gestão Fiscal;
- **i-SEG/TCESP:** Índice Estadual da Segurança Pública.

de critérios idênticos ao das entidades do setor privado, outras que configuram monopólios e outras que jamais poderiam ser comparadas com as entidades do setor privado. (Cruz, 2008, p. 16/17)

Sobredita heterogeneidade é facilmente retratada na saúde, pela atuação dos três entes federativos, desde o financiamento das ações até a assistência; pela realização de ações e serviços de saúde mediante “entidades” que apresentam lógicas de gerenciamento diferentes (organizações sociais, entidades sem fins lucrativos, autarquias, fundações ou órgãos da administração direta); e pelo público alvo que pode ser um SUS dependente ou SUS não dependente.

Desta forma, o objetivo geral do i-Saúde é avaliar o exercício das responsabilidades sanitárias a cargo da gestão estadual.

Metodologia Aplicada

Os indicadores do i-SAÚDE podem ser apresentados sob duas dimensões de interpretação ou abordagem: o grau de exercício das responsabilidades sanitárias do Estado; e o desempenho decorrente dessas responsabilidades.

Entre as decisões metodológicas utilizadas para traduzir o objetivo geral em indicadores estão:

3.2 i-SAÚDE/TCESP

Objetivo

A heterogeneidade é uma das características na gestão do setor público que, dada à variedade de serviços prestados e de “entidades” de complexidade diferenciada, contrasta com o setor privado. A gestão no setor público pode envolver “entidades” que funcionam sob a influência

- avaliar o exercício das Responsabilidades Sanitárias do Estado advindas da CF/88 e CE/SP; bem como das leis orgânicas do SUS (LC nº 141/2012, Lei nº 8.080/90 e Lei nº 8.142/90), atualmente esmiuçadas na Resolução CIT nº 4/2012, e do Código de Saúde do Estado de Paulo (LC nº 791/1995);
- utilizar indicadores objetos de pactuação, presentes na Resolução CIT nº 5, de 19 de junho de 2013 (para o período 2013-2015), na Resolução CIT nº 2, de 16 de agosto de 2017 (período 2017) e na Resolução CIT nº 8, de 24 de Setembro de 2017 (para o período 2017-2021);
- utilizar vários indicadores, “para garantir que o conceito que se pretende medir esteja sendo medido e, eventualmente, diminuir o efeito negativo derivado de ter escolhido um mau indicador.” (Cohen, 2011, p. 153);
- priorizar a escolha de indicadores padronizados, já que quanto melhor forem estabelecidos e entendidos, mais duradouros serão os indicadores (Cruz, 2008, p. 34/35; 84);
- apoiar-se em indicadores com disponibilidade regular da fonte de dados, preferencialmente veiculados por sistemas e sites do Ministério da Saúde (MS) e da Secretaria Estadual da Saúde (SES/SP);
- apoiar-se em recomendações do TCE-SP ou das fiscalizações operacionais empreendidas pela DCG;
- utilizar questionário como método de coleta, aproveitando a experiência do IEG-M, além de outras estatísticas públicas; e
- direcionar a coleta, quando possível, a unidades descentralizadas, para permitir determinar a distribuição do indicador, medidas de tendência central e dispersão.

3.3 i-PLAN/TCESP

Objetivo

O índice do planejamento permitirá a avaliação do equilíbrio entre as metas atingidas comparadas às planejadas. O objetivo geral é de apurar um índice capaz de medir e informar se o Estado está atingindo, de forma efetiva, os objetivos para os quais foram aprovados os programas e recursos financeiros e orçamentários, em observância à legislação pertinente e aos princípios de responsabilidade fiscal.

É importante que os responsáveis pelo planejamento busquem o aprimoramento desta atividade governamental e, conseqüentemente, a qualidade da execução, e a transparência das ações, garantindo assim maior consistência e equilíbrio nos resultados no controle da gestão, minimizando os eventuais desequilíbrios entre metas físicas e financeiras/orçamentárias.

Assim, na formação do IEG-E incluímos a medição da aderência da execução das ações e produtos, frente ao planejamento constante das leis orçamentárias. O descompasso entre a previsão e a execução pode ser indício de fatores como a inadequação do planejamento, com a subestimação ou superestimação das metas.

Com fulcro nas apurações e, por entender que o aprimoramento é um processo contínuo e necessário e tendo como fundamento as prescrições da LRF, de que uma gestão responsável pressupõe a ação planejada e transparente, o IEG-E buscará trazer informação suficiente para diagnosticar a necessidade de melhorias constantes no planejamento governamental e, conseqüentemente, ganho de efetividade na gestão estadual.

Metodologia Aplicada

O índice é um valor agregador de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas, a fim de proporcionar, de

maneira precisa e rápida, uma conclusão sobre o tópico analisado.

O índice é formado por indicadores, que são situações avaliadas de um determinado fato. Um exemplo é o índice de inflação, no qual a variação de cada um dos produtos que constam da cesta gera um indicador. Ao agregá-los (por soma, diferença ou outro método) apura-se o resultado do índice desejado.

No presente caso, em que desejamos apurar o índice do planejamento, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- Coerência entre os resultados dos indicadores de programas X Metas dos produtos e/ou Ações (A_1);
- Equilíbrio da Execução Orçamentária – IEEO, que objetiva demonstrar a coerência entre os resultados obtidos em comparação às metas físicas e financeiras estabelecidas no planejamento orçamentário (A_2);
- Percentual de alteração do planejamento inicial (A_3);
- Respeito à previsão orçamentária para investimento (A_4);
- Qualidade do Planejamento (A_5);
- Nível de participação popular no processo de planejamento orçamentário (A_6); e
- Nível de esforço das leis orçamentárias para regionalização das políticas públicas (A_7).

3.1 i-EDUC/TCESP

Objetivo

O objetivo do i-EDUC é verificar, além do cumprimento das metas de desempenho no SARESP, a disponibilidade de uma série de recursos e o desenvolvimento de diversos processos fundamentais à qualificação do ensino oferecido nas escolas da rede pública.

O indicador objetiva demonstrar a evolução da gestão do sistema de ensino estadual à luz dos princípios definidos na Constituição Federal (art. 206), na Lei de Diretrizes e Bases, nos planos nacional e estadual de educação, nos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação e por resoluções da própria Secretaria de Educação.

Além dessas referências básicas, a construção do I-EDUC recorreu à literatura especializada sobre eficácia escolar e, ainda, às experiências fiscalizatórias acumuladas por este Tribunal, de maneira geral, e aos apontamentos das fiscalizações de natureza operacional realizadas na última década pela Diretoria das Contas de Governador (DCG), em particular.

Para tanto, o i-EDUC reuniu uma extensa série de indicadores, lastreados em referências de amplo reconhecimento social, que revelam diversos aspectos do funcionamento da rede pública estadual de ensino.

Metodologia Aplicada

Na seleção dos indicadores que compõem o índice, adotamos somente os que desvelam aspectos cuja responsabilidade pode ser atribuída exclusivamente à gestão estadual. Por essa razão, indicadores amplamente utilizados em pesquisas acadêmicas foram descartados, como, por exemplo, a taxa de analfabetismo, pois nesses casos a responsabilidade é compartilhada com as redes de ensino municipais, às quais compete prioritariamente a oferta de vagas no primeiro ciclo da Educação Básica (anos iniciais do Ensino Fundamental).

Visando a conferir maior profundidade às análises, as informações colhidas foram agrupadas por Diretorias de Ensino, quando possível. A demonstração regionalizada das condições do ensino no Estado de São Paulo contribui para o planejamento das intervenções do Poder Público,

direcionando-as prioritariamente à superação dos obstáculos localizados, que dificultam a satisfação dos padrões de qualidade definidos em normativos legais, na literatura especializada e nas recomendações formuladas por órgãos e entidades de reconhecida idoneidade técnica na área. Nesse sentido, é importante ressaltar que a garantia de condições equânimes de acesso e permanência na escola pública corresponde a um dos princípios que orientam o provimento dos serviços de educação pelo Estado (art. 3º, I, da LDB).

Vale enfatizar que a avaliação da rede pública estadual de ensino, promovida pelo i-EDUC, abrange apenas as escolas regulares das duas últimas etapas da Educação Básica: os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. As informações relativas aos anos iniciais, embora coletadas, não são consideradas na atribuição da nota individual de cada Diretoria de Ensino.

As questões formuladas para reunir as informações que compõem o i-EDUC serão dirigidas à Secretaria de Estado de Educação – SEE, aos Conselhos Estaduais de Educação – CEE e de Alimentação Escolar – CAE, Secretaria da Fazenda e, sobretudo, às Diretorias de Ensino – DE.

3.4 i-FISCAL/TCESP

Objetivo

A dimensão i-FISCAL avaliará o respeito aos limites da responsabilidade fiscal. Esta análise, conjugada com o i-plan, permitirá medir o sucesso da gestão sob a perspectiva de alcance dos objetivos traçados no planejamento das peças orçamentárias e o nível de obediência à legislação fiscal pertinente.

O MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (6ª. Edição) detalha o aspecto fiscal das contas públicas como aquele que compreende a apuração e

evidenciação, por meio da contabilidade e dos indicadores estabelecidos pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.

A LRF se apoia em quatro eixos: o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização. A preocupação do legislador é esclarecida já no §1º do artigo 1, quando recomenda a ação planejada e transparente, “em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”, o que exige controle e resulta em responsabilização.

O alcance dos objetivos da lei passam pelo cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia, inscrição em Restos a Pagar, metas fiscais, riscos fiscais e transparência. Serão estes então os aspectos tratados sob esta dimensão do IEG-E.

Metodologia Aplicada

O i-FISCAL/TCESP é também um índice que reflete o valor agregado de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas. No presente caso, em que desejamos apurar o índice da Gestão Fiscal, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- Execução Orçamentária – Análise da Receita Orçamentária (B₁);
- Execução Orçamentária – Análise da Despesa Orçamentária (B₂);
- Execução Orçamentária – Análise do Resultado primário (B₃);
- Execução Orçamentária - Análise do Serviço da Dívida em relação à Receita Corrente Líquida (B₄);

- Execução Orçamentária - Resultado Primário x Custo da Dívida (B₅);
- Percentual da taxa de investimento executada (B₆);
- Suficiência de caixa ou Resultado Financeiro (B₇);
- Análise de restos a pagar (B₈) : Análise do esforço de pagamentos de RPs (B8.1) e Análise do nível de cancelamento de RPs (B8.2);
- Despesas com pessoal – Poder Executivo (B₉); Poder Legislativo ALESP (B₁₀); Poder Legislativo TCESP (B₁₁); Poder Judiciário (B₁₂) e Ministério Público (B₁₃);
- Limites de endividamento – Dívida Consolidada Líquida (B₁₄);
- Evolução dos precatórios (B₁₅);
- Dívida Ativa – recebimento (B₁₆) e cancelamento (B₁₇);
- Responsabilidade com a Previdência Social (B₁₈);
- Transparência Fiscal (B₁₉);
- Administração e Renúncia de Receitas (B₂₀);
- Participação popular na fase de execução orçamentária (B₂₁); e
- Indicador de Qualidade do Controle Interno (B₂₂);
- Questões constitucionais e legais: Repasses duodecimais (B₂₃), Limites de gastos com pessoal (B₂₄) e Limites de endividamento (B₂₅);

3.5 i-SEG/TCESP

Objetivo

O Índice Estadual da Segurança Pública – i-Seg/TCESP foi criado para medir a qualidade do gasto público aplicado nas diversas atividades de segurança pública prestadas à população paulista.

Ele visa a mensurar o aproveitamento dos recursos públicos para o aumento da sensação de segurança da sociedade paulista, por meio de quesitos ligados à

infraestrutura, equipamentos, planejamento de atividades continuadas de polícia, ações conjuntas das Forças de Segurança, a efetividade das políticas de segurança pública na prevenção de ilícitos, na manutenção da paz e da preservação da ordem pública, na investigação do curso criminal etc.

Nesse contexto, destaca-se a importância dos órgãos componentes da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (Polícia Civil, Polícia Militar e Superintendência da Polícia Técnico-Científica), como ato reflexo da Política de Segurança estadual.

Metodologia Aplicada

A apuração do índice (i-SEG/TCESP) ocorre por meio de questionários submetidos ao Secretário de Segurança Pública e aos gestores setorializados integrantes do ciclo de polícia, a começar pelos seus dirigentes máximos.

A cada questionário é atribuído um peso, de acordo com a ordem de atuação do órgão no ciclo de polícia e a proximidade de cada unidade analisada com a população.

O Delegado-Geral e os Delegados Seccionais da Polícia Civil fornecerão os dados referentes à aplicação de recursos nas atividades de polícia judiciária e de apuração de infrações penais.

Pela Polícia Militar, além do Comandante Geral, responderão os Comandantes dos grandes Comandos de Policiamento acerca da aplicação de recursos nas atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública.

Além do Superintendente da SPTC e dos Diretores Técnicos de Departamento, os Diretores dos Núcleos de Perícia serão os responsáveis por fornecer os dados referentes à aplicação de recursos nas atividades sob sua competência.

A construção lógica dos quesitos tem foco na percepção da sensação de segurança pública paulista, por meio de critérios técnicos e objetivos, não se abstendo do foco nos índices criminais.

Entende-se que a harmonia dos órgãos de segurança na execução do ciclo completo de polícia é uma ferramenta eficaz para a diminuição dos índices criminais, por isso o planejamento individual e integrado das forças participantes deve ser abordado de maneira detalhada, encorajando a comunicação entre as forças e a formação de uma abordagem holística sobre a segurança pública. De outra parte, a extenuação das rotinas que, muitas vezes, não estão interligadas entre as corporações envolvidas, acarreta em sobreposições, retrabalhos, perda de rendimento e, conseqüentemente, na diminuição da sensação de segurança do cidadão.

Devido a sua importância para a sociedade paulista, o efetivo das três Forças de Segurança é amplamente abordado, observando-se o percentual de agentes empregados na atividade-fim e sua capacitação. Desta forma, o foco humanístico foi trazido ao indicador, juntamente com os programas de recuperação de absenteístas e de treinamento da força de trabalho empregada nas atividades mensuradas.

De forma análoga, é necessário prover os meios para garantir a efetividade do trabalho policial. Assim, o índice trata especialmente da qualidade do gasto em

segurança pública, que engloba, entre outros aspectos, a quantidade, o estado de conservação e a utilização apropriada do material, a manutenção e a disponibilidade dos equipamentos próprios das Forças Policiais, além dos insumos necessários para o desenvolvimento das atividades de polícia ostensiva, preservação da ordem pública, polícia judiciária, apuração de infrações penais e perícia criminal.

Além disso, alguns números referentes à atividade policial são utilizados para realização de análise quantitativa e comparativa sobre os eventos que influenciam a sensação de segurança percebida pela população. Deste modo, serão analisadas algumas grandezas, como boletins de ocorrência, inquéritos policiais, mandados de prisão e ilícito de grande e médio poder ofensivo.

Ademais, é necessário analisar a redução ou aumento de dados globais dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra o patrimônio e, ainda, alguns fatores sazonais que por sua natureza ou potencial ofensivo influenciem no sentimento de tranquilidade dos cidadãos paulistas.

Por fim, destaca-se a utilização de cálculos redutores, baseadas na evolução dos índices dos crimes que mais influenciam na sensação de segurança da população e na aplicação do efetivo na atividade-fim de cada órgão, com o objetivo de aferir os resultados alcançados e a efetividade dos gastos na área de segurança pública.

4.

Das sínteses das metodologias utilizadas na construção dos 5 índices temáticos – IEG-E/TCESP

Os procedimentos empregados na construção dos índices e indicadores, com seus quesitos, posicionamento e critérios finalísticos, resultam do apoio de servidores do TCESP, especialistas de outros órgãos e sociedade civil em diversas reuniões de trabalho.

Esse processo insere-se em um contexto de diálogos e discussões teórico-metodológicos que se aprofundou com a perspectiva de o TCESP buscar novas tecnologias de fiscalização concomitante e de auditoria de resultados.

Nesse aspecto, esse processo amplamente participativo adotado na construção do IEG-E/TCESP promove também o envolvimento de seus usuários imediatos e potenciais, conferindo-lhe credibilidade e validação político-institucional, possibilitando alcançarmos sua efetiva utilização nos relatórios e disponibilização de informações na Internet.

No que tange à composição temática – 5 dimensões – e às fontes de informação, o IEG-E/TCESP articula uma grande variedade dos aspectos geridos pelo gestor estadual – Educação, Saúde, Planejamento, Fiscal e Segurança Pública – que muito influenciam a qualidade de serviços e o cotidiano da sociedade paulista.

4.1 SÍNTESE: i-EDUC

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA EDUCAÇÃO

Questões Direcionadas à Secretaria Estadual de Educação

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017 (data-base: 30 de novembro), salvo disposição em contrário;
- Todas as informações solicitadas referem-se ao ensino regular.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
1. Qual a remuneração básica inicial dos professores do Estado (jornada de 40 horas semanais)?	Anos Iniciais: Anos Finais: Ensino Médio:
2. Qual a data de início do ano letivo de 2017?	
3. Qual a média de dias letivos do ano de 2017?	
4. Informe a quantidade de docentes na Secretaria de Estado da Educação em 30/11/2017 atuando como:	Professores com atribuição em sala de aula: Diretores de escola: Vice-diretores de escola: Coordenadores Pedagógicos: Professores que desempenharam outras funções de natureza pedagógica: Professores readaptados que desempenharam funções destituídas de natureza pedagógica: Professores não readaptados que desempenharam funções destituídas de natureza pedagógica: Professores afastados por licença médica.
5. Existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?	SIM
	<u>Descreva:</u>
	NÃO
6. Informe o gasto total com refeições servidas aos alunos nas unidades abrangidas pela rede centralizada em 2017:	Preparadas por empresas terceirizadas Alimentos: Mão de obra: Outros insumos:

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	Preparadas por servidores do Estado Alimentos: Mão de obra: Outros Insumos:
6.1. Informe a quantidade de refeições servidas no ano letivo de 2017:	Preparadas por empresas terceirizadas: Preparadas por servidores do Estado:
7.A Secretaria da Educação desenvolveu, em 2017, ações destinadas a identificar e a atrair para a rede pública estadual de ensino (busca ativa) alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento que permaneciam fora de qualquer sistema regular de ensino (Educação Básica)?	SIM <u>Descreva-as:</u>
	NÃO
8.A Secretaria providenciou a aquisição de material didático (livros, apostilas, etc.) para que a entrega às respectivas unidades escolares ocorresse:	Antes do início do ano letivo – 20
	Até 30 dias após o início do ano letivo – 10
	Mais de 30 dias após o início do ano letivo – 00
	Não providenciou – 00
9. Informe o IDESP do Estado de São Paulo na última edição do SARESP:	5º Ano do Ensino Fundamental: 9º Ano do Ensino Fundamental: 3º Série do Ensino Médio:
10.A Secretaria possui Arquivo Central ou Setorial de documentos (Acervo)?	SIM <u>Informe a quantidade:</u> <u>Informe a localização:</u>
	NÃO
11.Qual a situação da Secretaria em relação ao Plano de Classificação e Tabela de Temporariedade de Documentos das atividades-fim (PC e TTD-fim)?	Não possui documentos da atividade-fim
	Desconhece a TTD-fim
	Elaboração não iniciada
	Elaboração não concluída
	Elaborada e oficializada
12.Qual a forma de organização dos documentos do acervo da unidade?	Por série documental
	Por unidade produtora/setor
	Não há padrão estabelecido

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	Outros <u>Descreva:</u>
13.A unidade possui algum instrumento de busca e de recuperação de informações?	SIM <u>Qual tipo?</u> ☒ Relação ☒ Inventário ☒ Planilha ☒ Sistema ☒ Outros. Descreva:
	NÃO

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questões Direcionadas às Diretorias de Ensino

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017 (data-base: 30 de novembro), salvo disposição em contrário;
- Todas as informações solicitadas referem-se ao ensino regular.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
14. Indique o número de escolas regulares da rede pública estadual jurisdicionadas a esta Diretoria de Ensino que possuíam as seguintes etapas da Educação Básica:	Apenas Anos Iniciais:
	Apenas Anos Finais:
	Apenas Ensino Médio:
	Anos Iniciais + Anos Finais:
	Anos Iniciais + Ensino Médio:
	Anos Iniciais + Anos Finais + Ensino Médio:
15. Indique o número de escolas regulares das demais redes de ensino jurisdicionadas a esta Diretoria de Ensino:	Anos Finais + Ensino Médio:
	Rede pública municipal: Rede privada de ensino:

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
<u>As questões a seguir referem-se às escolas da rede pública estadual jurisdicionadas a esta Diretoria de Ensino.</u>	
16.Quantos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual jurisdicionados a esta Diretoria de Ensino possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente?	<u>Método de cálculo:</u> $NF = P \times Pmax$ <u>Legenda:</u> P = Proporção de unidades que possuem AVCB NF = Nota Final do quesito Pmax = Pontuação máxima = 30 pontos
17.Em relação aos alunos matriculados nas escolas jurisdicionadas a esta Diretoria, que integraram o público-alvo da última edição do SARESP, informe: <u>5º Ano do Ensino Fundamental</u> (sem pontuação) Alunos Avaliados: Alunos Ausentes: <u>9º Ano do Ensino Fundamental</u> Alunos Avaliados: Alunos Ausentes: <u>3ª Série do Ensino Médio</u> Alunos Avaliados: Alunos Ausentes:	<u>Método de cálculo:</u> $NF = \sum_{i=1}^2 Ni$ N1 = Pmax x P1 N2 = Pmax x P2 <u>Legenda:</u> NF = Nota final do item N1 = Nota do quesito Anos Finais N2 = Nota do quesito Ensino Médio P1 = Percentual de Avaliados no 9º Ano do Ensino Fundamental P2 = Percentual de Avaliados na 3ª Série do Ensino Médio Pmax = Pontuação máxima = 40 pontos
18.Informe o IDESP desta Diretoria na última edição do SARESP: 5º Ano do Ensino Fundamental (sem pontuação): 9º Ano do Ensino Fundamental: 3ª Série do Ensino Médio:	<u>Método de cálculo:</u> $NF = \sum_{i=1}^2 Ni$ N1 = Pmax x P1 N2 = Pmax x P2 <u>Legenda:</u> NF = Nota final do item N1 = Nota do quesito Anos Finais N2 = Nota do quesito Ensino Médio P1 = Percentual de atendimento da meta estabelecida no Programa de Qualidade das Escolas do Estado de São Paulo para o 9º Ano do Ensino Fundamental (6,0) P2 = Percentual de atendimento da meta estabelecida no Programa de Qualidade das Escolas do Estado de

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
19. Quantas de suas escolas atingiram a respectiva meta individual do IDESP nos segmentos a seguir? Anos Iniciais (Sem pontuação): Anos Finais: Ensino Médio:	São Paulo para a 3ª Série do Ensino Médio (5,0) Pmax = Pontuação máxima = 40 pontos <u>Método de cálculo:</u> $NF = \sum_{i=1}^2 Ni$ N1 = Pmax x P1 N2 = Pmax x P2 <u>Legenda:</u> NF = Nota final do item. N1 = Nota do quesito Anos Finais N2 = Nota do quesito Ensino Médio P1 = Percentual de Escolas Anos Finais P2 = Percentual de Escolas Ensino Médio Pmax = Pontuação máxima = 40 pontos
20. Qual o percentual de alunos da Diretoria cujo nível de desempenho na última edição do SARESP esteve abaixo do básico, básico, adequado e avançado? <u>5º ano EF (sem pontuação):</u> Língua Portuguesa: Matemática: <u>9º ano EF:</u> Língua Portuguesa: Matemática: <u>3ª série EM</u> Língua Portuguesa: Matemática:	<u>Método de cálculo:</u> $NF = \sum_{i=1}^4 Ni$ N1 = D1xP1 + D2xP2 + D3xP3 + D4xP4 N2 = D1xP1 + D2xP2 + D3xP3 + D4xP4 N3 = D1xP1 + D2xP2 + D3xP3 + D4xP4 N4 = D1xP1 + D2xP2 + D3xP3 + D4xP4 <u>Legenda:</u> NF = Nota final do item N1 = Nota do quesito 9º Ano EF Língua Portuguesa N2 = Nota do quesito 9º Ano EF Matemática N3 = Nota do quesito 3ª Série EM Língua Portuguesa N4 = Nota do quesito 3ª Série EM Matemática P1 = Percentual de alunos em nível abaixo do básico P2 = Percentual de alunos nível básico P3 = Percentual de alunos nível adequado P4 = Percentual de alunos nível avançado D1 = Pontuação nível abaixo do básico = -5 pontos D2 = Pontuação nível básico = 00 ponto D3 = Pontuação nível adequado = 10

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	pontos D4 = Pontuação nível avançado = 15 pontos
21. Indique o número de abandonos segundo as causas que os motivaram em 2017:	<u>Anos Iniciais</u> Dificuldade de acesso à Escola: Desinteresse: Necessidade de Trabalhar: Outros. Descreva: <u>Anos Finais</u> Dificuldade de acesso à Escola: Desinteresse: Necessidade de Trabalhar: Outros. Descreva: <u>Ensino Médio</u> Dificuldade de acesso à Escola: Desinteresse: Necessidade de Trabalhar: Outros. Descreva:
21.1. Existe ação de combate à evasão do aluno?	SIM
	<u>Descreva:</u>
	NÃO
22. Informe a quantidade de matrículas no início do ano letivo de 2017:	Anos Iniciais: Anos Finais: Ensino Médio:
23. Informe o número de retenções (exceto as decorrentes de abandono) registradas em 2017:	Anos Iniciais: Anos Finais: Ensino Médio:
24. Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais que tinham em 2017:	Até 24 alunos: De 25 a 30 alunos: De 31 a 33 alunos: Acima de 33 alunos:
25. Informe a quantidade de turmas dos Anos Finais que tinham em 2017:	<u>Método de cálculo:</u>
Até 30 alunos:	$NF = Pmax \times \sum_{i=1}^4 Ni$ N1 = 1 x P1 N2 = 0,5 x P2 N3 = 0,25 x P3 N4 = 0 x P4
De 31 a 35 alunos:	
De 36 a 39 alunos:	
Acima de 39 alunos:	

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	<u>Legenda:</u> Ni = Nota obtida por cada faixa de turmas Pi = Proporção de turmas em cada faixa NF = Nota final do quesito Pmax = Pontuação máxima = 50 pontos
26. Informe a quantidade de turmas do Ensino Médio que tinham em 2017: Até 30 alunos: De 31 a 40 alunos: De 41 a 44 alunos: Acima de 44:	<u>Método de cálculo:</u> $NF = Pmax \times \sum_{i=1}^4 Ni$ N1 = 1 x P1 N2 = 0,5 x P2 N3 = 0,25 x P3 N4 = 0 x P4 <u>Legenda:</u> Ni = Nota obtida por cada faixa de turmas Pi = Proporção de turmas em cada faixa NF = Nota final do quesito Pmax = Pontuação máxima = 50 pontos
27. Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais em que o espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividida pelo nº de alunos) era:	Igual ou superior a 1,875 m²: Igual ou superior a 1,20 e inferior a 1,875 m²: Igual ou superior a 1,00 e inferior a 1,20 m²: Inferior a 1,00 m²:
28. Informe a quantidade de turmas dos Anos Finais em que o espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividida pelo nº de alunos) era: Igual ou superior a 1,50 m²: Igual ou superior a 1,20 e inferior a 1,50 m²: Igual ou superior a 1,00 e inferior a 1,20 m²: Inferior a 1,00 m²:	<u>Método de cálculo:</u> $NF = Pmax \times \sum_{i=1}^4 Ni$ N1 = 1 x P1 N2 = 0,5 x P2 N3 = 0,25 x P3 N4 = 0 x P4 <u>Legenda:</u> Ni = Nota obtida por cada faixa de área Pi = Proporção de turmas em cada faixa NF = Nota final do quesito Pmax = Pontuação máxima = 50 pontos
29. Informe a quantidade de turmas do Ensino Médio em que o espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividida pelo nº de alunos)	<u>Método de cálculo:</u>

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
era: Igual ou superior a 1,50 m²: Igual ou superior a 1,20 e inferior a 1,50 m²: Igual ou superior a 1,00 e inferior a 1,20 m²: Inferior a 1,00 m²:	$NF = Pmax \times \sum_{i=1}^4 Ni$ N1 = 1 x P1 N2 = 0,5 x P2 N3 = 0,25 x P3 N4 = 0 x P4 <u>Legenda:</u> Ni = Nota obtida por cada faixa de área Pi = Proporção de turmas em cada faixa NF = Nota final do quesito Pmax = Pontuação máxima = 50 pontos
30. Indique a quantidade total de turmas multisseriadas existentes em escolas jurisdicionadas a esta Diretoria ao final do ano letivo de 2017.	
31. Quantas escolas com turmas de Anos Iniciais possuíam os seguintes ambientes/recintos?	Sala de Leitura: Laboratório de Informática: Laboratório de Ciências: Refeitório (ambiente exclusivo para o consumo da merenda, separado do pátio): Cozinha: Parque Infantil: Quadra coberta: Sala de TV/DVD:
32. Quantas escolas com turmas de Anos Finais e/ou de Ensino Médio possuíam os seguintes ambientes/recintos em utilização? Sala de Leitura: Laboratório de Informática: Laboratório de Ciências: Refeitório (ambiente exclusivo para o consumo da merenda, separado do pátio): Cozinha: Sala do grêmio estudantil:	<u>Método de cálculo:</u> $NF = Pmax \times \sum_{i=1}^8 Ni$ Ni = Pi <u>Legenda:</u> Ni = Nota obtida por cada item Pi = Proporção de unidades que possuem o ambiente NF = Nota final do quesito Pmax = Pontuação máxima = 5

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
Quadra coberta:	
Sala de TV/DVD:	
33. Quantas escolas jurisdicionadas a esta Diretoria possuem controle informatizado dos empréstimos de livros dos acervos das salas de leitura?	
34. Quantas escolas jurisdicionadas a esta DE receberam material didático (livros, apostilas, etc.) para distribuí-lo aos alunos em 2017	<u>Método de cálculo:</u>
Antes do início do ano letivo:	$NF = P_{max} \times \sum_{i=1}^4 Ni$
Até 30 dias após o início do ano letivo:	$N1 = 1 \times P1$ $N2 = 0,5 \times P2$ $N3 = 0 \times P3$ $N4 = 0 \times P4$
Receberam mais de 30 dias após o início do ano letivo:	<u>Legenda:</u>
Não receberam:	Ni = Nota obtida por cada faixa Pi = Proporção de escolas em cada faixa NF = Nota final do quesito P_{max} = Pontuação máxima = 20 pontos
35. Considerando apenas o turno (manhã, tarde ou noite) em que há mais alunos matriculados nos Anos Finais e Ensino Médio, quantas escolas tinham no máximo 15 alunos por computador em funcionamento (nº de alunos matriculados no turno dividido pelo nº de computadores em funcionamento e com acesso à rede banda larga)?	<u>Método de cálculo:</u>
	$NF = P \times P_{max}$
	<u>Legenda:</u>
	P = Proporção de unidades que atendem ao padrão da CNE (15 alunos/computador em funcionamento) NF = Nota Final do quesito P_{max} = Pontuação máxima = 20 pontos
36. Quantos nutricionistas atuavam no âmbito do Programa Estadual de Alimentação Escolar nesta DE?	<u>Método de cálculo:</u>
Servidores estaduais:	$se \ Q_i \geq \text{Critério} \rightarrow 15 \text{ pontos}$
Servidores dos municípios conveniados:	$se \ Q_i < \text{Critério} \rightarrow 00 \text{ ponto}$
Funcionários das empresas terceirizadas de preparação de merenda:	<u>Legenda:</u>
	Q_i = Quantidade de nutricionistas servidores estaduais <u>Critério Responsável + Quadro Técnico</u> Até 500 alunos: 1RT 501 a 1000 alunos: 1RT + 1QT

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	1001 a 2500 alunos: 1RT + 2QT 2501 a 5000 alunos: 1RT + 3QT Acima de 5000 alunos: 1RT+3QT+1QT/2500
37. Quantas escolas encontravam-se abrangidas por convênio para transferência de recursos do FNDE/PNAE para os municípios (rede descentralizada)?	
37.1. Informe o valor total repassado aos municípios conveniados no exercício de 2017 no âmbito do PNAE.	
38. Informe o número de escolas cuja média diária de comensais correspondia a: 70% ou mais dos alunos matriculados: De 50% a 70% dos alunos matriculados: De 30% a 50% dos alunos matriculados: Menos de 30% dos alunos matriculados:	<u>Método de cálculo:</u> $NF = Pmax \times \sum_{i=1}^4 Ni$ N1 = 1 x P1 N2 = 0,5 x P2 N3 = 0,25 x P3 N4 = 0 x P4 <u>Legenda:</u> Ni = Nota obtida por cada faixa de porcentagem Pi = Proporção de escolas em cada faixa NF = Nota final do quesito Pmax = Pontuação Máxima = 30 pontos
39. Informe o número de escolas em que a preparação e distribuição da merenda eram realizadas por empresa terceirizada.	
40. Quantos professores atuaram em sala de aula nas escolas jurisdicionadas a esta Diretoria (todas as categorias, exceto professor eventual)?	Anos Iniciais: Anos Finais e/ou Ensino Médio:
41. Quantos professores que atuaram em sala de aula nas escolas jurisdicionadas a esta Diretoria possuíam licenciatura plena (todas as categorias, exceto professor eventual)? Anos Iniciais (Sem pontuação): Anos Finais e/ou Ensino Médio:	<u>Método de cálculo:</u> 100% dos professores → 50 pontos < 100% dos professores → 00 ponto
42. Quantos professores que atuaram em escolas jurisdicionadas a esta Diretoria lecionaram disciplinas para as quais possuíam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (todas as	<u>Método de cálculo:</u> 100% dos professores → 50 pontos

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
categorias, exceto professor eventual)? Anos Iniciais (Sem pontuação): Anos Finais e/ou Ensino Médio:	< 100% dos professores → 00 ponto
43. Quantos professores temporários (categoria "O") atuaram em escolas jurisdicionadas a esta Diretoria? Anos Iniciais (Sem pontuação): Anos Finais e/ou Ensino Médio:	<u>Método de cálculo:</u> ≤ 10% dos professores → 50 pontos > 10% dos professores → 00 ponto
44. Informe o número de escolas em que os professores dos Anos Finais e do Ensino Médio que nelas atuavam ao final do ano letivo de 2017 não permaneceram no mesmo estabelecimento no início do atual ano letivo: Até 10% dos professores: De 10 a 20% dos professores: De 20 a 30% dos professores: De 30 a 40% dos professores: De 40 a 50% dos professores: Acima de 50% dos professores:	<u>Método de cálculo:</u> $NF = \frac{1}{\sum Qi} \times \sum_{i=1}^6 Ni$ N1 = 45 x Q1 N2 = 35 x Q2 N3 = 25 x Q3 N4 = 15 x Q4 N5 = 5 x Q5 N6 = 0 x Q6 <u>Legenda:</u> Ni = Nota obtida por cada faixa de porcentagem Qi = Quantidade de escolas em cada faixa NF = Nota final do quesito
45. Indique a quantidade de escolas jurisdicionadas a esta Diretoria cujo diretor, ao final de 2017, permanecia à frente da mesma unidade por:	Até um ano: De um a três anos: De três a cinco anos: De cinco a dez anos: De dez a quinze anos: Acima de quinze anos:
46. Quantos professores que atuaram em escolas jurisdicionadas a esta Diretoria possuem pós-graduação (todas as categorias, exceto professor eventual)?	<u>Anos Iniciais</u> Categoria "O": Demais Categorias: <u>Anos Finais e/ou Ensino Médio</u> Categoria "O": Demais Categorias:

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
47. Quantos docentes atuaram como coordenador pedagógico durante todo o ano letivo de 2017 nas escolas jurisdicionadas a esta DE?	Anos Iniciais: Anos Finais: Ensino Médio:
48. Quantos dos docentes que atuaram como coordenador pedagógico durante todo o ano letivo de 2017 nas escolas jurisdicionadas a esta Diretoria participaram de cursos ou outros eventos de capacitação? Anos Iniciais (Sem pontuação): Anos Finais: Ensino Médio:	<u>Método de cálculo:</u> 100% dos coordenadores capacitados → 50 pontos < 100% dos coordenadores capacitados → 00 ponto
49. Qual foi o número de aulas vagas nas escolas jurisdicionadas a esta Diretoria durante o ano de 2017?	Anos Iniciais: Anos Finais: Ensino Médio:
50. Qual o total de dias correspondente à soma das ausências dos professores ao trabalho nas escolas jurisdicionadas a esta Diretoria durante o ano de 2017?	<u>Professores Efetivos</u> <u>Anos Iniciais (Sem pontuação)</u> Abonos: Faltas injustificadas: Faltas justificadas: Licença Médica: Licença Maternidade/Paternidade: Outros: <u>Anos Finais e/ou Ensino Médio</u> Abonos: Faltas injustificadas: Faltas justificadas: Licença Médica: Licença Maternidade/Paternidade: Outros: <u>Professores Temporários</u> <u>Anos Iniciais (Sem pontuação)</u> Abonos: Faltas injustificadas: Faltas justificadas: Licença Médica: Licença Maternidade/Paternidade: Outros: <u>Anos Finais e/ou Ensino Médio</u> Abonos: Faltas injustificadas: Faltas justificadas:

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	Licença Médica: Licença Maternidade/Paternidade: Outros:
51. Quantos estabelecimentos de ensino ofereciam educação em tempo integral durante o ano letivo de 2017 nesta DE (7 horas ou mais por dia de ensino para o aluno)?	Apenas Anos Iniciais: Apenas Anos Finais: Apenas Ensino Médio: Anos Iniciais + Anos Finais: Anos Iniciais + Ensino Médio: Anos Iniciais + Anos Finais + Ensino Médio: Anos Finais + Ensino Médio:
52. Quantos alunos concluíram o ano letivo de 2017 em escolas de tempo integral (7 horas ou mais por dia) nesta Diretoria?	Anos Iniciais: Anos Finais: Ensino Médio:
53. Quantos alunos matriculados em escolas jurisdicionadas a esta Diretoria participaram, durante o ano de 2017, de projetos de recuperação ou reforço escolar?	Anos Iniciais: Anos Finais: Ensino Médio:
54. Qual é a quantidade total de aulas que deveriam ter sido ministradas nas unidades escolares jurisdicionadas a esta Diretoria em 2017? ³	Anos Iniciais: Anos Finais e/ou Ensino Médio:
55. Qual é a quantidade total de aulas ministradas pelos professores titulares nas unidades escolares jurisdicionadas a esta Diretoria em 2017?	Anos Iniciais: Anos Finais e/ou Ensino Médio:
56. Informe a quantidade total de aulas ministradas por professores eventuais em 2017:	Anos Iniciais: Anos Finais e/ou Ensino Médio:
57. Indique a quantidade de alunos cuja idade era superior à recomendada para a série em que estiveram matriculados (distorção idade-série):	<u>Anos Iniciais</u> 1 ano a mais: 2 anos a mais: 3 anos a mais: Acima de 3 anos: <u>Anos Finais</u> 1 ano a mais:

³ Para calcular a informação solicitada neste item, observe o seguinte exemplo: considere que todas as 50 escolas jurisdicionadas à Diretoria Y possuíam, no ano anterior, 10 turmas cada, às quais eram ministradas 6 aulas diárias. Neste caso, a soma de todas as aulas oferecidas em um único dia, nas escolas desta Diretoria, corresponde a 3.000 (6x10x50). Assim, para obtermos a quantidade total de aulas que deveriam ter sido ministradas nas unidades escolares jurisdicionadas à Diretoria Y, bastaria multiplicar esse número de aulas diário (3.000) pelo total de dias letivos do ano anterior.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	2 anos a mais: 3 anos a mais Acima de 3 anos: <u>Ensino Médio</u> 1 ano a mais: 2 anos a mais: 3 anos a mais Acima de 3 anos:
58. Informe o número de cargos existentes do Quadro de Apoio Escolar (criados por lei) das escolas jurisdicionadas a esta Diretoria:	Agente de Serviços Escolares: Agente de Organização Escolar: Secretário de Escola: Assistente de Administração Escolar:
59. Informe o número de cargos do Quadro de Apoio Escolar providos (ocupados) ao final de 2017, nas escolas jurisdicionadas a esta Diretoria:	Agente de Serviços Escolares: Agente de Organização Escolar: Secretário de Escola: Assistente de Administração Escolar:
60. Informe a quantidade de professores efetivos vinculados a esta Diretoria que cumpriram efetivamente as seguintes horas-aulas semanais:	Até 12 horas-aula: Acima de 12 e até 19 horas-aula: Acima de 19 e até 24 horas-aula: Acima de 24 e até 32 horas-aula: Acima de 32 horas-aula:
61. Quantos alunos foram beneficiados pelo programa estadual de transporte escolar?	<u>Transporte contratado diretamente pela DE/SEE</u> Anos Iniciais: Anos Finais: Ensino Médio: <u>Transporte oferecido por municípios conveniados</u> Anos Iniciais: Anos Finais: Ensino Médio: <u>Concessão de passe escolar</u> Anos Iniciais: Anos Finais: Ensino Médio:
62. Informe o número de alunos matriculados nas escolas jurisdicionadas a esta Diretoria que apresentavam:	<u>Anos iniciais</u> Deficiência: Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD):

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	Altas habilidades ou superdotação: <u>Anos finais</u> Deficiência: Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD): Altas habilidades ou superdotação: <u>Ensino Médio</u> Deficiência: Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD): Altas habilidades ou superdotação:
63.Em relação a área de abrangência desta Diretoria, informe o número de alunos matriculados nas instituições de atendimento especializado conveniadas que apresentavam:	<u>Anos iniciais</u> Deficiência: Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD): Altas habilidades ou superdotação: <u>Anos finais</u> Deficiência: Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD): Altas habilidades ou superdotação: <u>Ensino Médio</u> Deficiência: Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD): Altas habilidades ou superdotação:
64.Informe o número de alunos dos Anos Iniciais que receberam Atendimento Pedagógico Especializado (APE) nas escolas jurisdicionadas a esta Diretoria:	<u>Deficiência</u> Sala de Recursos: Classe Regida por Prof. Especializado: Atendimento Itinerante: <u>Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)</u> Sala de Recursos: Classe Regida por Prof. Especializado: Atendimento Itinerante: <u>Altas habilidades ou superdotação</u> Sala de Recursos: Classe Regida por Prof. Especializado: Atendimento Itinerante:
65.Informe o número de alunos dos Anos Finais que receberam Atendimento Pedagógico Especializado (APE) nas escolas jurisdicionadas a esta Diretoria:	<u>Deficiência</u> Sala de Recursos: Classe Regida por Prof. Especializado: Atendimento Itinerante: <u>Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)</u> Sala de Recursos:

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	Classe Regida por Prof. Especializado: Atendimento Itinerante: <u>Altas habilidades ou superdotação</u> Sala de Recursos: Classe Regida por Prof. Especializado: Atendimento Itinerante:
66. Informe o número de alunos do Ensino Médio que receberam Atendimento Pedagógico Especializado (APE) nas escolas jurisdicionadas a esta Diretoria:	<u>Deficiência</u> Sala de Recursos: Classe Regida por Prof. Especializado: Atendimento Itinerante: <u>Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)</u> Sala de Recursos: Classe Regida por Prof. Especializado: Atendimento Itinerante: <u>Altas habilidades ou superdotação</u> Sala de Recursos: Classe Regida por Prof. Especializado: Atendimento Itinerante:
67. Informe o número de unidades jurisdicionadas a esta Diretoria que possuíam Sala de Recursos:	Apenas Anos Iniciais: Apenas Anos Finais: Apenas Ensino Médio: Anos Iniciais + Anos Finais: Anos Iniciais + Ensino Médio: Anos Iniciais + Anos Finais + Ensino Médio: Anos Finais + Ensino Médio:
68. Informe o número de professores que possuíam formação para atuar no Atendimento Pedagógico Especializado (APE) sob a forma de Sala de Recursos, de Itinerância e CRPE nesta Diretoria:	
69. Informe o número de Supervisores de Ensino que atuaram nesta Diretoria ao longo do ano de 2017:	Supervisores efetivos: Supervisores designados:
70. Informe a quantidade total de visitas a escolas realizadas pelos Supervisores de Ensino ao longo de 2017:	Escolas da rede pública estadual: Escolas da rede pública municipal: Escolas da rede privada de ensino:

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questões direcionadas ao Conselho de Alimentação Escolar

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
71.A SEE garantiu ao CAE, como órgão deliberativo, de fiscalização e de assessoramento, a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência?	SIM – 05
	NÃO – 00
72.A SEE forneceu ao CAE, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as etapas, tais como: editais de licitação e/ou chamada pública, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência?	SIM – 05
	NÃO – 00
73.A SEE ofereceu formação aos conselheiros sobre a execução do PNAE e temas que possuam interfaces com este Programa?	SIM – 05
	NÃO – 00
74.A SEE divulgou as atividades do CAE por meio de comunicação oficial?	SIM – 05
	NÃO – 00
75.O CAE aprovou o relatório de gestão anual do Programa Estadual de Alimentação Escolar?	SIM – 20
	NÃO – 00

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questão direcionada ao Conselho Estadual de Educação

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
76.Quantas sessões ordinárias, com pelo menos 1/3 dos Conselheiros em exercício, foram realizadas pelo Conselho Estadual de Educação em 2017?	Plenária: Câmara dos Anos Iniciais: Câmara dos Anos Finais e Médio: Câmara do Ensino Superior:

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questões direcionadas à Secretaria da Fazenda

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
77.Percentual do FUNDEB	<u>Método de cálculo:</u>
	$\geq 95\% \rightarrow 20 \text{ pontos}$
	$< 95\% \rightarrow 00 \text{ ponto}$
78.Percentual do FUNDEB MAGISTÉRIO	<u>Método de cálculo:</u>
	$\geq 60\% \rightarrow 20 \text{ pontos}$
	$< 60\% \rightarrow 00 \text{ ponto}$
79.O Estado aplicou o mínimo estabelecido pela Constituição Estadual?	SIM
	NÃO – rebaixar

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você

considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Fórmula Geral:

$$i - EDUC = \frac{(SEE + DE + CAE + CEE + SF)}{1000}$$

Legenda:

SEE – Secretaria Estadual da Educação

DE – Diretorias de Ensino

CAE – Conselho de Alimentação Estadual

CEE – Conselho Estadual de Educação

SF – Secretaria da Fazenda

Cálculo DE:

A variável DE é calculada através do desempenho do Estado em cada quesito pontuado direcionado às Diretorias de Ensino (quesitos 14 ao 70) de acordo com o método de cálculo informado.

Exemplo: quesito 16 = proporção de unidades que possuem AVCB (soma de todos os estabelecimentos de ensino da rede pública estadual que possuem AVCB vigente de todas as Diretorias de Ensino dividido pelo total de escolas da rede pública estadual). A pontuação será a proporção calculada vezes a pontuação máxima do quesito (30).

$$DE = \sum_{i=14}^{70} \text{pontos} \times (q / t)$$

Legenda:

i = nº do quesito

q = quantidade de Diretorias de Ensino que finalizaram o questionário

t = quantidade de Diretorias de Ensino existentes

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Educação
Pontos máximos: 1.000 Pontos mínimos: 000	i-EDUC: 20%

4.2 SÍNTESE: i-SAÚDE

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA SAÚDE

Questões direcionadas à Secretaria de Estado da Saúde

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário;
- Como "**estabelecimentos de saúde sob gestão estadual**", entenda-se estabelecimento de saúde com atendimento ao público SUS:
 - i. da Secretaria de Estado da Saúde (SES/SP), tanto da administração direta como da administração indireta;
 - ii. não pertencentes ou vinculados a SES/SP, mas pertencentes a administração direta ou indireta do Estado, a exemplo dos hospitais universitários;
 - iii. Filantrópicos contratualizados;
 - iv. Entidades sem fins lucrativos contratualizadas; e
 - v. Entidades com fins lucrativos contratadas;
- Como "**estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual**", entenda-se estabelecimento de saúde com atendimento ao público SUS:
 - i. da Secretaria de Estado da Saúde (SES/SP), tanto da administração direta como da administração indireta;
 - ii. não pertencentes ou vinculados a SES/ SP, mas pertencentes a administração direta ou indireta do Estado, a exemplo dos hospitais universitários.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
1. Quando ocorreu a aprovação do Plano Estadual de Saúde 2016-2019 pelo Conselho Estadual de Saúde? (R)	Aprovado até 15/08/2015 – 15 <u>Informe sobre a publicação</u> caderno: data do DOE: seção: página:
	Aprovado após 15/08/2015, mas antes da aprovação do PPA 2016-2019 pela Assembleia Legislativa – 7,5 <u>Informe sobre a publicação</u> caderno: data do DOE: seção: página:
	Aprovado após a aprovação do PPA 2016-2019 pela Assembleia Legislativa ou não aprovado – 00
2. Quando ocorreu a aprovação da Programação Anual de Saúde de 2018 pelo Conselho Estadual de Saúde? (R)	Aprovado até 30/04/2017 – 15 <u>Informe sobre a publicação</u> caderno: data do DOE: seção: página:
	Aprovado após 30/04/2017, mas antes da

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	aprovação da LDO 2018 pela Assembleia Legislativa – 7,5 <u>Informe sobre a publicação</u> caderno: data do DOE: seção: página: Aprovado após a aprovação da LDO 2018 pela Assembleia Legislativa ou não aprovado – 00
3. Os recursos financeiros estaduais (fonte 1) destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) são movimentados em contas bancárias próprias? (R)	SIM – 20 <u>Informe</u> banco: agência: nº da conta: NÃO – 00
4. As despesas consideradas para fins de apuração de aplicação de recursos próprios em saúde, estabelecida no art. 6º da Lei Complementar 141/2012, foram de responsabilidade específica da SES/SP e com recursos movimentados exclusivamente pela unidade orçamentária do Fundo Estadual de Saúde? (R)	SIM – 10 <u>Informe a UO:</u> NÃO – 00
5. O Plano Estadual de Saúde 2016-2019 explicita a metodologia de alocação dos recursos estaduais e a previsão anual de recursos aos Municípios, pactuadas pelos gestores estaduais e municipais, em comissão intergestores bipartite, e aprovadas pelo Conselho Estadual de Saúde? (R)	SIM – 15 <u>Informe as páginas do Plano onde constam</u> metodologia de alocação dos recursos estaduais: previsão anual de recursos aos municípios: NÃO – 00
6. O repasse de recursos financeiros estaduais para o financiamento do componente básico da assistência farmacêutica foi realizado de acordo com as normas e os termos da pactuação vigentes em 2017? (R)	SIM – 20 <u>Informe</u> montante de recursos estaduais repassados: ações orçamentárias utilizadas: fontes de recursos utilizadas: contas bancárias de origem: nº de municípios beneficiários: NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
7. Informe o total de itens de medicamentos do componente especializado da Assistência Farmacêutica (Grupo 2): (D)	<u>Método de Cálculo:</u> se $P_D = 0 \rightarrow NF = 10$ se $0\% < P_D \leq 5\% \rightarrow NF = 7,5$ se $5\% < P_D \leq 10\% \rightarrow NF = 5$ se $10\% < P_D \leq 15\% \rightarrow NF = 2,5$ se $P_D > 15\% \rightarrow NF = 0$
7.1. Informe o total de itens de medicamentos do componente especializado da Assistência Farmacêutica (Grupo 2) com desabastecimento (falta do medicamento) superior a um mês em unidade(s) estadual(is) no exercício de 2017:	<u>Legenda:</u> P_D = Percentual de desabastecimento em relação ao total de itens NF = Nota final da questão
8. O Relatório Anual de Gestão de 2017 foi encaminhado ao Conselho Estadual de Saúde até 30/03/2018 (ano seguinte ao da execução financeira)? (R)	SIM, meio eletrônico – 05 SIM, meio físico – 05 NÃO – 00
9. O SARGSUS foi atualizado pelo gestor estadual de saúde mediante o preenchimento da totalidade das telas do sistema até 30/03/2018 (ano seguinte ao da execução financeira)? (R)	SIM + Quesito 8 (SIM, meio eletrônico) – 05 SIM + Quesito 8 (SIM, meio físico) – 00 SIM + Quesito 8 (NÃO) – 00 NÃO – 00
10. O gestor estadual de saúde apresentou os Relatórios Quadrimestrais de 2017 previstos no art. 36 da Lei Complementar 141/2012, até o final dos meses de maio e setembro de 2017 e fevereiro de 2018, em audiência pública na Assembleia Legislativa? (R)	SIM – 10 NÃO – 00
11. O Parecer Conclusivo sobre o Relatório Anual de Gestão 2017 foi "aprovado sem ressalvas", "aprovado com ressalvas" ou "irregular/não aprovado"? (D)	Aprovado sem ressalvas – 30 Aprovado com ressalvas – 20 Irregular/Não aprovado – 00
11.1. Informe da publicação da deliberação/do comunicado do Conselho	

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
Estadual de Saúde no DOE: Caderno: Data do DOE: Seção: Página:	
12. Há Ouvidor Geral designado, pelo prazo de 2 (dois) anos, pelo Secretário da Saúde, mediante escolha de lista tríplice preparada pelo Conselho Estadual de Saúde e composta de servidores da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, com reconhecida experiência no campo da saúde? (R)	SIM – 10 <u>Informe da publicação da designação do Conselho</u> caderno: data do DOE: seção: página:
	NÃO – 00
13. O Estado utiliza o Sistema OuvidorSUS ou sistema equivalente que, além de permitir a disseminação de informações, o registro e o encaminhamento das manifestações dos cidadãos, possibilita troca de informações entre os órgãos responsáveis pela gestão do SUS? (R)	SIM – 10 <u>Informe qual(is) Sistema(s) de Ouvidoria é(são) utilizado(s):</u>
	NÃO – 00
14. Assinale as áreas hospitalares para as quais a Vigilância Sanitária dispõe de roteiros técnicos de procedimentos de inspeção: (R)	☒ Centro de diagnóstico por imagem (Mamografia, Densitometria Óssea, Raio X, Ultrassonografia, Tomografia e Ressonância Magnética) - 01 ☒ UTI neonatal - 01 ☒ UTI pediátrica - 01 ☒ UTI adulto - 01 ☒ Terapia renal substitutiva (hemodiálise) - 01 ☒ Pronto socorro - 01 ☒ Pronto atendimento - 01 ☒ Ambulatório - 01 ☒ Centro cirúrgico - 01 ☒ Centro obstétrico - 01 ☒ Cozinha/Refeitório – 01
15. O governo estadual firmou Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde, previsto no art. 33 do Decreto 7.508/11? (R)	SIM – 10
	NÃO – 00
16. O órgão estadual do Sistema Nacional de Auditoria do SUS realizou em 2017 auditorias e/ou fiscalizações nas	SIM – 10 <u>Informe</u> quantidade de auditorias realizadas: n ^{os} dos relatórios:

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
informações e nos resultados constantes no Relatório de Gestão Anual 2017, com ênfase na verificação presencial? (R)	NÃO – 00
17.As unidades regionais do componente estadual do SNA estão subordinadas tecnicamente e administrativamente, de forma direta, ao órgão central estadual? (R)	SIM, tecnicamente e administrativamente – 10
	NÃO – 00
18.Os projetos de construção, ampliação e/ou reforma de edificações de estabelecimentos de saúde da rede própria são submetidos à avaliação físico-funcional da Vigilância Sanitária competente, para fins de obtenção do LTA, antes da fase externa da licitação? (R)	SIM – 10
	NÃO – 00
19.Existe sistema de inventário de equipamentos dos estabelecimentos de saúde da rede própria com acesso centralizado? (R)	SIM <u>Assinale os campos presentes no formulário:</u> ☒ Código do equipamento – 0,5 ☒ N° de Série – 0,5 ☒ Tipo – 0,5 ☒ Fabricante – 0,5 ☒ Modelo – 0,5 ☒ Valor de aquisição atualizado – 0,5 ☒ N° de reparos do equipamento nos últimos 6 meses – 0,5 ☒ Idade aproximada do equipamento – 1,0 ☒ Condição de funcionamento do equipamento – 1,0 ☒ N° médio de utilização/intervenções por semana executados – 1,0 ☒ N° de operadores que utilizam o mesmo equipamento – 0,5 ☒ Operadores que tiveram curso de operação do equipamento – 1,0 ☒ Forma de manutenção do equipamento – 1,0 ☒ Qualidade da manutenção, se executada – 0,5 ☒ Tempo médio do retorno do equipamento, quando enviado para manutenção – 0,5 ☒ Unidade do EAS Local da Unidade – 0,5 ☒ Assistência Técnica – 0,5 ☒ Telefone da Assistência Técnica – 0,5 ☒ Recursos (Próprio; Comodato; Doação Serviço) – 0,5

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	☒ Custo em US\$ – 0,5 ☒ Vencimento da Garantia – 0,5 ☒ Contrato de manutenção – 0,5 ☒ N° da Nota Fiscal – 0,5 ☒ Data da instalação – 0,5
	NÃO – 00
20.A Secretaria possui Arquivo Central ou Setorial de documentos (Acervo)?	SIM – 10
(R)	NÃO – 00
21. Qual a situação da Secretaria em relação ao Plano de Classificação e Tabela de Temporariedade de Documentos das atividades-fim (PC e TTD-fim)?	Não possui documentos da atividade-fim
(R)	Desconhece a TTD-fim
	Elaboração não iniciada
	Elaboração não concluída
	Elaborada e oficializada
22. Informe a quantidade, por DRS, em funcionamento em 31 de dezembro de 2017 de:	a) estabelecimentos sob gestão estadual: b) hospitais gerais da rede própria: c) hospitais especializados da rede própria: d) ambulatórios da rede própria: e) hospitais gerais da rede própria gerenciados por parceiros (OSS): f) hospitais especializados da rede própria gerenciados por parceiros (OSS): g) ambulatórios da rede própria gerenciados por parceiros (OSS): h) hospitais especializados filantrópicos e entidades sem fins lucrativos sob gestão estadual: i) hospitais gerais filantrópicos e entidades sem fins lucrativos sob gestão estadual: j) estabelecimentos privados contratados pela gestão estadual:
(R)	

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questões direcionadas aos Departamentos Regionais de Saúde

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário;
- Diz respeito à área administrativa do DRS;
- No tocante à regulação, a RRAS a qual o DRS está contemplada;
- Como "**estabelecimentos de saúde sob gestão estadual**", entenda-se estabelecimento de saúde com atendimento ao público SUS:
 - da Secretaria de Estado da Saúde (SES/SP), tanto da administração direta como da administração indireta;
 - não pertencentes ou vinculados a SES/SP, mas pertencentes a administração direta ou indireta do Estado, a exemplo dos hospitais universitários;
 - Filantrópicos contratualizados;
 - Entidades sem fins lucrativos contratualizadas; e
 - Entidades com fins lucrativos contratadas;
- Como "**estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual**", entenda-se estabelecimento de saúde com atendimento ao público SUS:
 - da Secretaria de Estado da Saúde (SES/SP), tanto da administração direta como da administração indireta;
 - não pertencentes ou vinculados a SES/SP, mas pertencentes a administração direta ou indireta do Estado, a exemplo dos hospitais universitários.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
23. Há estabelecimentos de saúde sob gestão estadual que oferecem consultas médicas à distância em substituição a consulta médica presencial? (R)	SIM – 00
	NÃO – 10
24. Todos os estabelecimentos de saúde sob gestão estadual estão regularizados junto a Vigilância Sanitária, com Licenças de Funcionamento vigentes? (R)	SIM – 10
	NÃO – 00
25. Todos os estabelecimentos de saúde sob gestão estadual possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente? (R)	SIM, todos possuem – 10
	SIM, a maior parte possui (>50%) – 5
	SIM, a menor parte possui ($\leq 50\%$) – 2,5
	NÃO – 00
26. Informe o nº de leitos UTI Adulto SUS de estabelecimentos sob gestão estadual em:	<u>Método de Cálculo:</u>
2015:	$\text{se } Q_{2017} \geq Q_m \rightarrow NF = 20$
2016:	$\text{se } Q_{2017} < Q_m \rightarrow NF = 0$
2017:	

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
(R)	<u>Legenda:</u> Q_{2017} = Qtd em 2017 Q_m = Qtd média 2 anos anteriores NF = Nota final da questão
27. Informe o nº de leitos UTI Pediátrica SUS de estabelecimentos sob gestão estadual em: 2015: 2016: 2017:	<u>Método de Cálculo:</u> $\text{se } Q_{2017} \geq Q_m \rightarrow NF = 20$ $\text{se } Q_{2017} < Q_m \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> Q_{2017} = Qtd em 2017 Q_m = Qtd média 2 anos anteriores NF = Nota final da questão
28. Informe o nº de leitos UTI Neonatal SUS de estabelecimentos sob gestão estadual em: 2015: 2016: 2017:	<u>Método de Cálculo:</u> $\text{se } Q_{2017} \geq Q_m \rightarrow NF = 20$ $\text{se } Q_{2017} < Q_m \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> Q_{2017} = Qtd em 2017 Q_m = Qtd média 2 anos anteriores NF = Nota final da questão
29. Informe a quantidade de auditorias/fiscalizações do componente estadual do SNA realizadas nos estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em: 2015: 2016: 2017:	Não pontuado
30. Informe a quantidade de auditorias/fiscalizações do componente estadual do SNA realizadas nos estabelecimentos de saúde sob gestão estadual para avaliar: 	
30.1. a qualidade da informação da produção ambulatorial e hospitalar, bem como do CNES em:	<u>Método de Cálculo:</u>

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
2015:	se $Q_{2017} \geq Q_m \rightarrow NF = 5$
2016:	se $Q_{2017} < Q_m \rightarrow NF = 0$
2017:	<u>Legenda:</u> Q_{2017} = Qtd em 2017 Q_m = Qtd média 2 anos anteriores NF = Nota final da questão
30.2. a qualidade da assistência em:	<u>Método de Cálculo:</u>
2015:	se $Q_{2017} \geq Q_m \rightarrow NF = 5$
2016:	se $Q_{2017} < Q_m \rightarrow NF = 0$
2017:	<u>Legenda:</u> Q_{2017} = Qtd em 2017 Q_m = Qtd média 2 anos anteriores NF = Nota final da questão
31.As auditorias concluídas (encerradas) do exercício de 2017 pelo órgão estadual do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - SNA estão disponibilizadas em site para consulta? (R)	SIM – 10 <u>Informe</u> Endereço eletrônico do site: Qtd. de auditorias concluídas (encerradas) do exercício de 2017: NÃO – 00
32.A unidade regional do componente estadual do SNA possui ao menos um médico e um enfermeiro? (R)	SIM – 10 NÃO – 00
33.O componente estadual do SNA encaminhou em 2017 relatórios específicos aos órgãos de controle interno e externo, em caso de irregularidade sujeita a sua apreciação? (R)	SIM – 10 <u>Informe a quantidade encaminhada para</u> TCE/SP: Corregedoria Geral de Administração (CGA) ou DCA/SEFAZ: MP/SP ou MPF: TCU: CGU: Outros: NÃO – 00
34.O Complexo Regulador da RRAS (Rede Regional de Assistência a Saúde) a qual o DRS está vinculado possui implantada central de regulação de urgências, central de internações e central de consultas e	SIM <u>Assinale qual(is):</u> ☒ Central de Regulação de Urgências – 10 ☒ Central de Internações (leitos) – 10 ☒ Central de Consultas e Serviços de

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
serviços de apoio diagnóstico terapêutico? (R)	Apoio Diagnóstico Terapêutico – 10
	NÃO – 00
35.O Complexo Regulador da RRAS (Rede Regional de Assistência a Saúde) a qual o DRS está vinculado possui grade resolutive de atenção às urgências e emergências (acesso pré-hospitalar e inter-hospitalar) pactuada, atualizada sistematicamente e divulgada em site ou Diário Oficial? (R)	SIM – 30
	NÃO – 00
36.O Complexo Regulador da RRAS (Rede Regional de Assistência a Saúde) a qual o DRS está vinculado possui fluxo (rede de referência e contra-referência) e protocolos (de acesso e clínicos e/ou assistenciais) pactuados e divulgados em site ou Diário Oficial? (R)	SIM ☒ Com Fluxos Pactuados e Divulgados – 15 ☒ Com Protocolos Pactuados e Divulgados – 15
	NÃO – 00
37.O sistema de informação de regulação estadual abrange e regula a oferta de todos os serviços e estabelecimentos de saúde sob gestão estadual vinculados a este DRS? (R)	SIM <u>Assinale qual(is) serviço(s):</u> ☒ Urgências – 10 ☒ Internações (leitos) – 10 ☒ Consultas e Serviços de Apoio Diagnóstico Terapêutico – 10
	NÃO – 00
38.Informe a quantidade dos seguintes estabelecimentos de saúde sob gestão estadual da área administrativa do DRS abrangidos pelo sistema de informação de regulação estadual: (R)	a) estabelecimentos sob gestão estadual: b) hospitais gerais da rede própria: c) hospitais especializados da rede própria: d) ambulatórios da rede própria: e) hospitais gerais da rede própria gerenciados por parceiros (OSS): f) hospitais especializados da rede própria gerenciados por parceiros (OSS): g) ambulatórios da rede própria gerenciados por parceiros (OSS): h) hospitais especializados filantrópicos e entidades sem fins lucrativos sob gestão estadual: i) hospitais gerais filantrópicos e entidades sem fins lucrativos sob gestão estadual: j) estabelecimentos privados contratados pela gestão estadual:
39.Informe se o sistema de informação de regulação estadual apresenta as seguintes	☒ Indicação do tempo de permanência e taxa de ocupação dos leitos – 1,5 ☒ Mapa de leitos com atualização

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
funcionalidades: (R)	dinâmica – 1,5 ☒ Controle do fluxo dos pacientes nas unidades hospitalares (caminho do paciente) – 1,5 ☒ Importação de dados automática do Cartão Nacional de Saúde – 1,5 ☒ Importação de dados automática do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) – 1,5 ☒ Referenciamento, em todos os níveis de atenção, nas redes de prestadores públicos e privados – 1,5 ☒ Gerenciamento de fila de espera – 1,5 ☒ Acompanhamento da alocação de leitos de urgência e eletivos por clínica e prestador – 1,5 ☒ Autorização e encaminhamento de pacientes com a configuração da grade de referência, indicação de prioridades e geração de AIH – 1,5 ☒ Acesso aos protocolos clínicos de regulação (informatizado) – 1,5 ☒ Acesso aos protocolos operacionais de regulação (importação) – 1,5 ☒ Integração com os sistemas de produção (SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais e SIH - Sistema de Internações Hospitalares) - 1,5 ☒ Hierarquização entre as Centrais de Regulação – 1,5 ☒ Controle por rede temática (informar redes implantadas e controladas pelo sistema de informação de regulação estadual) - 0,5 ponto por Rede Temática implantada em todo o Estado (limitada a 8 Redes Temáticas) ☒ Existência de protocolos de importação/integração com outros sistemas de informação de regulação - 0,5 ponto ☒ Integração com o Sistema Federal SISREG – 0,5 ponto ☒ Integração com 100% dos sistemas municipais de regulação (SIGA e outros) – 0,5 ponto
40.Em quantos estabelecimentos de saúde sob gestão estadual, o agendamento ou marcação de consulta se faz com um intervalo mínimo de 15 minutos entre uma consulta e outra? (R)	Não pontuado

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
41. Informe a quantidade de transferências inter-hospitalares demandadas a estabelecimentos de saúde de outra RRAS não vinculada a RRAS do estabelecimento de saúde sob gestão estadual solicitante, em virtude de necessidade de(as): (R)	a) UTI adulto: b) UTI pediátrica: c) UTI neonatal: d) 5 principais cirurgias eletivas (Informe quantitativo para cada cirurgia eletiva a ser discriminada): e) 5 principais cirurgias especializadas (Informe quantitativo para cada cirurgia especializada a ser discriminada): f) 5 exames de maior complexidade (Informe quantitativo para cada exame a ser discriminado):
42. Informe o tempo médio (em dias) de espera para atendimento nos estabelecimentos de saúde sob gestão estadual às demandas de(as): (D)	a) UTI adulto: b) UTI pediátrica: c) UTI neonatal: d) 5 principais cirurgias eletivas (Informe quantitativo para cada cirurgia eletiva a ser discriminada): e) 5 principais cirurgias especializadas (Informe quantitativo para cada cirurgia especializada a ser discriminada): f) 5 exames de maior complexidade (Informe quantitativo para cada exame a ser discriminado):
43. Informe a quantidade de pessoas, em 31 de dezembro de 2017, a espera de(as): (D)	a) UTI adulto: b) UTI pediátrica: c) UTI neonatal: d) 5 principais cirurgias eletivas (Informe quantitativo para cada cirurgia eletiva a ser discriminada): e) 5 principais cirurgias especializadas (Informe quantitativo para cada cirurgia especializada a ser discriminada): f) 5 exames de maior complexidade (Informe quantitativo para cada exame a ser discriminado):
44. Informe a quantidade de procedimentos ambulatoriais de média complexidade (de acordo com o grupo da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais – OPM do Sistema Único de Saúde - SUS) realizados por estabelecimentos de saúde sob gestão estadual: a) Grupo 02 (0201010151, 0201010160, 0201010585, 201010607, 0201010666, 0202030059, 0202030237, 202031080, 0203010043, 0203020014, 0205010032)	<u>Método de Cálculo:</u> $\text{se } Q_{2017} \geq Q_m \rightarrow NF = 10$ $\text{se } Q_{2017} < Q_m \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> Q_{2017} = Qtd por grupo (02, 04 e 05) em 2017 Q_m = Qtd média 2 anos anteriores do grupo (02, 04 e 05)

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
em 2015: 2016: 2017: b) Grupo 04 (405030045, 0405050097, 0405050100, 0405050119, 405050151, 0405050372, 0409040240, 0409050083) em 2015: 2016: 2017: c) Grupo 05 (506010023, 0506010031, 0506010040) em 2015: 2016: 2017: (D)	NF = Nota final da questão
45. Informe a quantidade de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade (de acordo com Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais – OPM do Sistema Único de Saúde - SUS) realizados por estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em: a) Grupo 02 (0201010542, 0202030024, 0202031071, 0204060028, 0205010016, 0206010028, 0206010036, 0206010079, 0206020031, 0206030010, 0206030029, 0206030037, 0207010013, 0207010030, 0207010048, 0207010056, 0207010064, 0207020019, 0207020035, 0207030014, 0207030022, 0208010025, 0208010033, 0208020110, 0208030026, 0208030042, 0208040056, 0208040102, 0208050035, 0208070036, 0208070044, 0208080040, 0208090010, 0210010045, 0210010053, 0210010061, 0210010070, 0210010096, 0210010100, 0210010118, 0210010126, 0210010134, 0210010150, 0210010177, 0210010185, 0211020010, 0211020028) em 2015: 2016: 2017:	<u>Método de Cálculo:</u> $\text{se } Q_{2017} \geq Q_m \rightarrow NF = 10$ $\text{se } Q_{2017} < Q_m \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> Q_{2017} = Qtd por grupo (02 e 03) em 2017 Q_m = Qtd média 2 anos anteriores por grupo (02 e 03) NF = Nota final da questão

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
b) Grupo 03 (0301110018, 0301120048, 0301130019, 0303120061, 0303120070, 0304010120, 0304020010, 0304020028, 0304020036, 0304020044, 0304020052, 0304020060, 0304020079, 0304020087, 0304020095, 0304020109, 0304020117, 0304020125, 0304020133, 0304020141, 0304020150, 0304020168, 0304020176, 0304020184, 0304020192, 0304020206, 0304020214, 0304020222, 0304020230, 0304020249, 0304020257, 0304020265, 0304020273, 0304020281, 0304020290, 0304020303, 0304020311, 0304020320, 0304020338, 0304020346, 0304020354, 0304020362) em 2015: 2016: 2017: (D)	
46. Sobre menores de 15 anos que usaram Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) em estabelecimentos de saúde sob gestão estadual, informe: a) nº de óbitos em: 2015: 2016: 2017: b) total de saídas hospitalares em: 2015: 2016: 2017: (D)	<u>Método de Cálculo:</u> $\text{se } P_{2017} \leq P_m \rightarrow NF = 10$ $\text{se } P_{2017} > P_m \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> P_{2017} = Proporção de óbitos por saída hospitalar em 2017 P_m = Proporção média 2 anos anteriores NF = Nota Final da questão
47. Sobre as internações SUS em 2017, informe a quantidade de internações: a) em estabelecimentos de saúde sob Gestão Estadual: b) no SUS-SP (estadual e municipal): (D)	<u>Método de Cálculo:</u> $\text{se } PIH \geq 46\% \rightarrow NF = 10$ $\text{se } PIH < 46\% \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> PIH = Proporção de internações NF = Nota final da questão
48. Sobre a especialidade Obstétrica em estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em 2017, informe:	<u>Método de Cálculo:</u>

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
a) total de pacientes-dia em leito: b) total de saídas hospitalares: (D)	se $2,4 \leq M_p \leq 3,1 \rightarrow NF = 2,5$ se $M_p < 2,4 \rightarrow NF = 0$ se $M_p > 3,1 \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> M_p = Média de permanência NF = Nota final da questão
49. Sobre a especialidade Pediátrica em estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em 2017, informe: a) total de pacientes-dia em leito: b) total de saídas hospitalares: (D)	<u>Método de Cálculo:</u> se $2,4 \leq M_p \leq 5,7 \rightarrow NF = 2,5$ se $M_p < 2,4 \rightarrow NF = 0$ se $M_p > 5,7 \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> M_p = Média de permanência NF = Nota final da questão
50. Sobre a especialidade Clínica Médica em estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em 2017, informe: a) total de pacientes-dia em leito: b) total de saídas hospitalares: (D)	<u>Método de Cálculo:</u> se $6,5 \leq M_p \leq 9,7 \rightarrow NF = 2,5$ se $M_p < 6,5 \rightarrow NF = 0$ se $M_p > 9,7 \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> M_p = Média de permanência NF = Nota final da questão
51. Sobre a especialidade Cirúrgica em estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em 2017, informe: a) total de pacientes-dia em leito: b) total de saídas hospitalares: (D)	<u>Método de Cálculo:</u> se $3,6 \leq M_p \leq 6,5 \rightarrow NF = 2,5$ se $M_p < 3,6 \rightarrow NF = 0$ se $M_p > 6,5 \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> M_p = Média de permanência NF = Nota final da questão
52. Informe as taxas de Infecção Hospitalar atribuídas aos estabelecimentos de saúde sob gestão estadual para: 52.1. Pneumonia Associada à	<u>Método de Cálculo:</u> se $P_{2017} \leq P_m \rightarrow NF = 2,5$

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
Ventilação Mecânica 2015: 2016: 2017: 52.2. Infecção Primária de Corrente Sanguínea Laboratorialmente Confirmada Associada a Cateter Venoso Central 2015: 2016: 2017: 52.3. Infecção de Trato Urinário Associada a Sonda Vesical de Demora em Unidades de Terapia Intensiva (Adulto, Pediátrica, Neonatal, Coronariana) 2015: 2016: 2017: 52.4. Infecções Cirúrgicas em cirurgias limpas 2015: 2016: 2017: (D)	$\text{se } P_{2017} > P_m \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> P_{2017} = Taxa de infecção por indicador em 2017 P_m = Taxa de infecção por média 2 anos anteriores de cada indicador NF = Nota Final da questão
53. Sobre os pacientes internados em estabelecimentos de saúde sob gestão estadual, informe: a) nº de óbitos em: 2015: 2016: 2017: b) total de saídas hospitalares em: 2015: 2016: 2017: (D)	<u>Método de Cálculo:</u> $\text{se } P_{2017} \leq P_m \rightarrow NF = 10$ $\text{se } P_{2017} > P_m \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> P_{2017} = Proporção de óbitos por saída hospitalar em 2017 P_m = Proporção média 2 anos anteriores NF = Nota Final da questão
54. Em quantos estabelecimentos de saúde sob gestão estadual há acolhimento com classificação de risco para priorização de consulta/atendimento de urgências? (R)	a) Implantados: b) Em implantação: c) Não implantados:
55. Qual o percentual de pacientes com neoplasia maligna que se submeteram, em 2017, ao primeiro tratamento em	<u>Método de Cálculo:</u>

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
estabelecimentos de saúde sob gestão estadual, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados a partir do dia em que foi firmado o diagnóstico em laudo patológico ou em prazo menor, conforme a necessidade terapêutica do caso registrada em prontuário único? (D)	se $P_{st} \leq 50\% \rightarrow NF = 0$ se $P_{st} > 50\% \rightarrow NF = 10$ se $P_{st} = 100\% \rightarrow NF = 20$ <u>Legenda:</u> P_{st} = Pacientes que se submeteram ao tratamento NF = Nota final da questão
56. Informe o nº de óbitos de recém-nascidos em estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em: 2015: 2016: 2017: (D)	<u>Método de Cálculo:</u> se $P_{2016} \leq P_m \rightarrow NF = 10$ se $P_{2016} > P_m \rightarrow NF = 0$
56.1. Informe o total de nascidos vivos em estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em: 2015: 2016: 2017:	<u>Legenda:</u> P_{2017} = Proporção de óbitos por nascido vivo em 2017 P_m = Proporção média 2 anos anteriores NF = Nota Final da questão
57. Informe o nº de óbitos de menores de um ano de idade em estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em: 2015: 2016: 2017: (D)	Não pontuado
58. Informe o total de partos cesarianos em estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em 2017. (D)	<u>Método de Cálculo:</u> se $P_{PC} \leq 40\% \rightarrow NF = 10$ se $P_{PC} > 40\% \rightarrow NF = 0$
58.1. Informe o total de partos realizados em estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em 2017.	<u>Legenda:</u>

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	P_{PC} = Proporção de partos cesáreos por total de partos NF = Nota final da questão
59. Informe o total de partos cesarianos realizados com CID principal diferente de códigos 080-084 em estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em 2017. (D)	<u>Método de Cálculo:</u> $se P_{DDPC} \geq 80\% \rightarrow NF = 10$ $se P_{DDPC} < 80\% \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> P_{DDPC} = Proporção de Partos cesarianos de código diferentes de 080-084 NF = Nota final da questão
60. Qual o nº de Procedimentos de Analgesia de Parto Normal realizados em estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em 2017? (D)	Não pontuado
60.1. Informe o total de Parto Normal realizado em 2017 em estabelecimentos de saúde sob gestão estadual.	
61. Informe a quantidade de Diária de Acompanhamento à Gestante registrada para estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em: 2015: 2016: 2017: (D)	<u>Método de Cálculo:</u> $se P_{2017} \geq P_m \rightarrow NF = 10$ $se P_{2017} < P_m \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> P_{2017} = Proporção em 2017 P_m = Proporção média 2 anos anteriores NF = Nota Final da questão
61.1. Informe o total de AIHs de partos em: 2015: 2016: 2017:	
62. Qual o nº de Testes de Sífilis em Parturiente realizados em estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em 2017? (D)	<u>Método de Cálculo:</u> $se Q_t \geq Q_p \rightarrow NF = 10$ $se Q_t < Q_p \rightarrow NF = 0$

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	<u>Legenda:</u> Q_t = Qtd de testes Q_p = Qtd de partos NF = Nota final da questão
63. Informe a quantidade de Diária de Acompanhante de Idoso registrada para estabelecimentos de saúde sob gestão estadual em: 2015: 2016: 2017: (D)	<u>Método de Cálculo:</u> $se P_{2017} \geq P_m \rightarrow NF = 10$ $se P_{2017} < P_m \rightarrow NF = 0$
63.1. Informe o total de AIHs de internações de idoso em: 2015: 2016: 2017:	<u>Legenda:</u> P_{2017} = Proporção em 2017 P_m = Proporção média 2 anos anteriores NF = Nota Final da questão
64. Qual o percentual de Resultados de Sorologia liberados em tempo oportuno para o diagnóstico de doenças exantemáticas? (D)	<u>Método de Cálculo:</u> $se P_{RS} \geq 88,5\% \rightarrow NF = 10$ $se P_{RS} < 88,5\% \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> P_{RS} = Percentual de Resultados de sorologia NF = Nota final da questão
65. Qual a quantidade total de AIHs de 2017 com campo Raça/Cor "sem informação" em estabelecimentos sob gestão estadual? (D)	<u>Método de cálculo:</u> $se P_{AIH} \leq 10\% \rightarrow NF = 10$ $se P_{AIH} > 10\% \rightarrow NF = 0$
65.1. Informe o total de AIHs em 2017 em estabelecimentos sob gestão estadual.	<u>Legenda:</u> P_{AIH} = Proporção de AIH sem informação de Raça/Cor NF = Nota final da questão
66. Qual a quantidade total de procedimentos ambulatoriais (APAC e BPAi) com campo Raça/Cor "sem informação" em	<u>Método de Cálculo:</u>

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
estabelecimentos sob gestão estadual em 2017? (D)	se $P_{APAC} \leq 10\% \rightarrow NF = 10$ se $P_{APAC} > 10\% \rightarrow NF = 0$
66.1. Informe o total de procedimentos ambulatoriais (APAC e BPAi) em 2017 em estabelecimentos sob gestão estadual.	<u>Legenda:</u> P_{APAC} = Proporção de APAC e BPAi sem informação Raça/Cor NF = Nota final da questão
67. Quantos estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual possuem sistema de controle de ponto eletrônico ou mecânico? (Exemplo de ponto eletrônico: biométrico; digital; etc). (R)	<u>Método de Cálculo:</u> se $E_{cp} < 50\% \rightarrow NF = 0$ se $E_{cp} > 50\% \rightarrow NF = 5$ se $E_{cp} = 100\% \rightarrow NF = 10$ <u>Legenda:</u> E_{cp} = Estabelecimentos com controle de ponto NF = Nota final da questão
68. Informe o nº de leitos hospitalares SUS de internação instalados em estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual ao final de 2017: (R)	<u>Método de cálculo:</u> $NF = P_{max} \times P$
68.1. Informe o nº de leitos hospitalares SUS de internação operacionais em estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual ao final de 2017:	<u>Legenda:</u> P = Proporção de leitos operacionais em relação aos instalados NF = Nota final do quesito P_{max} = Pontuação máxima = 20 pontos
69. Informe o nº de estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual que tiveram taxa de ocupação hospitalar instalada superior a 100% em: 2015: 2016: 2017: (D)	Não pontuado
70. Quantos estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual necessitavam de manutenção/reformas relevantes (comprometendo a assistência) em 31 de dezembro de 2017? (R)	Não pontuado

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
70.1. Destes, quantos estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual encontravam-se em manutenção/reformas?	
71. Informe quantas das seguintes unidades tiveram seu funcionamento interrompido ou foram desativadas por problemas de infraestrutura predial no ano de 2017: (R)	a) Leitos: b) Salas de cirurgia: c) Consultórios:
72. Os estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual utilizam formulário individual de equipamento padronizado e com os campos previstos na publicação do Ministério da Saúde “Equipamentos médico-hospitalares e o gerenciamento da manutenção - Capacitação à distância - Brasília – DF, 2002”? (R)	SIM – 10 <u>Assinale os campos presentes no formulário:</u> ☒ Código do equipamento – 0,5 ☒ Nº de Série – 0,5 ☒ Tipo – 0,5 ☒ Fabricante – 0,5 ☒ Modelo – 0,5 ☒ Valor de aquisição atualizado – 0,5 ☒ Nº de reparos do equipamento nos últimos 6 meses – 0,5 ☒ Idade aproximada do equipamento – 1,0 ☒ Condição de funcionamento do equipamento – 1,0 ☒ Nº médio de utilização/ intervenções por semana executados – 1,0 ☒ Nº de operadores que utilizam o mesmo equipamento – 0,5 ☒ Operadores que tiveram curso de operação do equipamento – 1,0 ☒ Forma de manutenção do equipamento – 1,0 ☒ Qualidade da manutenção, se executada – 0,5 ☒ Tempo médio do retorno do equipamento, quando enviado para manutenção – 0,5 ☒ Unidade do EAS Local da Unidade – 0,5 ☒ Assistência Técnica – 0,5 ☒ Telefone da Assist. Técnica – 0,5 ☒ Recursos (Próprio; Comodato; Doação Serviço) – 0,5 ☒ Custo em US\$ – 0,5 ☒ Vencimento da Garantia – 0,5 ☒ Contrato de manutenção – 0,5 ☒ Nº da Nota Fiscal – 0,5 ☒ Data da instalação – 0,5 NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
73.Quantos hospitais da rede própria sob gestão estadual dispõem de serviços de intervenção técnica em equipamentos médico-hospitalares? (R)	<u>Método de Cálculo:</u> $\text{se } E_{ssi} \leq 50\% \rightarrow NF = 0$ $\text{se } E_{ssi} > 50\% \rightarrow NF = 5$ $\text{se } E_{ssi} = 100\% \rightarrow NF = 10$
73.1. Quais possuem?	<u>Legenda:</u> E_{ssi} = Estabelecimentos de saúde com serviços de intervenção NF = Nota final da questão
74.Informe a quantidade dos seguintes equipamentos dos estabelecimentos da saúde da rede própria que se encontravam como aparelhos de manutenção da vida reservas ou de backup em 31 dezembro de 2017: (R)	a) Reanimador pulmonar: b) Respirador: c) Desfibrilador:
75.Informe a quantidade dos seguintes equipamentos dos estabelecimentos da saúde da rede própria sob gestão estadual que se encontravam parados em dezembro de 2017 por 06 meses ou mais: (R)	Não pontuado
75.1. Aparelhos de diagnóstico por imagem (gama câmara, raio X, ultrassom, tomografia, ressonância magnética) : <u>Informe as causas:</u> a) Falta de servidores e/ou profissionais capacitados: b) Equipamentos sem manutenção e/ou aguardando peças: c) Falta de insumos para utilização: d) Defasagem tecnológica: e) Necessidade de adequação do local: f) Outras:	
75.2. Aparelhos de manutenção da vida (reanimador pulmonar, respirador e desfibrilador) - excluídos reservas / backup: <u>Informe as causas:</u> a) Falta de servidores e/ou profissionais capacitados: b) Equipamentos sem manutenção e/ou aguardando peças:	

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
c) Falta de insumos para utilização: d) Defasagem tecnológica: e) Necessidade de adequação do local: f) Outras:	
76. Informe o total de pacientes-dia atendidos em 2017 pelos seguintes estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual: a) Da administração direta: b) Gerenciados por OSS: c) Hospitais de ensino (apenas SUS): (D)	<u>Método de Cálculo:</u> $se\ 75 \leq TO \leq 90\% \rightarrow NF = 10$ $se\ TO < 75\% \rightarrow NF = 0$ $se\ TO > 90\% \rightarrow NF = 0$
76.1. Informe o número total de leitos-dia em 2017 dos seguintes estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual: a) Da administração direta: b) Gerenciados por OSS: c) Hospitais de Ensino (apenas SUS):	<u>Legenda:</u> TO = taxa de ocupação total por tipo de estabelecimento (Administração Direta, Gerenciados por OSS e Hospital de Ensino) NF = Nota final da questão por tipo de estabelecimento (Administração Direta, Gerenciados por OSS e Hospital de Ensino)
77. Há hospital(is) geral(is) da rede própria estadual na área administrativa do DRS? (R)	SIM Responda as perguntas 78 a 84 referentes à enfermaria (elemento destinado à internação de pacientes com capacidade de 3 a 6 leitos por ambiente). NÃO
78. Quantidade de médicos diarista ⁴ (com jornada semanal de trabalho em forma de atuação diária) para leitos de especialidade Clínica Médica em hospitais gerais da rede própria estadual. (R)	<u>Método de Cálculo:</u> $se\ R_{ME} \geq 1/10 \rightarrow NF = 10$ $se\ R_{ME} < 1/10 \rightarrow NF = 0$
78.1. Total de leitos de especialidade Clínica Médica existentes (instalados) em hospitais gerais da rede própria estadual.	<u>Legenda:</u> R_{ME} = Relação de médicos por leito existente NF = Nota final da questão

⁴ Considerar o número de médicos diaristas equivalentes para carga horária completa semanal (40 horas). Ou seja, quando ocorrer carga horária semanal parcial (20 horas), considerar a quantidade de 0,5 para cada médico diarista.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
79. Quantidade de médicos diaristas ⁵ (com jornada semanal de trabalho em forma de atuação diária) para leitos de especialidade Pediátrica em hospitais gerais da rede própria estadual. (R)	<u>Método de Cálculo:</u> se $R_{ME} \geq 1/10 \rightarrow NF = 10$ se $R_{ME} < 1/10 \rightarrow NF = 0$
79.1. Total de leitos de especialidade Pediátrica (clínica + cirúrgica) existentes (instalados) em hospitais gerais da rede própria estadual.	<u>Legenda:</u> R_{ME} = Relação de médicos por leito existente NF = Nota final da questão
80. Quantidade de médicos diaristas ⁵ (com jornada semanal de trabalho em forma de atuação diária) para leitos de especialidade Obstétrica em hospitais gerais da rede própria estadual. (R)	<u>Método de Cálculo:</u> se $R_{ME} \geq 1/10 \rightarrow NF = 10$ se $R_{ME} < 1/10 \rightarrow NF = 0$
80.1. Total de leitos de especialidade Obstétrica (clínica + cirúrgica) existentes (instalados) em hospitais gerais da rede própria estadual.	<u>Legenda:</u> R_{ME} = Relação de médicos por leito existente NF = Nota final da questão
81. Quantidade de médicos diaristas ⁵ (com jornada semanal de trabalho em forma de atuação diária) para leitos de especialidade Cirúrgica em hospitais gerais da rede própria estadual. (R)	<u>Método de Cálculo:</u> se $R_{ME} \geq 1/6 \rightarrow NF = 10$ se $R_{ME} < 1/6 \rightarrow NF = 0$
81.1. Total de leitos de especialidade Cirúrgica existentes (instalados) em hospitais gerais da rede própria estadual.	<u>Legenda:</u> R_{ME} = Relação de médicos por leito existente NF = Nota final da questão
82. Quantidade de enfermeiros em hospitais gerais da rede própria estadual. (R)	<u>Método de Cálculo:</u> se $R_{EF} \geq 0,4 \rightarrow NF = 10$ se $R_{EF} < 0,4 \rightarrow NF = 0$
82.1. Total de leitos hospitalares de internação existentes (instalados) em hospitais gerais da rede própria estadual.	<u>Legenda:</u> R_{EF} = Relação de enfermeiros por leito existente NF = Nota final da questão
83. Quantidade de pessoal de enfermagem, incluindo enfermeiros, em hospitais gerais da rede própria estadual.	<u>Método de Cálculo:</u>

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
(R)	se $R_{PEL} \geq 1,8 \rightarrow NF = 10$ se $R_{PEL} < 1,8 \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> R_{PEL} = Relação pessoal da enfermagem por leito existente NF = Nota final da questão
84.Quantidade de funcionários, excluindo médicos, em hospitais gerais da rede própria estadual. (R)	<u>Método de Cálculo:</u> se $R_{FL} \geq 4,2 \rightarrow NF = 10$ se $R_{FL} < 4,2 \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> R_{FL} = Relação funcionário por leito existente NF = Nota final da questão
85.Informe a quantidade de exames de Ultrassom Convencional realizados em estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual em: 2015: 2016: 2017: (D)	<u>Método de Cálculo:</u> se $P_{2017} \geq P_m \rightarrow NF = 10$ se $P_{2017} < P_m \rightarrow NF = 0$
85.1. Informe a quantidade de equipamentos de Ultrassom Convencional em estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual em: 2015: 2016: 2017:	<u>Legenda:</u> P_{2017} = Quantidade de exames / Quantidades de equipamentos em 2017 P_m = Quantidade de exames / Quantidades de equipamentos média dos 2 anos anteriores NF = Nota final da questão
86.Informe a quantidade de exames de Ressonância Magnética realizados em estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual em 2017: (D)	<u>Método de Cálculo:</u> se $P_{2017} \geq 5000 \rightarrow NF = 10$

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
86.1. Informe a quantidade de equipamentos de Ressonância Magnética em estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual em 2017:	se $P_{2017} < 5000 \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> P_{2017} = Quantidade de exames / Quantidades de equipamentos em 2017 NF = Nota final da questão
87. Em quantos estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual há controle do tempo de espera para atendimento no Pronto Socorro e no Pronto Atendimento? (R)	
88. Os estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual possuem gestão de estoque dos insumos informatizado e integrado (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas)? (R)	SIM, todos possuem – 10
	SIM, a maior parte possui (>50%) – 5
	SIM, a menor parte possui ($\leq 50\%$) – 2,5
	NÃO – 00
89. Os estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual possuem gestão de estoque de medicamentos informatizado e integrado? (R)	SIM, todos possuem – 10
	SIM, a maior parte possui (>50%) – 5
	SIM, a menor parte possui ($\leq 50\%$) – 2,5
	NÃO – 00
90. Informe a quantidade de estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual de acordo com a forma de organização dos documentos do acervo da unidade: (R)	a) Por série documental: b) Por unidade produtora/setor: c) Não há padrão estabelecido: d) Outros a discriminar:
91. Quantos estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual possuem instrumento de busca e de recuperação de informações de prontuários médicos? (R)	
91.1. Qual(is) instrumento(s) de busca e de recuperação de informações de prontuários médicos é(são) utilizado(s)? (R)	Relação
	Inventário
	Planilha

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	Outros <u>Descreva:</u>
92. Houve apuração dos custos da unidade de internação (enfermaria) dos estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão estadual em 2017? (R)	SIM – 10 <u>Informe o somatório:</u> dos custos da unidade de internação (enfermaria): do número de pacientes/dia:
	NÃO – 00

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questões direcionadas às Secretarias Municipais de Saúde

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
93. O apoio financeiro (cooperação financeira) dado, durante o exercício de 2017, pelo Estado ao município para cumprimento das responsabilidades previstas na legislação relacionada ao SUS é adequado? (D)	SIM – 10
	NÃO – 00
93.1. Informe o valor total referente ao Repasse Estadual recebido pelo município em 2017.	
93.2. Informe o valor total referente ao Repasse Federal recebido pelo município em 2017.	
94. O apoio técnico (cooperação técnica) dado, durante o exercício de 2017, pelo Estado ao município para cumprimento das responsabilidades previstas na legislação relacionada ao SUS é adequado? (D)	SIM – 10
	NÃO – 00
94.1. Informe qual(is) o(s) principal(is) apoio(s) técnico(s) recebidos pelo município em 2017.	
95. O município aderiu ao programa Dose Certa? (D)	SIM

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	NÃO
95.1. O apoio financeiro dado pelo Estado para financiamento do componente básico da Assistência Farmacêutica, inclusive por intermédio do Programa Dose Certa, foi executado de acordo com o pactuado na Comissão Intergestores Bipartite?	SIM - 20
	NÃO - 00
95.2. Informe o percentual de itens de medicamentos do componente básico da Assistência Farmacêutica (Programa Dose Certa) com desabastecimento (falta do medicamento) superior a um mês, após o encerramento do trimestre, referente ao exercício de 2017. (Se município aderente ao programa Dose Certa)	PERCENTUAL = 0% - 17,5
	0% < PERCENTUAL ≤ 5% – 15 <u>Informe</u> relação de itens de medicamentos com desabastecimento superior a um mês
	5% < PERCENTUAL ≤ 10% – 7,5 <u>Informe</u> relação de itens de medicamentos com desabastecimento superior a um mês
	10% < PERCENTUAL ≤ 15% – 5 <u>Informe</u> relação de itens de medicamentos com desabastecimento superior a um mês
	PERCENTUAL > 15% – 0 <u>Informe</u> relação de itens de medicamentos com desabastecimento superior a um mês
96. O prazo de 10 dias úteis para liberação dos resultados dos exames de Dengue (IgM) é cumprido pelo LACEN estadual? () sempre () frequentemente () pouco () nunca (D)	<u>Método de Cálculo:</u> se $P_S > P_T \rightarrow NF = 10$ se $P_S \leq P_T \rightarrow NF = 0$ <u>Legenda:</u> P_S = Proporção de atendimento “sempre” e/ou “frequentemente” P_T = Proporção de atendimento dos demais NF = Nota final da questão
97. Os exames acetilcolinesterase nos trabalhadores que utilizam inseticidas organofosforados e carbamatos nas atividades de controle vetorial: () são realizados pelo município ao menos duas vezes	<u>Método de Cálculo:</u> se $P_{IAl. 2x} > P_T \rightarrow NF = 10$

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
ao ano () são realizados pelo IAL ao menos duas vezes ao ano () são realizados pelo município uma vez ao ano () são realizados pelo IAL uma vez ao ano () são realizados de forma compartilhada pelo município e pelo IAL () não são realizados (D)	$\text{se } P_{IAL\ 2x} \leq P_T \rightarrow NF = 0$ Legenda: $P_{IAL\ 2x}$ = Proporção de “são realizados pelo IAL ao menos duas vezes ao ano” P_T = Proporção de atendimento dos demais NF = Nota final da questão

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questão direcionada à Secretaria da Fazenda

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
98.O governo estadual aplicou, em 2017, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) previsto no art. 6º da Lei Complementar 141/2012? (D)	SIM
	NÃO – rebaixar

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Fórmula Geral:

O objetivo geral do I-Saúde é avaliar o exercício das responsabilidades sanitárias a cargo da gestão estadual.

Para se chegar a indicadores de avaliação a partir de um objetivo geral, Cohen (2011, p. 152/167) ensina que o processo de avaliação consiste em determinar o grau em que foram alcançadas as finalidades e que isto requer dimensionar o objetivo geral em subconjuntos de objetivos específicos, os quais por sua vez em metas, cuja obtenção será medida através de indicadores.

Essa avaliação aproveita ensinamentos da metodologia de pesquisa que desenvolveu procedimentos e técnicas que permitem transformar os conceitos abstratos em indicadores. Pela metodologia de pesquisa, tem-se uma sequência de transformação: a) parte-se de uma representação literária do conceito; b) depois há especificação deste com a divisão nas dimensões que o integram; c) escolha de indicadores que permitam medir cada uma das dimensões; e d) formação de índices para sintetizar os dados resultantes das etapas anteriores, podendo ser índices somatórios simples, com dimensão e indicador sob mesmo peso, e índices somatórios ponderados, com pesos diferentes a cada dimensão ou indicador.

Tal metodologia é compartilhada na avaliação de políticas públicas, contudo com a diferença de que um objetivo geral não é decomposto em objetivos específicos nem estes em metas através da dedução, mas sim a partir de prioridades políticas e da racionalidade técnica.

Para Jannuzzi (2006, p. 15), “um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.”

Difere das estatísticas públicas, que “correspondem ao dado social na forma bruta, não inteiramente contextualizado em uma Teoria Social ou uma Finalidade Programática, só parcialmente preparado para uso na interpretação empírica da realidade.”

Como dado social na forma bruta, as estatísticas públicas (dados censitários, estimativas amostrais e registros administrativos) constituem-se na matéria-prima para a construção de indicadores sociais (taxas, proporções, médias, índices, distribuição por classes ou por cifras absolutas), que se diferenciam pelo conteúdo/valor informacional.

A montagem de sistema de indicadores sociais a partir de estatísticas públicas envolve uma série de decisões metodológicas: a) a definição operacional do conceito abstrato ou temática social de interesse; b) a especificação das suas dimensões, das diferentes formas de interpretação ou abordagem do conceito ou temática social, tornando-o, de fato, um objeto específico, claro e passível de ser “indicado” de forma quantitativa; c) a obtenção das estatísticas públicas pertinentes, provenientes de Censos Demográficos, pesquisas amostrais, cadastros públicos; e d) a combinação orientada das estatísticas disponíveis para cômputo dos indicadores, compondo um sistema de indicadores sociais, que traduza em termos mais tangíveis o conceito abstrato inicialmente idealizado.

As propriedades desejáveis para o sistema de indicadores resultante dessa montagem são: a) relevância social (a pertinência de sua produção); b) validade (capacidade de refletir de fato o conceito abstrato ou temática social); c) confiabilidade (propriedade relacionada à qualidade do levantamento dos dados usados no seu cômputo); d) grau de cobertura adequado, representativo da realidade empírica em análise; e) sensibilidade (capacidade em refletir mudanças significativas se as condições que afetam a dimensão social referida se alteram); f) especificidade (demonstração das alterações estritamente ligadas às mudanças relacionadas à dimensão social de interesse); g) inteligibilidade (transparência da metodologia de construção do indicador); h) periodicidade (possibilidade do indicador ser atualizado); i) factibilidade (obtenção a custos módicos); j) referidos aos grupos sociais de interesse ou população-alvo; e k) historicidade (disposição de séries históricas extensas e comparáveis, de modo a poder cotejar o valor presente com situações do passado, inferir tendências e avaliar efeitos de eventuais políticas sociais implementadas).

Entretanto, de acordo com Januzzi (2006, p.31), “é muito raro dispor de indicadores sociais que gozem plenamente de todas estas propriedades”, razão pela qual priorizou-se o alcance da relevância social, validade, confiabilidade, periodicidade e inteligibilidade.

Sob esses conceitos e as decisões metodológicas explicitadas nas páginas 6 e 7, os indicadores foram apresentados sob duas dimensões de interpretação ou abordagem, quais sejam, o grau de exercício das responsabilidades sanitárias do Estado (R) e o desempenho (D) decorrente dessas responsabilidades.

Escalas e ponderações

1) Pontuação (escala) para cada indicador

As escalas (pontos) outorgam significados aos indicadores. Existem duas alternativas para tal atribuição: uma avaliando os órgãos e entidades que compõem o governo estadual, assim permitindo determinar a distribuição do indicador, medidas de tendência central e dispersão; outra avaliando o governo estadual como um todo.

Assim, a maioria dos indicadores permitirá pontuar os órgãos e entidades integrantes do governo estadual, segundo os Departamentos Regionais de Saúde (DRS) aos quais estão subordinados. Por outro lado, haverá uma minoria que a avaliação somente acontecerá se for considerado o governo como um todo, contando em alguns casos com a opinião das Secretarias Municipais de Saúde de 645 municípios do Estado.

2) Ponderação

O IDSUS, por meio de técnica estatística multivariada (Análise dos Componentes Principais), atribuiu maior peso aos indicadores simples mais heterogêneos (com maior variação) e menor peso aos indicadores simples mais homogêneos (com menor variação) entre os municípios avaliados, almejando a menor perda possível de informação na geração do indicador composto (índice).

Pelo emprego da técnica acima, por exemplo (Figura 1), o indicador simples de “cobertura populacional estimada pelas equipes básica de saúde” revelou-se, no período avaliado, mais heterogêneo que a “proporção nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal”, já que teve peso maior na composição do índice de acesso potencial ou óbito da

Atenção Básica, sem que isso signifique menor importância ou relevância em termos de saúde pública.

Figura 1

ÍNDICES	INDICADORES	PESOS PCA
Acesso Potencial ou Obtido da atenção Básica (A)	Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de saúde	52,70%
	Índice de Atenção à Saúde Bucal ⁽¹⁾	38,65% ⁽¹⁾
	Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de saúde bucal	
	Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada	
	Proporção de exodontia em relação aos procedimentos	
	Proporção nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal	8,65%

Almejando a menor perda possível de informação na geração do indicador composto, propôs-se agrupar os indicadores simples (1 a 97) em duas dimensões (desempenho e responsabilidade sanitária) inversamente proporcionais no i-saúde estadual. Dessa forma, dificulta-se o enquadramento como “efetivo” ignorando uma dimensão, ao mesmo tempo que se direciona a atenção para a dimensão pior avaliada, e, assim, servindo como guia para o aprimoramento da atuação estadual em saúde.

A classificação em [R] Responsabilidade Sanitária ou [D] Desempenho se encontra no canto inferior direito do quesito deste manual.

$$i - \text{SAÚDE} = \frac{(R \times \sum_{i=1}^r PR) + (D \times \sum_{i=1}^d PD))}{0,5}$$

Legenda:

R – peso da dimensão “Responsabilidade Sanitária”

r – total de quesitos da dimensão “Responsabilidade Sanitária”

PR – pontuação obtida na dimensão “Responsabilidade Sanitária”

D – peso da dimensão “Desempenho”

d – total de quesitos da dimensão “Desempenho”

PD – pontuação obtida na dimensão “Desempenho”

Cálculo dos quesitos respondidos pelos Departamentos Regionais de Saúde (DRS):

Os quesitos 23 ao 76 e 85 ao 92 serão calculados da seguinte forma:

$$Q_j = \frac{\sum_{i=1}^n P_j}{m}$$

Legenda:

Q – Média da Pontuação do quesito para cálculo do i-Saúde

j – número do quesito de 23 a 92

i = DRS que respondeu o quesito

n = número total de DRS que responderam o quesito

m = número de DRS existentes

P = pontos obtidos pela DRS no quesito

Os quesitos 78 ao 84 serão calculados da seguinte forma:

$$Q_j = \frac{\sum_{i=1}^n P_j}{m - r}$$

Legenda:

Q – Média da Pontuação do quesito para cálculo do i-Saúde

j – número do quesito de 78 a 84

i = DRS que respondeu o quesito

n = número total de DRS que responderam o quesito

m = número de DRS existentes

r = número de DRS sem hospital geral da rede própria estadual

P = pontos obtidos pela DRS no quesito

Cálculo dos quesitos respondidos pelas Secretarias Municipais de Saúde (SMS):

Os quesitos 93 ao 95 serão calculados da seguinte forma:

$$Q_k = \frac{\sum_{i=1}^m P_k}{m}$$

Legenda:

Q – Média da Pontuação do quesito para cálculo do i-Saúde

k – número do quesito de 93 a 95

i = SMS que respondeu o quesito

m = número total de SMS que respondeu o quesito

P = pontos obtidos pela SMS no quesito

Os quesitos 96 e 97 serão calculados por meio de consolidação das respostas de todas as Secretarias Municipais de Saúde, segundo o método de cálculo informado nas respectivas questões.

Composição:

•Responsabilidade Sanitária

$$R = \frac{Nd}{Nd + Nr}$$

$$Nr = \frac{\sum_{i=1}^r Pr}{Pr_{máx}}$$

Legenda:

R – peso da dimensão “Responsabilidade Sanitária”

Nd = proporção obtida nos quesitos da dimensão “Desempenho”

Nr = proporção obtida nos quesitos da dimensão “Responsabilidade Sanitária”

Pr_{máx} – pontuação máxima da dimensão “Responsabilidade Sanitária”

r - total de quesitos da dimensão “Responsabilidade Sanitária”

Pr – pontuação obtida no quesito da dimensão “Responsabilidade Sanitária”⁵

•**Desempenho**

$$D = \frac{Nr}{Nd + Nr}$$

$$Nd = \frac{\sum_{i=1}^d Pd}{Pdmáx}$$

Legenda:

D – peso da dimensão “Desempenho”

Nd = proporção obtida nos quesitos da dimensão “Desempenho”

Nr = proporção obtida nos quesitos da dimensão “Responsabilidade Sanitária”

Pdmáx – pontuação máxima da dimensão “Desempenho”

d – total de quesitos da dimensão “Desempenho”

Pd – pontuação obtida no quesito da dimensão “Desempenho”⁵

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Saúde
Pontos máximos: 1.000 Pontos mínimos: 000	i-SAÚDE: 20%

⁵ Para os quesitos respondidos pelos Departamentos Regionais de Saúde (DRS) e Secretarias Municipais de Saúde (SMS), a pontuação obtida na questão será a média da pontuação do quesito para cálculo do i-Saúde (Qj e Qk).

4.3 SÍNTESE i-PLAN

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DO PLANEJAMENTO

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário;
- Cada indicador deste índice possui peso em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e gestão;
- A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

• Indicador de Coerência entre os resultados dos Indicadores de Programas e das Metas dos Produtos e/ou Ações (A_1)

Em consonância ao indicador do IEG-M, o objetivo será apurar a média do resultado alcançado de todos os indicadores de um programa e compará-la com a média dos resultados alcançados por todos os produtos e/ou ações desse programa (conforme metodologia adotada na peça de planejamento), através do seguinte cálculo:

$$A_1 = |(\overline{A/B}) - \overline{(C/D)}|$$

Onde:

A_1 = Resultado do indicador procurado

A = Valor realizado para cada indicador de programa

B = Valor previsto inicialmente para cada indicador de programa

C = Valor da meta realizada para cada produto ou ação do programa

D = Valor da meta prevista para cada produto ou ação do programa

Ressalta-se que, previamente ao cálculo ora indicado, a equipe responsável por enviar a informação deverá analisar a necessidade de tratamento dos dados fornecidos, na medida em que podem existir indicadores de programa cuja meta final desejável é menor que a meta inicial estabelecida. A tabela de dados enviada deverá segregar estas informações, de forma a permitir o correto cálculo.

Nos casos em que o indicador de programa for decrescente, dos Valores realizado (A) e previsto (B) serão subtraídos o Diagnóstico Inicial. Se houverem casos em que a meta prevista para produto ou ação também seja decrescente, dos Valores da meta realizada (C) e da meta prevista (D) serão subtraídos o Diagnóstico Físico Inicial.⁶

O valor de A_1 será apurado para cada programa, através da média apurada após os cálculos considerando cada produto/ação. De posse desta média, será atribuída a pontuação de cada programa (conforme tabela de pontuação abaixo). A pontuação final de A_1 será a média obtida das pontuações atribuídas aos programas. Conforme o resultado que " A_1 " (final) assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Menor ou igual a 0,2	200

⁶ Os diagnósticos iniciais (dos indicadores e das metas físicas) referem-se ao diagnóstico prévio ao planejamento. É a situação em que o Estado se encontra no início do exercício objeto do planejamento. A informação da quantidade nos Diagnósticos Iniciais é obrigatória quando se tratar de indicadores e/ou metas físicas decrescentes e opcional para indicadores e/ou metas físicas crescentes.

Maior que 0,2 e menor que 0,4	Graduação entre 200 e 0
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados entre 0,2 e 0,4, a graduação será distribuída igualitariamente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$[(0,4 - A_1)/0,2]*200$$

Assim, se $A_1 = 0,21$, então pontuação será 190. Se $A_1 = 0,39$, então pontuação será 10.

• Indicador de Equilíbrio da Execução Orçamentária – IEEO (A_2)

Observou-se metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em relatório de análise das contas do governador do ano de 2013 (TCMG, 2013) que teve o propósito de apresentar dados agregados sobre o planejamento e a execução das ações, agrupadas por programas e redes de desenvolvimento integrado, possibilitando análises/conclusões gerais.

O objetivo deste indicador é diagnosticar eventuais necessidades de revisão da metodologia de estruturação de programas e ações, seus objetivos, metas e indicadores. Nessa reavaliação, deve-se buscar entender porque vários programas apresentam dissociação entre os recursos empregados e os resultados obtidos. O procedimento de revisão de despesas deve ser introduzido como parte dos instrumentos de aperfeiçoamento da elaboração orçamentária, particularmente naquelas áreas mais relevantes (FMI, 2008).

Foi desenvolvido o IEEO que é calculado a partir da razão entre o indicador da execução orçamentária – IEO e o indicador da execução física – IEF. Valores do IEEO próximos a 1 (um) demonstram um equilíbrio linear entre a execução orçamentária e a execução física, enquanto valores distantes de 1 (um) demonstram desequilíbrio. Esta distância foi definida como aceitável em até 30%, ou seja, considera-se razoável um intervalo de variação entre 0,70 e 1,30 para o IEEO, classificando como discrepantes os IEEOs de ações, programas ou redes com resultado abaixo de 0,70 ou acima de 1,30.

Assim, o referido indicador será apurado, para cada produto e/ou ação governamental, com análise comparativa entre o planejamento e a execução, física e financeira, da seguinte forma:

$$A_2 = \text{IEEO} = \text{IEO} / \text{IEF} = [A / B] / [C / D]$$

Onde:

A_2 = Resultado do indicador procurado

IEO = Indicador da execução orçamentária

IEF = Indicador da execução física

A = Despesa Liquidada - Execução Orçamentária (em R\$)

B = Dotação Orçamentária atualizada (em R\$)

C = Execução física (em unidades)

D = Planejamento físico atualizado (em unidades)

O IEEO sempre estará acima de 1 (um) quando o percentual de execução orçamentária for maior que o percentual de execução física. Um IEEO abaixo de 1 (um) será observado nos casos em que o percentual de execução orçamentária for menor que a execução física.

O IEEO não é um indicador para sinalizar “bom” desempenho de programas. Isso dependeria de uma análise operacional. Contudo, é adequado para identificar rapidamente as discrepâncias mais graves entre o planejamento e a execução orçamentária e física, objeto de avaliação desta dimensão do IEG-E.

A metodologia do indicador sugerido remete exatamente ao conceito de avaliação da eficiência, ou seja, medição do nível de realização financeira e física, comparativamente ao que fora previsto na lei orçamentária.

A importância do IEEO é a de sinalizar a necessidade ou não de ajustes na qualidade do planejamento, uma vez que aponta os desequilíbrios existentes neste. Esta informação será de utilidade tanto para os responsáveis pelo planejamento orçamentário e financeiro do governo estadual, quanto para os responsáveis pelo controle interno, além dos órgãos de fiscalização e o controle social. As causas de eventual desequilíbrio pode tratar-se de imprecisões no processo de planejamento, da existência de falhas no processo de gerenciamento do programa, de equívoco no que está sendo considerado como meta para referido programa ou, até mesmo boa prática gerencial nos casos em que a meta física teve alcance de 100% e certa economia de recursos, e que merece ser divulgada e replicada para os demais programas.

Conforme o resultado que A_2 assumir, receberá pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior que 1,3	0
Maior que 1,0 e menor ou igual a 1,3	Graduação entre 200 e 0
Igual a 1,0	200
Maior ou igual a 0,7 e menor que 1,0	Graduação entre 0 e 200
Menor que 0,7	0

Por este resultado, está sendo atribuída pontuação 0 (zero) à ação pública cuja discrepância entre a execução física e a financeira seja inferior a 70% (por exemplo: execução física de 80% da meta e consumo de 30% do recurso financeiro disponibilizado) e superior a 130% (por exemplo: execução física de 60% da meta e consumo de 100% do recurso financeiro disponibilizado). Além disso, está sendo atribuída pontuação gradual de 0 a 100 para IEEO's entre 0,70 e 1,30.

Para resultados maiores ou iguais a 0,70 e menores ou iguais a 1,30, a graduação será distribuída igualmente no intervalo.

Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Para resultados maiores ou iguais a 0,7 e menores que 1,00, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 6,45 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((A_2 - 0,69)/0,31)*200$$

Por exemplo, se $A_2 = 0,70$, a nota do indicador será 6,45 pontos. Se $A_2 = 0,99$, a nota do indicador será 193,55 pontos.

Para resultados maiores que 1,00 e menor ou igual a 1,30, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 6,45 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((1,31 - A_2)/0,31)*200$$

Por exemplo, se $A_2 = 1,01$, a nota do indicador será 193,55 pontos. Se $A_2 = 1,30$, a nota do indicador será 6,45 pontos. Se $A_2 = 1,31$, a nota do indicador será 0,00 pontos.

A pontuação final será apurada da seguinte forma: 1) Apuração do IEEO de cada produto/ação que compõem determinado programa; 2) Atribuição da respectiva pontuação, linha a linha, para cada IEEO de produto/ação; 3) Apuração da pontuação média de cada programa (razão entre o somatório da pontuação e a quantidade de produtos de cada programa).

Assim, apurado o IEEO e a pontuação para cada produto/ação, chega-se ao IEEO e pontuação de cada programa. A pontuação geral do governo do Estado será apurada realizando-se a média das pontuações dos diversos programas.

Em outras palavras, a pontuação de um programa será a média das pontuações atribuídas aos produtos/ações que o compõem e, a pontuação geral do A_2 , será a média das pontuações calculadas para cada programa.

• Indicador de Percentual de Alteração do Planejamento Inicial (A_3)

Metodologia adotada: Total dos valores dos programas estabelecidos inicialmente na Lei Orçamentária Anual – LOA – comparado com os valores finais apurados para os mesmos programas. Os cálculos serão realizados, linha a linha, por programa, da seguinte maneira:

$$A_3 = [A / B]$$

Onde:

A_3 = Resultado do indicador procurado

A = Valor final do programa – Dotação atualizada ao final do exercício (total)

B = Valor inicial do programa – Dotação inicial (total)

É importante considerar que os dados fornecidos para apuração do indicador devem considerar apenas programas sob responsabilidade do Poder Executivo.

A pontuação de A_3 será apurada através da média das pontuações atribuídas a cada programa (Razão entre o somatório das pontuações e a quantidade de programas do Poder Executivo).

Conforme o resultado que " A_3 " assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,3	0
Maior que 1,1 e menor que 1,3	Graduação entre 200 e 0
Maior ou igual a 0,9 e menor ou igual a 1,1	200

Resultado	Pontuação
Maior que 0,5 e menor que 0,9	Graduação entre 0 e 200
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados maiores que 0,5 e menores que 0,9, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 5,0 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((A_3 - 0,5)/0,4)*200$$

Por exemplo, se $A_3 = 0,51$, a nota do indicador será 5 pontos. Se $A_3 = 0,89$, a nota do indicador será 195 pontos.

Para resultados maiores que 1,1 e menores que 1,3, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((1,3 - A_3) / 0,2)*200$$

Por exemplo, se $A_3 = 1,11$, a nota do indicador será 190 pontos. Se $A_3 = 1,29$, a nota do indicador será 10 pontos.

• Indicador de Respeito à Previsão Orçamentária para Investimento (A_4)

O IEG-E faz análise do nível de realização do investimento público estabelecido no planejamento orçamentário inicial.

O objetivo deste indicador é verificar se o nível de investimento público previsto na Lei Orçamentária do Estado foi alcançado. Ou seja, comparar-se-á os investimentos na previsão orçamentária e os investimentos na execução orçamentária.

$$A_4 = [A / B]$$

Onde:

A_4 = Resultado do indicador procurado

A = Investimento executado – despesa liquidada do grupo de despesa 44⁷

B = Investimento previsto (dotação anual inicial)

O investimento executado será obtido nas informações contábeis de despesa liquidada, classificada no grupo de despesa - código 44 – Investimentos (Portaria Interministerial STN/SOF/MPOG nº 163/2001).

Quanto mais próximo de 1,00 for o A_4 encontrado, mais o que foi executado coincide com o que foi planejado. Se A_4 for maior que 1,00 significa que o investimento executado foi superior ao planejado. Para variações acima de 30% (para mais ou para menos) será atribuída pontuação zero.

⁷ Poderá ser incluída a despesa executada no elemento de despesa 459065 que refere-se a recursos destinados à 'constituição ou aumento de capital das empresas' estatais independentes, caso sejam também fornecidos demonstrativos validados pela auditoria independente detalhando o investimento em bens e serviços de interesse público, realizado pelas empresas beneficiárias de tais aportes de capital.

Conforme o resultado que A_4 assumir, receberá pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,3	0
Maior que 1,0 e menor que 1,3	Graduação entre 200 e 0
Igual a 1,0	200
Maior que 0,7 e menor que 1,0	Graduação entre 0 e 200
Menor ou igual a 0,7	0

Para resultados maiores que 0,7 e menores que 1,0, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 6,67 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((A_4 - 0,7)/0,30)*200$$

Por exemplo, se $A_4 = 0,71$, a nota do indicador será 6,67 pontos. Se $A_4 = 0,99$, a nota do indicador será 193,33 pontos.

Para resultados maiores que 1,0 e menor ou igual a 1,3, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 6,67 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((1,30 - A_4)/0,30)*200$$

Por exemplo, se $A_4 = 1,01$, a nota do indicador será 193,33 pontos. Se $A_4 = 1,29$, a nota do indicador será de 6,67 pontos.

• Indicador de Qualidade do Planejamento (A_5)

As leis orçamentárias do Estado de São Paulo primam por demonstrar a importância do planejamento, incluindo o sistema de monitoramento como ferramenta de retroalimentação do processo.

O Decreto paulista nº 61.061 de 16/01/2015 fixou normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2015 e determinou no artigo 10 que a programação inicial, a execução e a reprogramação das metas das ações dos programas aprovados na Lei Orçamentária 2015 e modificações posteriores, bem como o registro dos resultados dos respectivos programas serão efetuados no Sistema de Monitoramento de Programas e Ações do PPA - SIMPA, disponibilizado no sítio www.planejamento.sp.gov.br.

O Decreto determinou ainda que os gestores se obrigam a promover avaliação permanente dos resultados dos programas orçamentários e a manter os sistemas de informações de planejamento devidamente atualizados (São Paulo, 2015a).

Seguindo a tendência de 2015, o Decreto 61.174 de 18/03/2015 definiu as normas para elaboração do PPA 2016-2019 e determinou que a metodologia para elaboração, monitoramento e avaliação dos Programas e Ações é a do Orçamento por Resultados, cabendo às Secretarias de Estado e suas entidades supervisionadas a inserção de informações nos sistemas de monitoramento e a promoção de avaliação sistemática dos

resultados dos programas e ações. Também a Secretaria de Planejamento e Gestão tem atribuição específica de monitorar e avaliar os Programas e Ações, com a finalidade de aferir seus resultados.

A Lei 16.083 de 28/12/2015 instituiu o PPA para o quadriênio 2016–2019, que tem o espírito de aprimorar as práticas da gestão orientada para resultados, determinou que a gestão do PPA compreenderá a execução, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos programas, objetivos, produtos, indicadores, metas e valores globais. Além disso, determinou que as informações sobre o acompanhamento do PPA serão disponibilizadas, em linguagem simples, no portal da transparência do Estado de São Paulo.

A lei conceituou indicador, dentro das leis orçamentárias, como sendo a medida que permite aferir, periodicamente, o alcance do objetivo de um programa ou a oferta de seus produtos, auxiliando o seu monitoramento e avaliação, sendo detalhado por: a) valor mais recente; b) período de referência; e c) fonte da informação.

A lei definiu ainda como objetos prioritários das atividades de monitoramento, os Programas Finalísticos e os de Melhoria de Gestão de Políticas Públicas. Além disso, esclareceu que as atividades de monitoramento e avaliação poderão fazer uso de indicadores complementares aos publicados no PPA, sendo que estes não estarão vinculados ao cumprimento de metas.

Dentre as definições metodológicas apresentadas no detalhamento da Lei 16.083/2015 verificou-se ser importante verificar o quão efetivo tem sido o processo de monitoramento e avaliação e se, durante este processo são registradas avaliações específicas quanto a:

1. Coerência entre os programas e os produtos e ações dele decorrentes;
2. Adequação dos indicadores para medir e acompanhar os diferentes resultados do PPA;
3. Existência de vínculos entre os produtos definidos e o Objetivo Estratégico de que faz parte;
4. Percepção do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade;
5. Avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas.

Assim, este indicador do IEG-E se propõe a verificar, dentro do planejamento, a existência e atuação dos sistemas de mensuração do desempenho. O planejamento é visto neste caso, sob a lógica do Ciclo de Gestão, ou seja, tratando-se de efetividade é importante não só avaliar a capacidade de planejar e a de executar (sistemas de planejamento e gestão), mas também a capacidade de revisar e controlar (sistemas de avaliação).

O resultado do indicador A₅ será dado pela pontuação às respostas dos quesitos a seguir:

A₅ = somatório das pontuações atribuídas no questionário abaixo

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
5. Quanto à existência da função planejamento dentro do Governo do Estado de São Paulo, responda:	50
5.1.O PPA estabelece, por ação do governo, recursos estimados, indicadores e metas físicas anuais e consolidadas?	SIM – 04
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
5.2.A LDO estabelece, por ação do governo, recursos estimados, indicadores e metas físicas?	SIM – 04
	NÃO – 00
5.3.A LDO prevê critérios para limitação de empenho, contingenciamento e movimentação financeira?	SIM – 03 Informe o artigo:
	NÃO – 00
5.4.A LDO prescreve critérios para transferências de recursos a entidades públicas e privadas?	SIM – 03 Informe o artigo:
	NÃO – 00
5.5.Além das audiências públicas, existem levantamentos formais de diagnóstico dos problemas, necessidades, deficiências do Estado antecedentes ao planejamento?	SIM – 04 Que tipo de levantamento? Explique:
	NÃO – 00
5.6.Os diagnósticos serviram para as soluções e é possível encontrá-los materializados nas peças orçamentárias?	SIM – 03
	NÃO – 00
5.7.O detalhamento do nível econômico de despesa é divulgado antes do início da execução orçamentária?	SIM – 03
	NÃO – 00
5.8.Na lei orçamentária, qual o percentual autorizado para abertura de créditos adicionais por decreto?	Até 10% - 03
	Mais de 10% e até 20% - 02
	Mais de 20% - 00
5.9.As unidades orçamentárias do Estado têm conhecimento prévio da previsão de receita anual cabível para execução de seus programas e ações?	SIM – 03
	NÃO – 00
5.10. Existem sistemas de monitoramento formalizados, que podem ser caracterizados como mecanismos de controle contínuo das demandas públicas?	SIM – 04
	NÃO – 00
5.11. Os sistemas de monitoramento responsáveis pelo controle contínuo das demandas, servem de retroalimentação?	SIM – 03
	NÃO – 00
5.12. Informações sobre o acompanhamento do PPA	SIM – 04 Informe o Sistema de acompanhamento:

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
são disponibilizadas no portal da transparência do Estado?	NÃO – 00
5.13.No processo de monitoramento e avaliação, existem avaliações formais (relatórios), específicas:	
5.13.1.Quanto à percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade?	SIM – 03
	NÃO – 00
5.13.2.Com análise quanto a se Programas, Produtos e Ações são mensurados por um ou mais indicadores próprios e adequados, e que permitam aferir a situação atual (aquela que se pretende modificar) e os avanços obtidos ao longo da execução do programa (em direção àquela mudança pretendida)?	SIM – 03
	NÃO – 00
5.13.3.Quanto à avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do Estado?	SIM – 03
	NÃO – 00

Os itens 5.5, 5.6 e 5.10 serão respondidos pelas diversas unidades setoriais ligadas ao Órgão Central de Planejamento, responsáveis pela operacionalização e formalização dos prévios levantamentos e diagnósticos dos problemas, necessidades e deficiências do Estado, além dos sistemas de monitoramento das demandas públicas.

A pontuação de cada um destes itens será apurada através de média aritmética simples das pontuações alocadas a cada um destes três quesitos após respostas recebidas pelas unidades setoriais.

• Indicador de Nível de Participação Popular no Processo de Planejamento Orçamentário (A₆)

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sancionada em 04 de maio de 2000, regulamenta os artigos 163 e 169 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo normas voltadas para a transparência e a responsabilidade na gestão fiscal das finanças públicas. A LRF é um marco importante para a administração pública no Brasil, já que permite e incentiva a participação popular no processo de fiscalização dos gastos públicos desde a fase de planejamento orçamentário.

A LRF possibilita a participação de qualquer cidadão no processo de elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Municipal. E também nas audiências de avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, além de permitir o acesso durante todo o exercício à prestação de contas anual dos gestores.

A Constituição Estadual Paulista de 1989, no art. 154, § 2º, assegura a participação da população no processo de planejamento e tomada de decisões, bem como na fiscalização da realização de serviços ou funções públicas em nível regional.

Também a LDO 2017 do Estado de São Paulo, Lei nº 16.291 de 20/07/2017, inovou ao acrescentar o §3º do artigo 47:

Artigo 47 - Para assegurar a transparência e a participação popular durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiências públicas...

...

§3º - As propostas oriundas da participação popular nas audiências públicas de que trata o “caput” deste artigo serão encaminhadas aos órgãos e entidades estaduais e deverão subsidiar a elaboração da proposta orçamentária de 2017.

Outra inovação se deu no art. 48, ao determinar que o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão, deve enviar à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, demonstrativos com informações complementares detalhando as programações incluídas ou acrescidas por emendas parlamentares, que tenham sido acolhidas pelo Poder Legislativo, inclusive as propostas populares decorrentes da realização de audiências públicas.

Por este indicador o IEG-E tem o objetivo de avaliar os resultados das ações decorrentes da participação popular no planejamento e na execução orçamentária do Estado. A competência é do Chefe do Executivo para elaborar os orçamentos públicos, porém, o debate orçamentário fortalece o processo democrático e a esfera política, permitindo que a sociedade esteja mais próxima das ações propostas pelo Poder Executivo Estadual.

A literatura (PIRES, 2001), (VELTEN, 2003), (BRASIL, 2000), (ROSSATO e BRAGA, 2015) demonstra que é recomendável investigar e premiar atitudes como as de:

- Criação e atuação da Comissão de Participação Popular (CPP);
- Caráter pedagógico do processo: existência de material explicativo e educativo, destinado à população, orientando a participação e o entendimento do processo;
- Realização de audiências públicas do PPA, LDO e LOA;
- Formalização dos papéis do Poder Executivo e da CPP no processo de inserção da sociedade civil no debate do planejamento governamental;
- Descentralização das discussões com a população, através da realização de audiências regionalizadas;
- Existência de normas que definam critérios de como se dará a participação popular: Se será feita diretamente através dos cidadãos, de associações de moradores, ou da eleição de representantes (delegados ou conselheiros), ou se será um misto de todas as possibilidades;
- Existência de critérios formais para atendimento das demandas regionais: Com a alta representatividade das despesas correntes, as despesas de investimento normalmente situam-se entre 10 a 20% dos recursos disponíveis. Tais recursos são escassos e, assim, a parcela do orçamento sujeita a interferência da população é bastante reduzida. É necessário que sejam estipulados critérios para a divisão dos recursos para investimentos. Esse conjunto de critérios deve levar em conta, por exemplo, as desigualdades existentes em cada região, a carência de serviços de infraestrutura, população em área de carência máxima ou população total da região e as prioridades escolhidas. A sugestão é de que a cada um desses elementos deve-se atribuir notas e pesos na conclusão da peça orçamentária, de modo a impedir a imposição de soluções particulares, “lobbies” e pressões clientelistas.

- Quantidade de programas incluídos pela participação popular que foram concretizados;
- Viabilização de substituição de reivindicações por prioridades: partindo do princípio de que os recursos são escassos, deve ser possível que os grupos que participam dos debates, além de elaborar lista das reivindicações, possam também, dentre estas, elencar quais são consideradas prioritárias;
- Comprovação de abordagem, nas audiências públicas, de temas como metas fiscais; limites de gastos; limites de endividamento e equilíbrio das contas; organização, prevenção e atuação do controle interno; e consolidação dos dados.

Além disso, a lei prioriza a ampla divulgação, com o objetivo de informar o maior número possível de membros da sociedade interessados em participar das referidas audiências públicas. Destaca-se aí a importância da divulgação em meios de comunicação de massa.

Meios de comunicação de massa ou mídias são os meios ou canais de comunicação usados na transmissão de mensagens a um grande número de receptores. Os meios de comunicação de massa mais comum são os jornais, as revistas, o rádio, a televisão e, o mais recente, a Internet.

Para atingir o objetivo acima, a metodologia adotada pelo IEG-E será de coletar as informações, através do questionário a seguir, na tentativa de mensurar o quanto a administração pública está incentivando a participação popular e, qual a porcentagem desta participação nos processos de planejamento, execução e fiscalização do orçamento público.

A₆ = somatório das pontuações atribuídas no questionário abaixo

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
6.Quanto à Participação Popular no processo de planejamento, responda:	50
6.1.Existe algum tipo de órgão ou equivalente, no âmbito da estrutura do Estado, responsável por criar, regulamentar, implantar e gerenciar os mecanismos de participação popular?	SIM – 04
	NÃO – 00
6.2.No processo de planejamento do Plano Plurianual vigente, o Estado contou com a participação popular?	SIM – 01
	NÃO – 00
6.2.1. De que forma foi feita a divulgação prévia, explicativa e educativa, destinada à população, orientando sobre como se dará o processo participativo, quais os limites e o que se espera desta participação?	☒ Website do governo - 0,5 ☒ Internet – 0,5 ☒ Diário Oficial – 0,5 ☒ Jornais impressos de grande circulação – 0,5 ☒ Televisão – 0,5 ☒ Rádio – 0,5 ☒ Não ocorreu divulgação – 0,0 SIM – 01
6.2.2.O processo se deu na forma de audiências públicas?	☒ Presencial ☒ Eletrônica
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
6.2.3.O processo se deu de forma regionalizada?	SIM – 01
	NÃO – 00
6.2.4.Existem atas ou outro documento de registro das demandas/proposições apresentadas pela participação popular?	SIM – 02
	NÃO – 00
6.2.5.Assinale a(s) forma(s) de divulgação deste registro das demandas/proposições, resultado das audiências públicas?	☒ Internet (website do governo) - 0,5 ☒ Internet (website de jornais de grande circulação) – 0,5 ☒ Diário Oficial – 0,5 ☒ Jornal(is) impresso(s) de grande circulação– 0,5 ☒ Televisão – 0,5 ☒ Rádio – 0,5 ☒ Não são divulgadas – 0,0
6.2.6.É possível quantificar o número de pessoas que participou das reuniões, encontros, audiências de planejamento do PPA, por região administrativa?	SIM – 03 <u>Preencha as totalizações a seguir, por região administrativa</u> Araçatuba: Barretos: Bauru: Campinas: Central: Franca: Grande São Paulo: Itapeva: Marília: Presidente Prudente: Registro: Ribeirão Preto: Santos: São José dos Campos: São José do Rio Preto: Sorocaba:
	NÃO – 00
6.2.7.É possível identificar qual o grupo de pessoas que mais participou das audiências do PPA no processo de planejamento do PPA?	SIM – 01 <u>Qual?</u> () Estudantes e/ou pesquisadores () Políticos e/ou partidos políticos () Sindicatos e/ou entidades de classes () Associação de moradores () População em geral () Tribunal de Contas e outras

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	auditorias () Outras: Quais? _____
	NÃO – 00
6.3.Houve participação popular no processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício vigente?	SIM – 01
	NÃO – 00
6.3.1. De que forma foi feita a divulgação prévia, explicativa e educativa, destinada à população, orientando sobre como se dará o processo participativo, quais os limites e o que se espera desta participação?	☒ Website do governo - 0,5 ☒ Internet – 0,5 ☒ Diário Oficial – 0,5 ☒ Jornais impressos de grande circulação – 0,5 ☒ Televisão – 0,5 ☒ Rádio – 0,5 ☒ Não ocorreu divulgação – 0,0
6.3.2.O processo se deu na forma de audiências públicas?	SIM – 01
	☒ Presencial ☒ Eletrônica
	NÃO – 00
6.3.3.O processo se deu de forma regionalizada?	SIM – 01
	NÃO – 00
6.3.4.Existem atas ou outro documento de registro das demandas/proposições apresentadas pela participação popular?	SIM – 02
	NÃO – 00
6.3.5.Assinale a(s) forma(s) de divulgação deste registro das demandas/proposições, resultado das audiências públicas?	☒ Internet (website do governo) - 0,5 ☒ Internet (website de jornais de grande circulação) – 0,5 ☒ Diário Oficial – 0,5 ☒ Jornal(is) de grande circulação impresso(s) – 0,5 ☒ Televisão – 0,5 ☒ Rádio – 0,5 ☒ Não são divulgadas – 0,0
6.3.6.É possível quantificar o número de pessoas que participou das reuniões, encontros, audiências de planejamento da LDO, por Região Administrativa?	SIM – 03 <u>Preencha as totalizações a seguir, por região administrativa</u> Araçatuba: Barretos: Bauru: Campinas: Central: Franca: Grande São Paulo:

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	Itapeva: Marília: Presidente Prudente: Registro: Ribeirão Preto: Santos: São José dos Campos: São José do Rio Preto: Sorocaba:
	NÃO – 00
6.3.7.É possível identificar qual o grupo de pessoas que mais participou do processo de planejamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias?	SIM – 02 <u>Qual?</u> () Estudantes e/ou pesquisadores () Políticos e/ou partidos políticos () Sindicatos e/ou entidades de classes () Associação de moradores () População em geral () Tribunal de Contas e outras auditorias () Outras: Quais? _____
	NÃO – 00
6.4.Houve participação popular no processo de elaboração da Lei Orçamentária do Exercício vigente?	SIM – 01
	NÃO – 00
6.4.1.De que forma foi feita a divulgação prévia, explicativa e educativa, destinada à população, orientando sobre como se dará o processo participativo, quais os limites e o que se espera desta participação?	☒ Website do governo - 0,5 ☒ Internet – 0,5 ☒ Diário Oficial – 0,5 ☒ Jornais impressos de grande circulação – 0,5 ☒ Televisão – 0,5 ☒ Rádio – 0,5 ☒ Não ocorreu divulgação – 0,0
6.4.2.O processo se deu na forma de audiências públicas?	SIM – 01 ☒ Presencial ☒ Eletrônica
	NÃO – 00
6.4.3.O processo se deu de forma regionalizada?	SIM – 01
	NÃO – 00
6.4.4.Existem atas ou outro documento de registro das demandas/proposições apresentadas pela participação popular?	SIM – 02

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	NÃO – 00
6.4.5. Assinale a(s) forma(s) de divulgação deste registro das demandas/proposições, resultado das audiências públicas?	☒ Internet (website do governo) - 0,5 ☒ Internet (website de jornais de grande circulação) – 0,5 ☒ Diário Oficial – 0,5 ☒ Jornal(is) impresso(s) de grande circulação – 0,5 ☒ Televisão – 0,5 ☒ Rádio – 0,5 ☒ Não são divulgadas – 0,0
6.4.6. É possível quantificar o número de pessoas que participou das reuniões, encontros, audiências de planejamento do Orçamento Anual, por Região Administrativa?	SIM – 03 <u>Preencha as totalizações a seguir, por região administrativa</u> Araçatuba: Barretos: Bauru: Campinas: Central: Franca: Grande São Paulo: Itapeva: Marília: Presidente Prudente: Registro: Ribeirão Preto: Santos: São José dos Campos: São José do Rio Preto: Sorocaba:
	NÃO – 00
6.4.7. É possível identificar o grupo de pessoas que mais participou do processo de planejamento da Lei Orçamentária Anual?	SIM – 01 <u>Qual?</u> () Estudantes e/ou pesquisadores () Políticos e/ou partidos políticos () Sindicatos e/ou entidades de classes () Associação de moradores () População em geral () Tribunal de Contas e outras auditorias () Outras: Quais? _____
	NÃO – 00

• Indicador de Nível de Esforço das Leis Orçamentárias para Regionalização das Políticas Públicas (A₇)

A regionalização das políticas públicas é exigência constitucional (CR/88, art. 165, §1º e CE/89, art. 154, §2º, art. 156 e art. 174, §7º). O artigo 174 parágrafo 7º da Constituição Estadual Paulista determina que a redução das desigualdades inter-regionais no Estado é função da Lei Orçamentária Anual (Orçamento fiscal e de investimentos), compatibilizada com o Plano Plurianual.

A Constituição Federal dispõe em seu art. 165:

§1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

A Constituição Estadual dispõe em seus artigos 156 e 174:

Art. 156 - Os planos plurianuais do Estado estabelecerão, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Estadual.

...

Art. 174 -

...

§4º - A lei orçamentária anual compreenderá:

1 - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público;

2 - o orçamento de investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

...

§7º - Os orçamentos previstos no §4º, itens 1 e 2, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais.

Os PPAs paulistas, tradicionalmente tratam da redução de diferenças regionais. O PPA 2017/2019 definiu o Objetivo Estratégico 9: Cidades integradas, conectadas, territorialmente ordenadas, com melhor acessibilidade a bens e serviços e desequilíbrios regionais reduzidos. O artigo 13 determina que as mensagens de encaminhamento dos projetos de LOAs dos exercícios de 2017 a 2019 deverão conter demonstrativo específico, discriminando os investimentos por Programa e Região Administrativa do Estado.

O Estado de São Paulo é dividido em 16 regiões administrativas: Araçatuba, Barretos, Bauru, Campinas, Central, Franca, Itapeva, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba, além da Região Metropolitana de São Paulo (Grande São Paulo).

Algumas regiões são mais dinâmicas, apresentam indicadores socioeconômicos comparáveis aos das cidades mais desenvolvidas do Brasil. Existem porém as regiões que se caracterizam por um baixo dinamismo econômico, necessitando de maior atenção do Estado para promover o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população, nas diversas políticas públicas (SEADE, 2015).

Sobressai aqui a importância de se efetivamente demonstrar os destinatários das políticas públicas, dando transparência às ações empreendidas para o cumprimento dos ditames constitucionais e legais na redução das desigualdades inter-regionais.

A metodologia ora adotada tem então o objetivo de medir a capacidade das ações estatais em reduzir as diferenças regionais. Será realizada apuração do planejamento e da execução orçamentária da despesa com investimento, em sentido amplo⁸, no exercício analisado, por região administrativa do Estado. O objetivo é apurar um padrão de distribuição espacial do orçamento, em termos relativos, apurando-se que fatias dos investimentos realizados pelo Estado são absorvidas por cada região (AV) e, quanto do que fora planejado para cada região, foi efetivamente executado (AH). Pode-se ainda, futuramente, comparar com o exercício anterior, para diagnóstico da evolução das prioridades em cada exercício.

Execução Orçamentária da Despesa com Investimentos (grupo de despesa 44), por Região Administrativa do Estado.

Exercício de X ₀					
Região Administrativa	1. Crédito Inicial em X ₀ (a)	2. AV %	3. Execução em X ₀ (b)	4. AV %	5. AH % (b/a)
Araçatuba					
Barretos					
Baurú					
Campinas					
Central					
Franca					
Grande São Paulo					
Itapeva					
Marília					
Presidente Prudente					
Registro					
Ribeirão Preto					
Santos					
São José do Rio Preto					
São José dos Campos					
Sorocaba					
A Definir					
Pontuação Média da coluna 5 (A₇) : AH (análise horizontal)					

Onde X₀ é o exercício financeiro em análise.

A₇ = Média da AH

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,3	0
Maior que 1,1 e menor que 1,3	Graduação entre 100 e 0
Maior ou igual a 0,9 e menor ou igual a 1,1	100
Maior que 0,5 e menor que 0,9	Graduação entre 0 e 100
Menor ou igual a 0,5	0

⁸ Inclui despesas dos grupos 4 e 5 do orçamento fiscal e da seguridade social e do orçamento de investimentos das empresas.

O valor de A_7 representa então a média das variações calculadas entre o que foi executado e o que fora planejado para o exercício (AH), para cada região administrativa.

Para resultados maiores que 0,5 e menores que 0,9, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((A_7 - 0,5)/0,4)*100$$

Por exemplo, se $A_7 = 0,51$, a nota do indicador será 2,5 pontos. Se $A_7 = 0,89$, a nota do indicador será 97,5 pontos.

Para resultados maiores que 1,1 e menores que 1,3, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((1,3 - A_7)/0,2)*100$$

Por exemplo, se $A_7 = 1,11$, a nota do indicador será 95 pontos. Se $A_7 = 1,29$, a nota do indicador será 5 pontos.

Para coleta dos dados pode-se utilizar informação disponível na Proposta de Lei Orçamentária do exercício de 2017 (Projeto de Lei nº 750/2017). Neste documento consta o Anexo XI – Investimentos discriminados por programa e região administrativa.

Assim, esta análise do IEG-E é interessante na medida em que permitirá comparar a dotação inicial destinada a investimento em cada Região Administrativa, com a execução orçamentária. Em gráfico de colunas pode-se demonstrar a evolução da distribuição espacial dos orçamentos executados nas regiões, para um ou mais exercícios.

Através do SIGEO/BIEE, consulta 'Despesas Elemento' é possível obter relatório contendo a dotação inicial, dotação atualizada e despesa liquidada, por programa e por município destinatário do programa. Necessário então aglomerá-los por região administrativa.

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

TOTALIZAÇÃO	PESO DA DIMENSÃO PLANEJAMENTO
Pontos máximos: 1000 Pontos mínimos: 000	i-PLAN: 20%

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA
i-PLAN = (Somatório dos indicadores)/1000

4.4 SÍNTESE: i-FISCAL

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DOS ASPECTOS FISCAIS

Cada indicador deste índice possui peso em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e em relação à gestão. A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

• Indicador de Metas Fiscais: Execução Orçamentária - Análise da Receita Orçamentária (B_1)

A metodologia adotada pelo TCESP (2014) para composição do IEG-M, neste aspecto, adotou a divisão da receita arrecadada pela receita prevista atualizada, com base na execução orçamentária e na Lei Orçamentária Anual, respectivamente, por meio do seguinte cálculo:

$$B_1 = [A / B]$$

Onde:

B_1 = Resultado do indicador procurado

A = Receita Arrecadada

B = Receita Prevista Atualizada

Conforme o resultado que B_1 assumir, receberá a seguinte pontuação:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,5	0
Maior que 1,15 e menor que 1,5	Graduação entre 50 e 0
Maior ou igual a 0,85 e menor ou igual a 1,15	50
Maior que 0,5 e menor que 0,85	Graduação entre 0 e 50
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 1,15 e 1,5, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 1,43 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((1,5 - B_1)/0,35)*50$$

Por exemplo, se $B_1 = 1,16$, a nota do indicador será 48,57 pontos.

Para resultados entre 0,5 e 0,85, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 1,43 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((B_1 - 0,5)/0,35)*50$$

Por exemplo, se $B_1 = 0,84$, a nota do indicador será 48,57 pontos.

Se $B_1 = 0,51$, então, o indicador receberá nota mínima de 1,43 pontos.

• Indicador de Metas Fiscais: Execução Orçamentária - Análise da Despesa Orçamentária (B_2)

Este indicador se dará pela divisão da despesa executada pela despesa fixada final (dotação atualizada), com base na execução orçamentária e na Lei Orçamentária Anual, respectivamente, por meio do seguinte cálculo:

$$B_2 = [A / (B - C)]$$

Onde:

B_2 = Resultado do indicador procurado

A = Despesa executada

B = Despesa fixada final (dotação atualizada)

C = Saldo despesa contingenciada, ao final do exercício

Conforme o resultado que “ B_2 ” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,10 ⁽⁹⁾	0
Maior que 1,0 e menor que 1,1	Graduação entre 50 e 0
Maior ou igual a 0,9 e menor ou igual a 1,0	50
Maior que 0,5 e menor que 0,9 ⁽¹⁰⁾	Graduação entre 0 e 50
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 1 e 1,1, a graduação será distribuída igualitariamente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 05 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((1,1 - B_2)/0,10)*50$$

Por exemplo, se $B_2 = 1,09$, a nota do indicador será 5 pontos. Se $B_2 = 1,01$, a nota do indicador será de 45 pontos.

Para resultados entre 0,5 e 0,9, a graduação será distribuída igualitariamente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 1,25 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

9 Leva-se em consideração que a falta de economia na despesa eleva o risco de aumento do endividamento de curto prazo, na medida em que, normalmente, uma parte da receita do orçamento é utilizada para o pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores. Leva-se em consideração o implícito aumento no endividamento, com consequências reais sobre as finanças públicas e até possibilidade de execução orçamentária sem autorização legislativa.

10 Leva-se em consideração que a economia realizada potencializa o risco de comprometimento da prestação dos serviços que o ente público deve fazer à sua sociedade, evidenciando também a tendência do planejamento inicial desconsiderar a realidade local.

$$((B_2 - 0,5)/0,4)*50$$

Por exemplo, se $B_2 = 0,89$, a nota do indicador será 48,75 pontos. Se $B_2 = 0,51$, então a nota do indicador será de 1,25 pontos.

• Indicador de Metas Fiscais: Execução Orçamentária - Análise do Resultado Primário (B_3)

Aqui será importante verificar as causas de variação no resultado da execução orçamentária. O administrador público possui caminhos alternativos. Por exemplo: a eliminação de um déficit pode se dar pelo aumento das receitas, pela redução de uma despesa corrente, pela redução de investimentos ou, simultaneamente, por cada um desses meios.

Existe grande diferença entre cada uma dessas alternativas e, por isso, tal aspecto deve fazer parte de uma análise criteriosa da evolução fiscal do ente público e seus fatores explicativos.

O Resultado Primário compara receitas e despesas não-financeiras. Será calculado então através de:

- I. Receita primária ou Receita fiscal: Total da receita orçamentária, excluindo as Receitas de Valores Mobiliários, Receita de Operações de Crédito, Receita de Alienação de Bens, Receita de Amortização de Empréstimos.

Conforme definição do MCASP 6ª. Edição (STN, 2014, p. 52):

As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e não primárias (financeiras). O primeiro grupo refere-se predominantemente a receitas correntes e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

Já as receitas não primárias (financeiras) são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do Governo (setor público não financeiro) no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo, alterando concomitantemente o ativo e o passivo financeiros. São adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo), das privatizações e outras.

- II. Despesa primária ou despesa fiscal: Total da despesa orçamentária, excluindo a despesa financeira (juros e encargos da dívida, aquisição de títulos para integralização de capital, concessão de empréstimos, amortização de dívida, a reserva de contingência e a Reserva do RPPS);

STN (2017, p.1) esclarece ainda que:

O Resultado Primário reflete o resultado das operações básicas do Setor Público e corresponde ao resultado nominal (NFSP) menos os juros nominais, apropriados por competência, incidentes sobre a dívida pública. O

resultado primário, uma vez que não considera a apropriação de juros sobre a dívida existente, expressa o esforço fiscal do setor público.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício apresenta, por definição, o anexo de Metas Fiscais, onde constam as metas e projeções do exercício a que se refere e dos dois seguintes.

De forma exemplificativa, o Resultado Primário será calculado da seguinte forma:

(=) Resultado Primário
(+) Receita Corrente
(+) Receita de Capital
(-) Receitas de Aplicações Financeiras
(-) Receitas de Operações de Crédito
(-) Receita de Amortização de Empréstimos
(-) Receita de Alienação de Bens
(-) Parcela destinada à formação do FUNDEB
(-) Despesa Corrente
(-) Despesa de Capital
(+) Despesas de juros e encargos da dívida
(+) Despesa de concessão de empréstimos
(+) Despesa de Aquisição de títulos de capital já integralizado
(+) Despesa de Amortização de Dívidas
(+) Despesa de Reserva de Contingência
(+) Despesa de Reserva do RPPS

$$B_3 = [A / B]$$

Onde:

B₃ = Resultado do indicador procurado

A = Resultado primário realizado

B = Resultado primário previsto

Quanto mais B₃ for próximo de 1,00 significa que a meta de Resultado Primário foi alcançada, ou seja, a execução orçamentária comportou o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

Conforme o resultado que “B₃” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior que 1,1 ⁽¹¹⁾	0

¹¹ Leva-se em consideração que a entidade está realizando uma economia considerável de recursos, com risco de comprometimento da prestação dos serviços para a sociedade local. Ou, eventual excesso de arrecadação não está sendo devidamente aplicado.

Maior ou igual a 0,9 e menor ou igual a 1,1	25
menor que 0,9 ⁽¹²⁾	0

• Indicador de Metas Fiscais: Execução Orçamentária - Análise do Serviço da Dívida em relação à RCL(B₄)

Seguindo metodologia da Portaria nº 306/2012 (MF, 2012) do Ministério da Fazenda e da Portaria nº 543/2012 (STN, 2012) da Secretaria do Tesouro Nacional, será realizada análise dos gastos financeiros do Estado através de avaliação da participação do Serviço da Dívida (juros e encargos da dívida somados às amortizações da dívida) na Receita Corrente Líquida (B₄) e, quanto do Resultado Primário está servindo este custo da Dívida (B₅).

A análise destes indicadores permitirá avaliar o quanto da Receita Corrente Líquida é destinada ao pagamento de juros e encargos da dívida; e, quanto do Resultado Primário é consumido pelo serviço da dívida.

$$B_4 = [A / B]$$

Onde:

B₄ = Resultado do indicador procurado

A = Serviço da Dívida (juros e encargos da dívida + amortizações da dívida)

B = Receita Corrente Líquida

A pontuação, conforme metodologia do Ministério da Fazenda variará de 8% (nota máxima) a 15% (nota mínima). Entendendo-se que quanto menor a participação do Serviço da Dívida em relação à RCL, melhor.

Conforme resultado que B₄ assumir a pontuação será:

Neste contexto, conforme o resultado que “B₄” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Menor ou igual a 0,08	50
Maior que 0,08 e menor que 0,15	Graduação entre 50 e 0
Maior ou igual a 0,15	0

Para resultados entre 0,08 e 0,15, a graduação será distribuída igualitariamente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 7,14 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,15 - B_4)/0,07)*50$$

Por exemplo, se B₄ = 0,08, a nota do indicador será 50 pontos. Se B₄ = 0,14, a nota do indicador será de 7,14 pontos.

¹² Leva-se em consideração a exigência legal de estrito cumprimento das metas fiscais aprovadas e o implícito aumento no endividamento, com consequências reais sobre as finanças públicas.

• Indicador de Metas Fiscais: Execução Orçamentária – Resultado Primário x Custo da Dívida (B₅)

No caso de B₅, a pontuação, conforme metodologia do Ministério da Fazenda variará de 1,0 (nota mínima) a 0,0 (nota máxima). Entendendo-se que quanto mais próximo de 0,00 o consumo do Resultado Primário pela dívida e seus encargos, melhor.

$$B_5 = [A / B]$$

Onde:

B₅ = Resultado do indicador procurado

A = Serviço da Dívida (juros e encargos da dívida + amortizações da dívida)

B = Resultado Primário Realizado

Neste contexto, conforme o resultado que “B₅” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1	0
Maior que 0 e menor que 1	Graduação entre 50 e 0
Igual a 0	50

Para resultados entre 0 e 1, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 0,50 ponto do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$(1-B_5)*50$$

Por exemplo, se B₅ = 0,01, a nota do indicador será 49,5 pontos; Se B₅ = 0,02, a nota do indicador será 49 pontos; Se B₅ = 1, a nota do indicador será de 0 pontos.

• Indicador de Percentual da Taxa de Investimento Executada (B₆)

O objetivo deste indicador é verificar a participação dos investimentos no orçamento estadual. A premissa é de que quanto maior o indicador significa prioridade de investimentos em detrimento de despesas de custeio.

No cenário atual brasileiro, uma consequência indesejável das restrições à política fiscal é a redução da taxa de investimento público. Esta taxa de investimento caiu da ordem de 4% do PIB na década de 70 para menos de 2% em 2013, de acordo com os dados do IBGE, tabulados por EPE (2015, p.12) que ainda apresenta algumas projeções de crescimento até 2024.

Tabela 01: Investimento Total e Público (% do PIB)

Indicadores Econômicos	Histórico		Projeção	
	2004-2008	2009-2013	2015-2019	2020-2024
Investimento Total ⁽¹⁾	17,8%	18,7%	17,2%	21,8%
Investimento Público ⁽¹⁾⁽²⁾	2,5%	1,8%	2,0%	2,4%

Notas: (1) Taxas de investimento a preços correntes. (2) Inclui empresas estatais federais.
Fontes: IBGE e MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO (dados históricos) e EPE (projeções).

Para o crescimento econômico sustentável da economia brasileira e fornecimento dos serviços necessários à população, o investimento público é variável chave. Os Estados são os principais responsáveis pela segurança pública e possuem papel de destaque na provisão de serviços de educação e saúde por todo o país (FIRJAN, 2017).

Estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2017) demonstra que os investimentos dos Estados brasileiros em relação à Receita Corrente Líquida variaram de 1,8% a 11,1% em 2016. Demonstra ainda que, comparativamente a 2014, ano de início da crise econômica, os estados reduziram os investimentos em R\$34,8 bilhões, uma queda de 53,4% em termos reais, enquanto a redução da Receita Corrente Líquida foi de 5,6%.

O mencionado estudo (FIRJAN, 2017, p.5) reflete ainda que, “em um momento de forte retração da atividade, o baixo nível de Investimentos é um desafio para a recuperação da economia e consequentemente da própria arrecadação de tributos”.

B₆ será calculado da seguinte forma:

$$B_6 = [A / B]$$

Onde:

B₆ = Resultado do indicador procurado

A = Investimento executado – despesa liquidada do elemento de despesa 44¹³

B = Receita Corrente Líquida

O investimento executado será obtido nas informações contábeis de despesa liquidada, classificada no código 44 – Investimentos (Portaria nº 163/2001 do MPOG).

Conforme o resultado que B₆ assumir, receberá pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,10	50
Maior que 0,02 e menor que 0,10	Graduação entre 0 e 50
Menor ou igual a 0,02	0

Para resultados entre 0,02 e 0,10, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido aumentará 0,625 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((B_6 - 0,02)/0,08)*50$$

Por exemplo, se B₆ = 0,021, a nota do indicador será 0,625 pontos. Se B₆ = 0,099, a nota do indicador será 49,375 pontos.

¹³ Poderá ser incluída a despesa executada no elemento de despesa 459065 que refere-se a recursos destinados à ‘constituição ou aumento de capital das empresas’ estatais independentes, caso sejam também fornecidos demonstrativos validados pela auditoria independente detalhando o investimento em bens e serviços de interesse público, realizado pelas empresas beneficiárias de tais aportes de capital.

• Indicador de Suficiência de Caixa ou Resultado Financeiro (B₇)

A diferença entre as disponibilidades e obrigações financeiras constituirá a suficiência de caixa. Quando positivo, expressa um excesso de disponibilidades sobre as obrigações; quando negativo, reflete uma insuficiência financeira para cobrir os restos a pagar e outras obrigações. Além de importante inibidor dos gastos ao final de mandato, tal parâmetro oferece uma forma alternativa de mensurar a evolução fiscal pelas variações no balanço patrimonial.

Indicadores envolvidos:

- I. Disponibilidade Financeira: composto pelo Ativo Circulante – disponibilidades e créditos em circulação (Ativo Financeiro);
- II. Obrigações Financeiras: composto por Depósitos passivos, Restos a pagar processados, Restos a pagar não processados, Credores diversos, Adiantamentos recebidos, Outras obrigações a pagar (Passivo Financeiro);
- III. Suficiência de caixa: Diferença entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro;

O indicador realizará a divisão entre ativo e passivo financeiro, conforme Balanço Patrimonial, por meio do seguinte cálculo:

$$B_7 = [A / B]$$

Onde:

B₇ = Resultado do indicador procurado

A = Ativo Financeiro

B = Passivo Financeiro

Conforme o resultado que “B₇” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual 1,3 ⁽¹⁴⁾	0
Maior que 1,1 e menor que 1,3	Graduação entre 50 e 0
Maior ou igual a 1,0 e menor ou igual a 1,1	50
Maior que 0,75 e menor que 1,0 ⁽¹⁵⁾	Graduação entre 0 e 50
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 1,1 e 1,3, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 2,5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$(1,3 - B_7) * 250$$

Por exemplo, se B₇ = 1,29, a nota do indicador será 2,5 pontos. E, se B₇ = 1,11, a nota do indicador será de 47,5 pontos.

¹⁴ A graduação leva em consideração que um superávit elevado, pode indicar que a economia pode vir a comprometer a qualidade dos serviços públicos obrigatórios; ou, eventual excesso de arrecadação não está sendo devidamente aplicado a favor das demandas pelos serviços públicos.

¹⁵ A graduação leva em consideração que a entidade está gastando mais do que arrecadando, potencializando o risco de insolvência futura.

Para resultados entre 0,75 e 1,0, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido aumentará 2 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((B_7 - 0,75) * 200)$$

Por exemplo, se $B_7 = 0,99$, a nota do indicador será de 48,0 pontos. E, se $B_7 = 0,76$, a nota do indicador será de 2,0 pontos.

• Indicador de Análise de Restos a Pagar (B_8)

Análise do esforço de pagamentos de Restos a Pagar ($B_{8.1}$)

A análise dos Restos a Pagar ($B_{8.1}$) levará em conta a variação da dívida flutuante no exercício (pagamentos), comparativamente ao saldo inicial, líquido dos cancelamentos ocorridos durante o exercício em análise.

$$B_{8.1} = [A / (B - C)]$$

Onde:

$B_{8.1}$ = Resultado do indicador procurado

A = Total de pagamentos realizados (RPs)

B = Saldo inicial total dos Restos a Pagar (RPs)

C = Cancelamento de Restos a Pagar no exercício

Conforme o resultado que " $B_{8.1}$ " assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,95	25
Maior que 0,75 e menor que 0,95	Graduação entre 0 e 25
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 0,75 e 0,95, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 1,25 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((B_{8.1} - 0,75) / 0,2) * 25$$

Por exemplo, se $B_{8.1} = 0,80$, a nota do indicador será 6,25 pontos.

Análise do nível de cancelamento de Restos a Pagar ($B_{8.2}$)

A análise dos cancelamentos de Restos a Pagar ($B_{8.2}$) levará em conta o montante de cancelamentos em relação ao saldo inicial em estoque destes Restos a Pagar.

$$B_{8.2} = [A / B]$$

Onde:

$B_{8.2}$ = Resultado do indicador procurado

A = Cancelamento de Restos a Pagar no exercício
B = Saldo inicial total dos Restos a Pagar (RPs)

Conforme o resultado que “B_{8,2}” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,20	0
Maior que 0,05 e Menor que 0,20	Graduação entre 25 e 0
Menor ou igual a 0,05	25

Para resultados entre 0,05 e 0,20, a graduação será distribuída igualitariamente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido diminuirá 1,67 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,20 - B_{8,2})/0,15)*25$$

Por exemplo, se B_{8,2} = 0,06, a nota do indicador será 23,33 pontos. Se B_{8,2} = 0,07, a nota do indicador será 21,66 pontos.

• **Indicador de Despesas com pessoal – Poder Executivo (B₉), Poder Legislativo ALESP (B₁₀), Poder Legislativo TCE (B₁₁), Poder Judiciário (B₁₂) e Ministério Público (B₁₃):**

Preliminarmente, no cálculo do IEG-E será considerado exclusivamente o gasto com pessoal do Poder Executivo, considerando-se que os gastos dos demais poderes não são de sua responsabilidade direta. Os gastos com pessoal dos demais poderes serão apresentados com fins informativos e poderão ser informados pelo titular de cada Poder/Órgão ou, a critério do TCESP, poderão ser utilizados os demonstrativos publicados no Diário Oficial.

- Despesa bruta com pessoal: representada pelo grupo “pessoal e encargos sociais”, somada aos elementos de despesa do grupo “outras despesas correntes” (aposentadorias e reformas; pensões);
- Deduções da despesa com pessoal: são excluídos da despesa bruta as sentenças judiciais (com competência de período anterior ao da apuração); incentivos à demissão voluntária; despesas de exercícios anteriores; indenizações e restituições; com inativos custeadas por recursos provenientes de contribuições dos segurados, da compensação financeira, das demais receitas arrecadas diretamente por fundo vinculado a pagamento de inativos.

A informação do gasto do Poder Executivo será demonstrada pela Secretaria da Fazenda e validada através do Relatório de Gestão Fiscal, analisado a cada quadrimestre pela DCG, através do Relatório Acessório 3, considerando-se as respectivas análises e eventuais recomendações.

A informação dos gastos da Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Poder Judiciário e Ministério Público será demonstrada por cada Ente ou coletada em publicação oficial, e validada através do Relatório de Gestão Fiscal e informações extraídas do SIGEO e

SIAFEM, além de informações coletadas nas respectivas Diretorias de Fiscalização deste Tribunal, responsáveis pela fiscalização de cada ente.

Na esfera estadual, conforme definido pelos artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os limites máximos para gastos com pessoal (60% da Receita Corrente Líquida) serão:

DESPESAS DE PESSOAL POR PODER E ÓRGÃO	LIMITES
B ₉ - Poder Executivo ¹⁶	49%
Poder Legislativo	3%
B ₁₀ - Assembleia Legislativa	1,75%
B ₁₁ - Tribunal de Contas do Estado	1,25%
B ₁₂ - Poder Judiciário (TJ + TJM)	6%
B ₁₃ - Ministério Público	2%
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL	60%

O IEG-E leva em consideração ainda os limites e alerta e prudencial, determinados, respectivamente, pelo artigo 59, parágrafo 1º e artigo 22, parágrafo único da LC 101/2000:

Art. 59, §1º, II: os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;

Art. 22, parágrafo único - Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso: I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição; II - criação de cargo, emprego ou função; III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Conforme o índice de despesas com pessoal do Poder Executivo, B₉ assumirá a pontuação de:

Resultado (*)	Pontuação
Maior que 0,4900	0
Maior que 0,4410 e menor ou igual a 0,4900	Graduação entre 50 e 0
Menor ou igual a 0,4410	50

(*) Utilizar quatro casas decimais

Para resultados entre 0,4410 e 0,4900, a graduação (levando em consideração as diversas restrições que a LRF estabelece quando se atinge o limite prudencial) será distribuída

¹⁶ O cálculo considera a Receita Corrente Líquida Ajustada (RCLA), conforme art. 166, §13 da Constituição Federal.

igualmente no intervalo, ou seja, cada milionésimo acrescido reduzirá 0,1018 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “B₉” o resultado do indicador:

$$(0,4901 - B_9)/0,0491*50$$

Por exemplo, se B₉ = 0,4410, a nota do indicador será de 50,00 pontos; Se B₉ = 0,4411, a nota do indicador será 49,8982 pontos;

Se B₉ = 0,49, a nota do indicador será 0,1018 pontos; Se B₉ = 0,4901, a nota do indicador será de 0,00 pontos.

Para análise do gasto com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público (B₁₀, B₁₁, B₁₂ e B₁₃), serão considerados os limites em relação à Receita Corrente Líquida, apontados em tabela acima.

• Indicador de Limites de Endividamento: Dívida Consolidada Líquida (B₁₄)

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN, 6ª edição, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzido o saldo relativo aos haveres financeiros (disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros). Caso o valor dos haveres financeiros seja inferior aos Restos a Pagar processados (exceto precatórios), não haverá deduções na DC, e logo a Dívida Consolidada Líquida (DCL) será igual à Dívida Consolidada.

Por sua vez, a Dívida Consolidada (DC) ou fundada, para fins fiscais, corresponde, segundo a Resolução 43/2001 do Senado Federal, ao montante total das obrigações financeiras, apurado sem duplicidade (excluídas as obrigações entre órgãos da administração direta e entre estes e as entidades da administração indireta), assumidas:

- a) pela realização de operações de crédito com a emissão de títulos públicos, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses (dívida mobiliária);
- b) pela realização de operações de crédito em virtude de leis, contratos (dívida contratual), convênios ou tratados, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses;
- c) com os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- d) pela realização de operações de crédito de prazo inferior a 12 (doze) meses, que tenham constado como receitas no orçamento.

O limite percentual da relação DCL/RCL nos Estados está previsto na Resolução do Senado Federal nº 40, de 20/12/2001 que determina a relação como menor que 2,0, ou seja, a DCL pode ser de até 200% o valor da RCL. A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 59, inciso III do §1º, impõe um limite de 180%, quando os Tribunais de Contas alertarão os poderes.

O nível de endividamento do Estado é calculado e informado no Relatório de Gestão Fiscal, analisado pelo TCESP, através da Diretoria de Contas do Governador (DCG), a cada quadrimestre, de onde serão extraídos os resultados. Conforme resultado apurado, a pontuação atribuída será:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 2,0	0
Maior que 1,0 e menor que 2,0	Graduação entre 50 e 0
Menor ou igual a 1,0	50

Para resultados entre 1 e 2, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 0,5 ponto do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “B₁₄” o resultado do indicador:

$$(2,0 - B_{14}) * 50$$

Por exemplo, se B₁₄ = 1,01, a nota do indicador será 49,5 pontos. Se B₁₄ = 1,99, a nota do indicador será 0,5 ponto.

• Indicador de Evolução de Precatórios (B₁₅)

Este indicador será dado pela divisão entre o estoque final e o estoque inicial do exercício em análise, extraídos das informações contábeis encaminhadas ao TCESP, conforme o cálculo a seguir:

$$B_{15} = [A / B]$$

Onde:

B₁₅ = Resultado do Indicador procurado

A = Saldo final de precatórios

B = Saldo inicial de precatórios

Conforme o resultado que “B₁₅” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,0	0
Maior que 0,875 e menor que 1,0	Graduação entre 50 e 0
Menor ou igual a 0,875 ⁽¹⁷⁾	50

Para resultados entre 0,875 e 1,0, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido reduzirá 0,4 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$(1 - B_{15}) * 400$$

¹⁷ A metodologia leva em conta a modulação de efeitos pelo STF, em março de 2015, que, após declarar inconstitucional o art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, decidiu por dar sobrevida ao regime especial de pagamento de precatórios, por 5 (cinco) exercícios financeiros a contar de primeiro de janeiro de 2016, sendo o prazo estendido para 2024 pela Emenda Constitucional nº 99 de 2017.

Por exemplo, se $B_{15} = 0,875$, a nota do indicador será 50 pontos. Se $B_{15} = 0,876$, a nota do indicador será 49,6 pontos. Se $B_{15} = 0,999$, a nota do indicador será 0,4 pontos.

• Indicador de Dívida Ativa: Percentual de Recebimento (B_{16})

Este indicador refletirá o nível de recebimento da dívida, incluindo os recebimentos provenientes dos Programas de Recuperação de Crédito (programas de parcelamento), em relação ao estoque inicial.

$$B_{16} = [A / (B - C)]$$

Onde:

B_{16} = Resultado do indicador procurado

A = Recebimento de Dívida Ativa no Exercício

B = Saldo inicial da Dívida Ativa

C = Saldo da conta redutora de “Perda por Irrecuperabilidade”

Conforme o valor apurado para B_{16} , a pontuação será de:

Resultado	Pontuação
Igual a 0	0
Maior que 0 e menor que 0,3	Graduação entre 0 e 50
Maior ou igual a 0,3	50

Para resultados entre 0 e 0,3, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 1,66 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “ B_{16} ” o resultado do indicador:

$$(B_{16}/0,3)*50$$

Por exemplo, se $B_{16} = 0,01$, a nota do indicador será 1,66 pontos. Se $B_{16} = 0,29$, a nota do indicador será 48,33.

• Indicador de Dívida Ativa: Percentual de Cancelamento (B_{17})

Este indicador refletirá o nível de cancelamento da dívida em relação ao estoque inicial.

$$B_{17} = [A / (B - C)]$$

Onde:

B_{17} = Resultado do indicador procurado

A = Cancelamento da Dívida Ativa no Exercício

B = Saldo inicial da Dívida Ativa

C = Saldo da conta redutora de “Perda por Irrecuperabilidade”

Conforme o valor apurado para B_{17} , a pontuação será de:

Resultado	Pontuação
Menor ou igual a 0,05	50
Maior que 0,05 e menor que 0,1	Graduação entre 50 e 0
Maior ou igual que 0,1	0

Para resultados entre 0,05 e 0,1, a graduação será distribuída igualitariamente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “B₁₇” o resultado do indicador:

$$((0,1 - B_{17})/0,05)*50$$

Por exemplo, se B₁₇ = 0,05, a nota do indicador será 50 pontos, Se B₁₇ = 0,06, a nota do indicador será 40 pontos.

• Indicador de Responsabilidade com a Previdência Social (B₁₈)

A análise levará em consideração aspectos quanto à pontualidade do repasse à Previdência Social, capacidade de pagamento, reconhecimento dos compromissos atuais e futuros, equilíbrio de receitas e despesas previdenciárias e representatividade da Cobertura de Insuficiência Financeira.

A pontuação de 100,00 pontos será atribuída conforme resposta atestar:

B₁₈ = somatório das pontuações atribuídas no questionário abaixo

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
18. Quanto à Previdência Social responda:	75
18.1. Os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social são realizados dentro do prazo legal?	SIM – 06
	NÃO – 00
18.2. O Passivo atuarial é reconhecido nas demonstrações contábeis conforme normas contábeis?	SIM – 12
	NÃO – 00
18.3. O Passivo atuarial é lastreado por ativos patrimoniais, conforme exigência da legislação?	SIM – 12
	NÃO – 00
18.4. Equilíbrio entre receitas e despesas previdenciárias do governo estadual (pontuação conforme resultado calculado a seguir – B _{18.4})	15
18.5. Representatividade da Cobertura de Insuficiência Financeira em relação à Despesa Previdenciária Total	15

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
(pontuação conforme resultado calculado a seguir - B _{18.5})	
18.6. Necessidade de financiamento da previdência social (pontuação conforme resultado calculado a seguir – B _{18.6})	15

• **Equilíbrio entre receitas e despesas previdenciárias do governo estadual (B_{18.4})**

$$B_{18.4} = [A / (B - C)]$$

Onde:

B_{18.4} = Resultado do indicador procurado

A = Despesa Previdenciária Liquidada¹⁸

B = Receita Previdenciária Total¹⁷

C = Recursos para cobertura da insuficiência financeira¹⁷

Conforme o valor apurado para B_{18.4}, a pontuação será de:

Resultado	Pontuação
Maior que 1,1	0
Maior que 0,9 e Menor ou igual a 1,1	Graduação entre 0 e 15
Menor ou igual 0,9 ¹⁹	0

Para resultados maiores que 0,9 e menores ou iguais a 1,1, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 0,75 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “B_{18.4}” o resultado do indicador:

$$((B_{18.4} - 0,9)/0,2)*15$$

Por exemplo, se B_{18.4} = 0,91, a nota do indicador será 0,75 pontos. Se B_{18.4} = 1,09, a nota do indicador será 14,25 pontos.

• **Representatividade da Cobertura de Insuficiência Financeira em relação à Despesa Previdenciária Total (B_{18.5})**

$$B_{18.5} = [A / B]$$

Onde:

B_{18.5} = Resultado do indicador procurado

A = Recursos para cobertura de insuficiências financeiras²⁰

B = Despesa Previdenciária Liquidada¹⁹

¹⁸ Fonte: RREO – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

¹⁹ Considera que os planos de benefícios dos servidores estaduais não visam lucro. Neste sentido o ideal sempre é o equilíbrio entre Receitas e Despesas do Exercício.

²⁰ RREO – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Conforme o valor apurado para B_{18.5}, a pontuação será de:

Resultado	Pontuação
Menor ou igual a 0,10	15
Maior que 0,10 e menor que 0,15	Graduação entre 15 e 0
Maior ou igual a 0,15	0

Para resultados maiores que 0,10 e menores que 0,15, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 3 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja “B_{18.5}” o resultado do indicador:

$$((0,15 - B_{18.5}) / 0,05) * 15$$

Por exemplo, se B_{18.5} = 0,11, a nota do indicador será 12,0 pontos. Se B_{18.5} = 0,14, a nota do indicador será 3,0 pontos.

• Necessidade de financiamento da Previdência Social (B_{18.6})

A despesa com inativos e pensionistas tem sido um dos maiores desafios às contas públicas estaduais e a principal razão é que o volume de contribuições não é suficiente para custear os benefícios previdenciários. Em razão dos déficits que vêm sendo apurados, os Estados são obrigados a aportar recursos do tesouro para financiamento das despesas com inativos e pensionistas. Este indicador busca apontar o quanto da Receita Corrente Líquida vem sendo consumido para financiamento da previdência social.

$$B_{18.6} = [A / B]$$

Onde:

B_{18.6} = Resultado do indicador procurado

A = Recursos para cobertura da Insuficiência financeira (déficit previdenciário)²¹

B = Receita Corrente Líquida

Conforme o valor apurado para B_{18.6}, a pontuação será de:

Resultado	Pontuação
Maior que 0,15	0
Maior que 0,00 e Menor ou igual a 0,15	Graduação entre 15 e 0
Menor ou igual 0,00	15

Para resultados maiores que 0,00 e menores ou iguais a 0,15, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido diminuirá 1,0 ponto do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

²¹ Fonte: RREO – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Seja “B_{18.6}” o resultado do indicador:

$$((0,15 - B_{18.6})/0,15)*15$$

Por exemplo, se B_{18.6} = 0,01, a nota do indicador será 14 pontos. Se B_{18.6} = 0,14, a nota do indicador será 1,0 ponto.

• Informações Adicionais

A seguir serão coletadas informações que contribuem para o entendimento e eventuais análises da realidade previdenciária do Estado. Preliminarmente, tais informações não serão utilizadas para composição da pontuação final do IEG-E, ou seja, possuem cunho exclusivamente informacional:

	Administração Direta	Administração Indireta Dependente	Administração Indireta Independente
Total de servidores ativos (quantitativo)			
Total de servidores inativos (quantitativo de aposentados + pensionistas)			
Relação Ativos/Inativos (quantitativo) ²²			

	Administração Direta	Administração Indireta Dependente	Administração Indireta Independente
Total (R\$) da folha de pagamento de servidores ativos			
Total (R\$) da folha de pagamento de servidores inativos (aposentados + pensionistas)			
Relação Ativos/Inativos ²³			

• Indicador de Transparência Fiscal (B₁₉)

A LRF, em seu art. 48 e seguintes, trata da transparência na gestão fiscal, apontando os instrumentos para sua operacionalização e verificação, determinando ainda ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

A transparência deve ser a característica básica das informações orçamentárias e contábeis que têm como alvo o cidadão e todas aquelas pessoas que transacionam com o Poder Público. A transparência foi aprimorada pela LRF, utilizando a obrigatoriedade da divulgação, inclusive pela internet, de quatro novos relatórios de acompanhamento da gestão fiscal, que permitem identificar as receitas e despesas: Anexo de Metas Fiscais; Anexo de Riscos Fiscais; Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.

²² A informação apontará a posição, ano a ano, da quantidade de servidores ativos para cada inativo.

²³ A informação apontará a relação existente entre o montante da folha de pagamento de servidores ativos e inativos.

Abaixo é elaborado um *check-list* de tais instrumentos, e a pontuação que será atribuída após verificação de sua existência e disponibilidade ao público interessado, em meio oficial de publicação, no prazo legal, em meio físico ou eletrônico, referente ao exercício sob avaliação do IEG-E:

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
19. Transparência	50
19.1. O acesso aos conteúdos de transparência é concentrado em um único Portal?	SIM – 06
	NÃO - 00
19.2. O Portal contém ferramenta própria de pesquisa de conteúdo que, efetivamente, permita o acesso à informação?	SIM – 06
	NÃO – 00
19.3. O Portal disponibiliza endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público?	SIM – 03
	NÃO – 00
19.4. Há divulgação centralizada, de todos os órgãos do Poder Executivo, no Portal da Transparência, quanto à remuneração individualizada por nome do agente público, contendo dados sobre os vencimentos, descontos, indenizações e valor líquido?	SIM – 03
	NÃO – 00
19.5. Há divulgação centralizada, de todos os órgãos do Poder Executivo, no Portal da Transparência, quanto a diárias e passagens por nome de favorecido e constando data, destino, cargo e motivo de viagem?	SIM – 03
	NÃO – 00
19.6. O Portal disponibiliza as respostas a perguntas mais frequentes da sociedade?	SIM – 03
	NÃO – 00
19.7. Há relatórios estatísticos de atendimentos realizados pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (SIC) presencial e eletrônico contendo número de atendimentos e prazo médio de atendimento dos pedidos?	SIM – 03
	PARCIAL – 1,5
	NÃO – 00
19.8. Há divulgação centralizada, de todos os órgãos do Poder Executivo, no Portal da Transparência, quanto aos resumos dos instrumentos de contrato ou de seus aditivos e as comunicações ratificadas pela	SIM – 3
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
autoridade superior?	
19.9. Assinale a existência de disponibilidade, em meio oficial de publicação, no prazo legal:	☒ Plano Plurianual (PPA) – 1,0 ☒ Orçamento Anual (LOA) – 1,0 ☒ Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – 1,0 ☒ Prestação de Contas Anual – 1,0 ☒ Parecer Prévio – 1,0 ☒ Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) – 1,0 ☒ Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – 1,0 ☒ Atas de Realização de Audiências Públicas durante elaboração do PPA – 1,0 ☒ Atas de Realização de Audiências Públicas durante elaboração da LDO – 1,0 ☒ Atas de Realização de Audiências Públicas durante elaboração da LOA – 1,0 ☒ Liberação em tempo real sobre a execução orçamentária e financeira em meio eletrônico, de acesso público – 2,0 ☒ Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle – 1,0 ☒ O balanço consolidado das contas do Estado, suas autarquias e outras entidades, bem como um quadro estruturalmente idêntico, baseado em dados orçamentários, do último exercício exigível – 2,0 ☒ Demonstrações contábeis consolidadas das contas do Estado, suas autarquias e outras entidades de, pelo menos, um exercício anterior ao último exigível – 2,0 ☒ Existência de Portal da transparência com informação quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado – 1,0 ☒ Existência de Portal da transparência com informação quanto à Receita: os montantes de cada um dos tributos arrecadados pelo Estado, os recursos por ele recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio – 1,0 ☒ Acesso centralizado, via portal da transparência, para serviços de informação ao cidadão. Atendimento à Lei de Acesso à

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	Informação – 1,0

Fonte: LC 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 48 e seguintes) e Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

Em caso de inexistência da informação, será atribuída pontuação 0,00 (zero).

B₁₉ = somatório das pontuações atribuídas

Conforme o somatório que B₁₉ assumir, a gestão estadual será avaliada como:

Pontuação	Resultado
0 a 30	Gestão não transparente
31 a 42	Existe esforço na trajetória para a transparência
Maior ou igual a 43	Gestão transparente

• Administração e Renúncia de Receitas (B₂₀)

A efetividade das políticas públicas é, via de regra, viabilizada pela execução orçamentária, em especial pela arrecadação de receitas. Assim, é relevante avaliar a atuação do ente federativo na efetiva arrecadação dos tributos de sua competência.

Sabe-se que são instrumentos de política pública a concessão de benefícios fiscais com objetivos sociais ou econômicos, visando reduzir desigualdades regionais, estimular segmentos econômicos e cadeias produtivas com novos investimentos e geração de empregos, culminando em mais desenvolvimento e renda para o Estado.

A regra geral porém, é arrecadar e, neste contexto, tais exceções, que implicam em renúncia de receita, carecem de controles adequados e necessários ao monitoramento das concessões e à garantia dos resultados almejados.

Neste sentido, a atuação do Controle Externo nesta seara é de suma importância para a eficiência da gestão fiscal, para a preservação da equidade necessária, para a transparência das contas públicas e para a garantia de acesso a informações de melhor qualidade à sociedade.

A Constituição Federal, art. 165, §6º determina que o Projeto de Lei Orçamentária demonstre o impacto das renúncias de receita sobre o equilíbrio fiscal:

Artigo 165 - §6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) acrescenta à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) o Anexo de Metas Fiscais que incluirá demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.

Art. 4º. A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

...

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

...

V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

A LRF complementa ainda a CF, acrescentando também ao demonstrativo da PLOA a necessidade de conter as medidas de compensação às renúncias de receita:

Art. 5º. O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

...

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

O artigo 14 da LRF trás um segundo momento de preocupação com o controle da renúncia fiscal. O momento de concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios fiscais dos quais decorram renúncia de receita.

Neste momento a exigência é de:

- a) realização de estudo do impacto orçamentário para o exercício de início de vigência e para os dois seguintes;
- b) atendimento ao disposto na LDO; e
- c) demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da LOA e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas na LDO; ou, apresentar medidas de compensação no exercício de início de vigência e nos dois seguintes.

O artigo 14, inciso II da LRF esclarece ainda que tais medidas de compensação se dariam “por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição”.

Para identificação das renúncias de receita está sendo considerada a definição conceitual apresentada pelo artigo 14 da LRF, que, no §1º dispõe que a renúncia: “compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”.

A Resolução ATRICON nº 06/2016 (ATRICON, 2016, p.6) adiciona ainda que a Renúncia de Receita é o “montante de ingressos que o fisco deixa de receber ao outorgar um tratamento tributário diferenciado”.

Além disso, o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional (MDF/STN) complementa que a renúncia pode ser destinada ao setor comercial ou industrial, programa de governo ou, ainda, a um beneficiário individual (Pessoa Física ou Jurídica). Exemplos: Concessão de crédito presumido ao Setor Hoteleiro, Isenção de Imposto de Renda para pessoas com mais de 65 anos, etc.

O IEG-E busca então apontar as necessárias formalizações legais e regulamentares exigidas para a concessão de incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita:

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
20. Quanto às situações de Administração e renúncia de receitas,	100

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
responda:	
20.1. Há consolidação e divulgação da legislação tributária estadual em meios eletrônicos, em linguagem compreensível e com ferramentas de busca acessíveis ao público em geral?	SIM – 10
	NÃO - 00
20.2. São publicados o inteiro teor de:	☒ Decisões do contencioso – 2,0 ☒ Consultas tributárias – 2,0 ☒ Súmulas vinculantes – 2,0 ☒ Pareceres normativos – 2,0 ☒ Resoluções Interpretativas – 2,0
20.3. Existe normatização da política de incentivos fiscais que discipline os procedimentos e competências, no âmbito dos órgãos responsáveis pela concessão dos benefícios, estabelecendo:	☒ Finalidade da política de incentivos fiscais, inclusive os decorrentes dos convênios do CONFAZ, caracterizando ainda o que será considerado como desvio de finalidade, observando os princípios da administração pública - 1,0 ☒ Órgão/unidade responsável pela quantificação e avaliação – 1,0 ☒ Órgão/unidade responsável pela análise da viabilidade financeira e compatibilidade orçamentária, apuração dos impactos e das medidas de compensação -1,0 ☒ Órgão/unidade responsável pela análise da viabilidade jurídica – 1,0; ☒ Órgão/unidade responsável pela análise da conjuntura econômico-social e vantagens advindas de eventual benefício fiscal – 1,0; ☒ Critérios para o benefício fiscal ser concedido de forma setorial e condições para exceções - – 1,0 ☒ Tempo de tramitação do processo de concessão – 1,0 ☒ Fluxo de tramitação do processo de concessão – 1,0 ☒ Quais informações são protegidas por sigilo fiscal e como poderão ser acessadas em situações de interesse público – 1,0 ☒ Acompanhamento e avaliação dos resultados sociais da política de renúncia fiscal decorrente do benefício concedido – 1,0
20.4. O demonstrativo do anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que objetiva apontar a estimativa e compensação da renúncia de receitas evidencia:	☒ Estimação da Renúncia de Receita por tributo – 2,0 ☒ Estimação da Renúncia de Receita por modalidade de incentivo fiscal – 2,0 ☒ Estimação da Renúncia de Receita por Setores/Programas/Beneficiário – 2,0 ☒ Estimação da Renúncia de Receita para o ano a que se refere a LDO e mais dois

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	exercícios seguintes por modalidade de renúncia – 2,0 ☒ Indicação das medidas de compensação para cada renúncia de receita – 2,0 ☒ Critérios transparentes e consistentes estabelecidos para apuração da estimativa das renúncias de receitas – 2,0 ☒ Critérios transparentes e consistentes estabelecidos para apuração das respectivas medidas de compensação – 2,0
20.5. A administração Tributária controla e mensura a fruição dos benefícios fiscais pelos contribuintes, por exercício? Obs.: Tal informação é essencial para subsidiar a elaboração do Anexo de Metas Fiscais, da LOA e para acompanhamento e avaliação da política de incentivos pelos órgãos competentes.	SIM – 10 Qual o valor da renúncia em cada um dos 3 últimos exercícios?
	NÃO - 00
20.6. Há publicidade e transparência dos valores dos benefícios concedidos, por segmento econômico e por modalidade de renúncia?	SIM – 10
	NÃO – 00
20.7. Percentual de renúncia fiscal sobre a Receita Corrente Arrecadada do Exercício é igual à relação entre a renúncia prevista na respectiva LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Receita Corrente Prevista?	SIM, com variação de até 10% – 10
	SIM, com variação de 10,1 a 30% - 5,0
	Variação acima de 30% - 00
20.8. Na totalidade dos estudos realizados, no exercício, referente a benefícios fiscais que foram concedidos, existem análises formais de:	☒ Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes – 2,0 ☒ Atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – 2,0 ☒ Demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da LOA e que não afetará as metas de resultados fiscais; OU indicação das medidas de compensação à renúncia de receita (aumento de receita) – 6,0 Quantidade de estudos realizados no exercício referente a benefícios fiscais que foram concedidos: _____ Quantidade de benefícios fiscais que foram concedidos no exercício: _____

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
20.9. A Administração tributária avalia, formalmente, o custo-benefício da abertura de programas de recuperação de créditos, adota indicadores para avaliação e avalia tais indicadores de resultado periodicamente?	SIM – 04
	NÃO – 00
20.10. Os registros contábeis da renúncia de receita decorrentes da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e as orientações e manuais da Secretaria do Tesouro Nacional?	SIM – 04
	NÃO – 00
20.11. Existem relatórios ou outro documento formal de avaliação quanto à eficiência e ao alcance do retorno e resultados esperados da política de renúncia fiscal que objetiva atrair investimentos e proporcionar o desenvolvimento econômico?	SIM – 04
	NÃO – 00
20.12. Há publicidade e transparência dos resultados sócio-econômicos dos benefícios concedidos, bem como dos métodos utilizados para o seu monitoramento e avaliação?	SIM – 04
	NÃO – 00

Os quesitos 20.11 e 20.12 serão direcionados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

• Participação Popular na fase de Execução Orçamentária (B₂₁)

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
21. Quanto à Participação Popular na fase de execução, responda:	50
21.1. O Poder Executivo realizou audiências públicas para avaliar, quadrimestralmente, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO para o último exercício?	SIM – 06
	NÃO – 00
21.2. Existem atas ou outro tipo de registro das proposições/ abordagens das audiências públicas?	SIM – 06
	NÃO – 00
21.3. Existem publicações das atas ou outro documento de registro dos temas que foram abordados nas	SIM – 06

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
audiências públicas? (metas fiscais; limites de gastos; limites de endividamento e equilíbrio das contas; organização, prevenção e atuação do controle interno; e consolidação dos dados).	NÃO – 00
21.4. É possível quantificar o número de pessoas que participou das audiências públicas de monitoramento das metas fiscais da LDO, por Região Administrativa?	SIM – 04 <u>Preencha as totalizações a seguir, por região administrativa</u> Araçatuba: Barretos: Bauru: Campinas: Central: Franca: Grande São Paulo: Itapeva: Marília: Presidente Prudente: Registro: Ribeirão Preto: Santos: São José dos Campos: São José do Rio Preto: Sorocaba:
	NÃO – 00
21.5. O Relatório Resumido de Execução Orçamentária está sendo bimestralmente divulgado e publicado?	SIM – 04
	NÃO – 00
21.6. O Relatório de Gestão Fiscal está sendo quadrimestralmente divulgado e publicado?	SIM – 04
	NÃO – 00
21.7. Existe canal de interação entre os usuários da informação recebida (RREO e RGF) e os responsáveis por sua elaboração?	SIM – 06 <u>Descreva o canal de interação:</u>
	NÃO – 00
21.8. As prestações de contas ficam a disposição da população para consultas e apreciação durante todo o exercício no órgão técnico responsável por sua elaboração?	SIM – 04 <u>Qual é o canal de acesso a esse órgão técnico?</u>
	NÃO – 00
21.9. É possível totalizar, por Região Administrativa, quantos cidadãos aproximadamente procuram, consultam, analisam, apreciam as prestações de contas da administração estadual por ano?	SIM – 04 <u>Preencha as totalizações a seguir, por região administrativa</u> Araçatuba: Barretos: Bauru:

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	Campinas: Central: Franca: Grande São Paulo: Itapeva: Marília: Presidente Prudente: Registro: Ribeirão Preto: Santos: São José dos Campos: São José do Rio Preto: Sorocaba:
	NÃO – 00
21.10. É possível identificar qual o grupo de pessoas que mais procurou ou se interessou pelas prestações de contas da administração estadual?	SIM – 06 <u>Qual?</u> () Estudantes e/ou pesquisadores () Políticos e/ou partidos políticos () Sindicatos e/ou entidades de classes () Associação de Moradores () População em Geral () Tribunal de Contas e outras auditorias
	NÃO – 00

• Indicador de Qualidade do Controle Interno (B₂₂)

O controle interno deve estar sempre em processo de aperfeiçoamento, posto que foi enfatizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O Poder Executivo, como administrador, é o responsável pela integração das funções de controle interno.

B₂₂ = somatório das pontuações atribuídas no questionário abaixo

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
22. Quanto à existência da função controle dentro do Governo do Estado, responda:	100
22.1. A organização do sistema de controle interno foi instituída mediante Lei (CF, art. 31, caput)?	SIM – 05
	NÃO – 00
22.2. O órgão responsável pelo controle interno no Estado possui atribuições formalmente definidas e	SIM – 05
	<u>Indique o instrumento de</u>

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
regulamentadas, que atendam às determinações da Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal?	<u>regulamentação:</u>
	NÃO – 00
22.3. No organograma da entidade, a estrutura de controle interno está diretamente vinculada ao dirigente máximo do governo estadual?	SIM – 03
	NÃO – 00
22.4. Existe obrigatoriedade de emissão/ apresentação de relatórios periódicos de avaliação dos controles internos?	SIM – 03
	NÃO – 00
22.5. Os relatórios de avaliação dos controles internos são divulgados?	SIM – 03
	NÃO – 00
22.6. O responsável pelo órgão central do sistema de controle interno assina os relatórios de gestão fiscal que são divulgados? (art. 54, parágrafo único, da LRF)	SIM – 03
	NÃO – 00
22.7. Todos os servidores responsáveis pelo controle interno são ocupantes de cargo de provimento efetivo?	SIM – 03
	NÃO – 00
22.8. Os servidores responsáveis pelo controle interno possuem atribuições exclusivamente vinculadas a esta função?	SIM – 03
	NÃO – 00
22.9. Existem regulamentos específicos e análises formais, de forma sistemática, da evolução patrimonial de todos os servidores públicos, cargos de provimento efetivo ou não, administração direta e indireta do Poder Executivo, de modo a observar a existência de sinais exteriores de riqueza, identificando eventuais incompatibilidades com a renda?	SIM – 03
	NÃO – 00
22.10. O órgão divulga o cadastro de servidores demitidos a bem do serviço público, desde que não haja impedimento ou restrição legal de fazê-lo (LC 64/1990, art. 1º, alínea 'o')?	SIM – 03 <u>Endereço de acesso à divulgação:</u>
	NÃO – 00
22.11. Existe formalização da segregação de funções financeiras e de controle?	SIM – 03
	NÃO – 00
22.12. Existem procedimentos formais de controle e avaliação do desempenho dos programas orçamentários e	SIM – 06

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
respectivas políticas públicas?	NÃO – 00
22.13.O órgão de controle interno formaliza suas avaliações quanto ao cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado?	SIM – 03
	NÃO – 00
22.14.Existe documento do órgão de controle interno contendo avaliação dos resultados, quanto à eficácia, eficiência, economicidade e legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual?	SIM – 05
	NÃO – 00
22.15.Existe matriz de risco elaborada pelo sistema de controle interno, com objetivo de identificar os riscos e selecionar quais órgãos, entidades, programas e/ou ações orçamentárias serão objeto de fiscalização da aplicação dos recursos públicos?	SIM – 03
	NÃO – 00
22.16.Existe documento do órgão de controle interno contendo avaliação quanto ao controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado?	SIM – 03
	NÃO – 00
22.17.Existe documento do órgão de controle interno contendo avaliação e monitoramento das peças orçamentárias, antes de sua aprovação, principalmente para validação das técnicas de estimação das Receitas e Despesas?	SIM – 03
	NÃO – 00
22.18. Existem regulamentos específicos e ações formais de fiscalização, de forma sistemática, para avaliação dos controles relacionados à receita e à renúncia de receita, inclusive quanto à cobrança da dívida ativa?	SIM – 03
	NÃO – 00
22.19. Existem mecanismos eficazes de controle correcional das atividades de fiscalização tributária?	SIM – 03 Quais? _____
	NÃO – 00
22.20. Existe documento do órgão de controle interno com manifestação quanto aos aspectos de estimação da Renúncia de Receitas e quanto à sistematização da apuração e mensuração real das renúncias fiscais do exercício?	SIM – 03
	NÃO – 00
22.21. O órgão de controle interno ou o sistema de controle interno aponta em seus relatórios a utilização ou integração com resultados de auditoria específicas, como a realizada pelo Sistema Estadual de Auditoria e Avaliação do SUS?	SIM – 03
	NÃO – 00
22.22.Existe formalização que garanta que denúncias afetas a aplicação de recursos e reclamações relacionadas à efetividade da prestação de serviços estaduais, recebidas pelas ouvidorias, passem por análise do órgão/sistema central de controle interno?	SIM – 03
	NÃO - 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
22.23. O órgão de controle interno dá ciência ao Tribunal de Contas do Estado das irregularidades/ilegalidades apuradas para adoção de providências, apuração de responsabilidade e instauração de procedimentos disciplinares dentro do prazo legal estabelecido pelo art. 113 das Instruções nº 02/2016 do TCESP?	SIM – 03
	NÃO - 00
22.24. Existem sistemas de avaliação e monitoramento implementados, que possam orientar um conjunto de práticas avaliativas, estruturadas e coordenadas, para produzir e fornecer conhecimento, com o objetivo de subsidiar os processos decisórios e de aprendizado para aperfeiçoamento da gestão e da implementação de programas e políticas públicas?	SIM – 06
	NÃO – 00
22.25. São divulgados os indicadores de desempenho do Sistema de Controle Interno (SCI) capazes de sinalizar a efetividade do controle?	SIM <u>Assinale quais:</u> ☒ Índice de atendimento às recomendações propostas anteriormente – 1,0 ☒ Índice de cobertura do Orçamento Geral do Estado – 1,0 ☒ Número de Auditorias realizadas x encerradas no prazo – 1,0 ☒ Economia gerada pela auditoria – 1,0 ☒ Recuperação de créditos – 1,0 ☒ Número de fiscalizações realizadas em entidades do terceiro setor – 1,0 ☒ Quantidade de responsáveis condenados em débitos e/ou multados – 1,0 ☒ Percentual de usuários que acreditam que a auditoria agrega valor – 1,0 ☒ Índices de achados – 1,0 ☒ Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações – 1,0 ☒ Arresto de bens de responsáveis – 1,0 ☒ Benefício financeiro por custo de funcionamento do SCI – 1,0 ☒ Outros: Quais: - 1,0

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	NÃO - 00
22.26. Existe Subsistema de Informação de Custos (SIC) implantado, capaz de mensurar, registrar, processar e evidenciar os custos de bens e serviços e outros objetos de custos, produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade, conforme regulamentado pelas normas contábeis?	SIM - 03
	NÃO - 00

Questões constitucionais e legais

Instruções:

- Os dados referem-se ao exercício de 2017.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
B ₂₃ . O governo estadual repassa até o dia 20 de cada mês, os duodécimos correspondentes às dotações orçamentárias, incluindo créditos suplementares e especiais, aos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública? (arts. 165, §9º e art. 168 da CF)	SIM – 00
	NÃO – REBAIXAR
B ₂₄ . O limite máximo de gasto com pessoal, determinado em 49%, foi respeitado?	SIM – 00
	NÃO – REBAIXAR
B ₂₅ . O limite máximo de endividamento, determinado em 200% da RCL, foi respeitado?	SIM – 00
	NÃO – REBAIXAR

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

TOTALIZAÇÃO	PESO DA DIMENSÃO FISCAL
Pontos máximos: 1000 Pontos mínimos: 000	i-FISCAL: 20%

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA i-FISCAL = (Somatório dos indicadores)/1000

4.5 SÍNTESE: i-SEG

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA SEGURANÇA PÚBLICA

Questões direcionadas à Secretaria de Segurança Pública

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
1. Houve meta(s) proposta(s) à Polícia Civil para tratar do aumento dos inquéritos policiais relatados?	SIM <u>Cite as metas:</u>
	NÃO
2. Houve meta(s) proposta(s) à Polícia Militar para tratar da intensificação do policiamento ostensivo?	SIM <u>Cite as metas:</u>
	NÃO
3. Houve meta(s) proposta(s) à Superintendência da Polícia Técnico-Científica para tratar da redução do tempo de resposta no atendimento das perícias em locais de crime?	SIM <u>Cite as metas:</u>
	NÃO
4. A SSP produziu ou utilizou pesquisa ou instrumento similar sobre vitimização no Estado de São Paulo?	SIM – 15 <u>Qual(is)?</u>
	NÃO – 00
5. Informe o valor total investido em Tecnologia do Negócio (sistemas informáticos e de comunicação) para diminuição dos índices criminais: Valor Total: Valor destinado à SSP: Valor destinado à PC: Valor destinado à PM: Valor destinado à SPTC:	
6. A(s) meta(s) proposta(s) pela SSP à Polícia Civil foi(foram) atingida(s)?	SIM – 15
	NÃO – 00 <u>Por quê?</u>

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
7.A meta proposta pela SSP à Polícia Militar foi atingida?	SIM – 15
	NÃO – 00 <u>Por quê?</u>
8.A meta proposta pela SSP à Superintendência da Polícia Técnico-Científica foi atingida?	SIM – 15
	NÃO – 00 <u>Por quê?</u>
9.O acesso aos conteúdos de transparência é concentrado em um único Portal?	SIM
	NÃO
10.Contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que, efetivamente, permita o acesso à informação?	SIM
	NÃO
11.O Portal disponibiliza endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público?	SIM
	NÃO
12.Há divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público, contendo dados sobre os vencimentos, descontos, indenizações e valor líquido?	SIM
	NÃO
13.Há divulgação de diárias e passagens por nome de favorecido e constando data, destino, cargo e motivo de viagem?	SIM
	NÃO
14.O site disponibiliza as respostas a perguntas mais frequentes da sociedade?	SIM
	NÃO
15.Há relatórios estatísticos de atendimentos realizados pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (SIC) presencial e eletrônico contendo número de atendimentos e prazo médio de atendimento dos pedidos?	SIM
	NÃO
	PARCIAL

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
16.A Secretaria possui Arquivo Central ou Setorial de documentos (Acervo)?	SIM <u>Informe a quantidade:</u> <u>Informe a localização:</u>
	NÃO
17.Qual a situação da Secretaria em relação ao Plano de Classificação e Tabela de Temporariedade de Documentos das atividades-fim (PC e TTD-fim)?	Não possui documentos da atividade-fim
	Desconhece a TTD-fim
	Elaboração não iniciada
	Elaboração não concluída
	Elaborada e oficializada
18.Qual a forma de organização dos documentos do acervo da unidade?	Por série documental
	Por unidade produtora/setor
	Não há padrão estabelecido
	Outros <u>Descreva:</u>
19.A unidade possui algum instrumento de busca e de recuperação de informações?	SIM <u>Qual tipo?</u> Relação Inventário Planilha Outros. Descreva:
	NÃO

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questões direcionadas à Delegacia Geral da Polícia Civil

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
20. Houve controle de absenteísmo dos Policiais Civis?	SIM – 10
	NÃO – 00
21. Sobre o atendimento telefônico da Polícia Civil (197), informe: Quantidade de centros/locais de atendimento de ligações 197: Quantidade de Policiais Civis que executaram suas atividades no atendimento de ligações 197: Quantidade de ligações recebidas:	
22. Houve terceirização de mão de obra no atendimento telefônico da Polícia Civil (197)?	SIM <u>Informe a quantidade de profissionais terceirizados:</u>
	NÃO
23. Os centros/locais de atendimento telefônico da Polícia Civil (197) são interligados?	SIM
	NÃO
24. Sobre o sistema de radiocomunicação digital P25/APCO-25, informe: Quantidade existente de transceptores fixos: Quantidade existente de transceptores móveis: Quantidade existente de transceptores portáteis: Quantidade de ERBs (sites) que suportam o sistema P25/APCO-25: Quantidade de órgãos que compartilham as ERBs (sites) da Polícia Civil: Valor total investido na aquisição de transceptores fixos: Valor total investido na aquisição de transceptores móveis: Valor total investido na aquisição de transceptores portáteis:	

25. Houve contrato(s) de suporte técnico para manutenção do sistema de radiocomunicação P25/APCO-25?	SIM <u>Informe:</u> Quantidade de contratos: Valor total do(s) contrato(s) pago(s) no exercício: NÃO
26. Sobre os helicópteros da Polícia Civil, informe: Quantidade de helicópteros existentes no último dia do exercício (A): Quantidade de helicópteros em condições de uso no último dia do exercício (B): Valor total gasto na manutenção dos helicópteros policiais: Valor total gasto com combustíveis, óleos e derivados:	<u>Método de cálculo:</u> $Q = \frac{B}{A} \times 10$ se $Q \leq 2 \rightarrow NF = 00$ pontos se $Q > 2 \rightarrow NF = Q$ pontos <u>Legenda:</u> A = Quantidade de helicópteros existentes B = Quantidade de helicópteros em condições de uso Pontuação Máxima = 10 pontos
26.1. Houve controle de dias de indisponibilidade de helicópteros? Obs. Não considerar dias de manutenção preventiva como dia indisponível.	SIM <u>Informe a soma da quantidade de dias que qualquer helicóptero ficou indisponível (C):</u> <u>Método de cálculo:</u> $Q = \left(1 - \frac{C}{Ax365}\right) \times 10$ se $Q \leq 2 \rightarrow NF = 00$ pontos se $Q > 2 \rightarrow NF = Q$ pontos <u>Legenda:</u> 365 = N° de dias do exercício A = Quantidade de helicópteros existentes C = Soma da quantidade de dias que qualquer helicóptero ficou indisponível Pontuação Máxima = 10 pontos

	NÃO – 00 ponto
26.2.Houve controle de horas de indisponibilidade de helicópteros?	SIM <u>Informe a soma da quantidade de horas de voo de todos os helicópteros:</u>
	NÃO
27.Sobre o efetivo policial no último dia do exercício, informe: Número fixado de Policiais: Número existente de Policiais: Número de Policiais na atividade policial nos DECAP, DEMACRO e DEINTERs, e subunidades: Número de Policiais afastados por absenteísmo: Número de Policiais afastados para outros Órgãos:	
28.Houve programa de recuperação de absenteísmo para a Polícia Civil?	SIM - 10 <u>Informe o percentual de recuperação de policiais:</u> NÃO <u>Método de cálculo:</u> $\text{se } \frac{Na}{Ne} \geq 0,01 \rightarrow NF = 00$ $\text{se } \frac{Na}{Ne} < 0,01 \rightarrow NF = 10$ <u>Legenda:</u> Na = N° afastados absenteísmo Ne = N° existente de policiais NF = Nota Final da questão
Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.	

Questões direcionadas às Delegacias De Polícia - Diretorias do DECAP, DEMACRO e DEINTER (1-10)

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
29. Houve mapeamento de área criminal para direcionamento da atuação da Polícia Civil?	SIM – 10
	NÃO – 00
	<u>Por quê?</u>
30. Houve planejamento das atividades policiais visando ao aumento de inquéritos com resolutividade levado a juízo?	SIM <u>Informe a quantidade de reuniões com os Delegados Seccionais para tratar do assunto:</u>
	NÃO
31. O planejamento foi suficiente para aumentar a taxa de esclarecimento de autoria e materialidade dos crimes investigados pela Polícia Civil?	SIM – 10
	NÃO – 00 <u>Por quê?</u>
Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.	

Questões direcionadas às Delegacias Seccionais

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário;
- Os dados a serem fornecidos, inclusive de efetivo policial, viaturas, armamento, coletes balísticos e transceptores restringem-se à delegacia seccional e subunidades, e o relacionamento destas com as demais forças policiais;
- No planejamento integrado, devem ser observadas as atribuições constitucionais de cada força policial integrante do ciclo de polícia;
- Para que seja contabilizada, a participação do Delegado Seccional no CONSEG deve ser presencial, ou seja, sem o uso do artifício de envio de representante;
- Para que seja contabilizado, o compartilhamento das informações de polícia judiciária deve extrapolar a interação cotidiana para o cumprimento das atividades do ciclo de polícia. Deve-se repassar dados úteis ao cumprimento das atribuições constitucionais das demais forças policiais;

- Entende-se por vultosas as operações em que se faz necessária a utilização de grande quantidade de recursos e insumos e/ou se tem a necessidade do apoio de outras forças policiais, de acordo com as respectivas atribuições dadas pela CF 1988;
- Operações de repercussão são aquelas sujeitas a ampla cobertura midiática e/ou forte apelo popular, e que podem provocar reações que necessitem da ação das demais forças que compõem o ciclo de polícia;
- Contabilize apenas cursos e treinamentos promovidos pela ACADEPOL ou custeados pela Polícia Civil que sejam direcionados à atividade-fim da corporação. Não contabilize os cursos de formação de policiais.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
32. Houve planejamento de atividades do ciclo de polícia em conjunto com outras forças policiais (integração das forças policiais estaduais)?	SIM
	NÃO
32.1. Selecione as forças policiais que participaram do planejamento conjunto das atividades integradas. (É possível selecionar mais de uma opção.)	☒ Polícia Militar – 10 ☒ Superintendência da Polícia Técnico-Científica – 10 ☒ Outras. Quais:
33. Informe a quantidade de reuniões do CONSEG com participação do Delegado Seccional.	00 a 03 reuniões = 00
	04 a 07 reuniões = 2,5
	08 a 11 reuniões = 5,0
	12 ou mais reuniões = 10
34. Selecione as forças policiais estaduais que receberam informações da sua atividade de polícia judiciária. (É possível selecionar mais de uma opção.)	☒ Polícia Militar – 10 ☒ Superintendência da Polícia Técnico-Científica – 10 ☒ Outras. Quais: ☒ Não houve compartilhamento de informações com outras forças policiais estaduais
35. Selecione os meios de comunicação utilizados para compartilhar essas informações. (É possível selecionar mais de uma opção.)	☒ Ofício ☒ Processo ☒ E-mail ☒ Telefone ☒ Reunião Presencial ☒ Videoconferência ☒ Outros. Quais:
36. As demais forças policiais estaduais (Polícia Militar, Superintendência da Polícia Técnico-Científica) foram informadas previamente sobre a realização de operações vultosas e/ou de repercussão?	SIM – 10
	NÃO – 00
	Não houve operações dessa natureza – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
37. Sobre o efetivo de Delegados de Polícia na sua seccional e subunidades, informe: Efetivo fixado: Efetivo existente (A): Efetivo em atividade na Delegacia Seccional e Unidades Policiais subordinadas: Número de delegados que executaram exclusivamente tarefas administrativas: Número de Delegados de Polícia que passaram por curso/treinamento de atualização profissional em suas atividades (B): Total de dias de afastamento de Delegados de Polícia:	<u>Método de cálculo:</u> $p = \frac{\frac{B}{A}}{4} \times 10 = 2,5 \text{ (pontuação máxima)}$
38. Sobre o efetivo das demais carreiras da Polícia Civil na sua seccional e subunidades, informe: Efetivo fixado: Efetivo existente (A): Efetivo em atividade na Delegacia Seccional e Unidades Policiais subordinadas: Número de policiais que executaram exclusivamente tarefas administrativas: Número de policiais que realizam plantão: Número de policiais que passaram por curso/treinamento de atualização profissional em suas atividades (B): Total de dias de afastamento de policiais:	<u>Método de cálculo:</u> $p = \frac{\frac{B}{A}}{4} \times 30 = 7,5 \text{ (pontuação máxima)}$

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
39. Sobre horário de atendimento à população, informe: Quantidade de Unidades Policiais com atendimento ininterrupto (24h, 7 dias por semana): Quantidade de Unidades Policiais com atendimento diurno, 7 dias por semana: Quantidades de Unidades Policiais com atendimento diurno, de segunda a sexta-feira: Quantidade de Unidades com outro horário de atendimento: Especifique:	
40. Sobre viaturas de Polícia Civil de quatro rodas, informe: Quantidade de viaturas existentes no último dia do exercício (A): Quantidade de viaturas em condições de uso no último dia do exercício (B): Valor total gasto na manutenção das viaturas policiais, excluindo-se substituição de pneus e baterias: Valor total gasto com substituição de pneus: Valor total gasto com substituição de baterias: Valor total gasto com combustíveis, óleos e derivados:	<u>Método de cálculo:</u> $Q = \frac{B}{A} \times 10$ se $Q \leq 2 \rightarrow NF = 00$ pontos se $Q > 2 \rightarrow NF = Q$ pontos <u>Legenda:</u> A = Quantidade de viaturas existentes B = Quantidade de viaturas em condições de uso Pontuação Máxima = 10 pontos
40.1. Houve controle de indisponibilidade de viaturas?	SIM <u>Informe a soma da quantidade de dias que qualquer viatura ficou indisponível para a atividade policial (C):</u> <u>Método de cálculo:</u> $Q = \left(1 - \frac{C}{Ax365}\right) \times 10$

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS	
	se $Q \leq 2 \rightarrow NF = 00$ pontos	
	se $Q > 2 \rightarrow NF = Q$ pontos	
	<u>Legenda:</u> 365 = Nº de dias do exercício A = Quantidade de viaturas existentes C = Soma da quantidade de dias que qualquer viatura ficou indisponível Pontuação Máxima = 10 pontos	
	NÃO – 00 ponto	
41.Como foi realizado o controle operacional das viaturas de Polícia Civil de quatro rodas?	Por meio de sistema informatizado – 10	
	De forma manual – 05	
	De outra forma – 05	
	<u>Especifique:</u> Não houve controle operacional das viaturas – 00	
41.1.Informe o total de quilômetros rodados de todas as viaturas.		
42.Como foi realizada a supervisão das atividades de Polícia Civil nas viaturas de quatro rodas?	Por meio de sistema informatizado, com geolocalização – 10	
	Por meio de sistema informatizado, sem geolocalização – 05	
	De forma manual – 2,5	
	De outra forma – 2,5	
	<u>Especifique:</u> Não há supervisão das atividades – 00	
43.Sobre o quantitativo de armamento policial no último dia do exercício, informe:	<u>Método de cálculo:</u> Proporção entre o número de armamento (pistola e revólver) em condições de uso e o efetivo policial existente:	
	Resultado	Pontuação
	Maior ou igual a 1	10
	Menor que 1	00

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS																		
	<u>Método de cálculo:</u> Percentual de armamento policial (pistola e revólver) em condições de uso, em relação ao estoque total: <table border="1" data-bbox="715 488 1399 920"> <thead> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Maior ou igual a 98%</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 97% e menor que 98%</td><td>7,5</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 96% e menor que 97%</td><td>5,0</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 95% e menor que 96%</td><td>2,5</td></tr> <tr> <td>Menor que 95%</td><td>00</td></tr> </tbody> </table> <u>Método de cálculo:</u> Percentual de armamento policial extraviado, furtado ou roubado, em relação ao estoque inicial do exercício: <table border="1" data-bbox="762 1178 1353 1361"> <thead> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0%</td><td>20</td></tr> <tr> <td>Acima de 0%</td><td>00</td></tr> </tbody> </table>	Resultado	Pontuação	Maior ou igual a 98%	10	Maior ou igual a 97% e menor que 98%	7,5	Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0	Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5	Menor que 95%	00	Resultado	Pontuação	0%	20	Acima de 0%	00
Resultado	Pontuação																		
Maior ou igual a 98%	10																		
Maior ou igual a 97% e menor que 98%	7,5																		
Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0																		
Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5																		
Menor que 95%	00																		
Resultado	Pontuação																		
0%	20																		
Acima de 0%	00																		
44. Sobre o quantitativo de coletes balísticos no último dia do exercício, informe:	<u>Método de cálculo:</u> Proporção entre o número de coletes balísticos em condições de uso e o efetivo policial existente: <table border="1" data-bbox="762 1585 1353 1769"> <thead> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Maior ou igual a 1</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Menor que 1</td><td>00</td></tr> </tbody> </table> <u>Método de cálculo:</u> Percentual de coletes balísticos em condições de uso, em relação ao estoque total: <table border="1" data-bbox="715 1989 1399 2056"> <thead> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> </thead> <tbody> </tbody> </table>	Resultado	Pontuação	Maior ou igual a 1	10	Menor que 1	00	Resultado	Pontuação										
Resultado	Pontuação																		
Maior ou igual a 1	10																		
Menor que 1	00																		
Resultado	Pontuação																		

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS													
	Maior ou igual a 98%	10												
	Maior ou igual a 97% e menor que 98%	7,5												
	Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0												
	Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5												
	Menor que 95%	00												
	<u>Método de cálculo:</u> Percentual de coletes balísticos extraviados, furtados ou roubados, em relação ao estoque inicial do exercício: <table><tr><th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr><tr><td>0%</td><td>10</td></tr><tr><td>Acima de 0%</td><td>00</td></tr></table>		Resultado	Pontuação	0%	10	Acima de 0%	00						
Resultado	Pontuação													
0%	10													
Acima de 0%	00													
45.Sobre o quantitativo de transceptores P25/APCO-25 de no último dia do exercício, informe:	<u>Método de cálculo:</u> Percentual de transceptores (fixos, móveis e portáteis) em condições de uso, em relação ao estoque total: <table><tr><th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr><tr><td>Maior ou igual a 98%</td><td>10</td></tr><tr><td>Maior ou igual a 97% e menor que 98%</td><td>7,5</td></tr><tr><td>Maior ou igual a 96% e menor que 97%</td><td>5,0</td></tr><tr><td>Maior ou igual a 95% e menor que 96%</td><td>2,5</td></tr><tr><td>Menor que 95%</td><td>00</td></tr></table>		Resultado	Pontuação	Maior ou igual a 98%	10	Maior ou igual a 97% e menor que 98%	7,5	Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0	Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5	Menor que 95%	00
	Resultado	Pontuação												
	Maior ou igual a 98%	10												
	Maior ou igual a 97% e menor que 98%	7,5												
	Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0												
	Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5												
Menor que 95%	00													
<u>Método de cálculo:</u> Percentual de transceptores (fixos, móveis e portáteis) extraviados, furtados ou roubados, em relação ao estoque inicial do exercício:														

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS							
	<table><tr><th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr><tr><td>0%</td><td>20</td></tr><tr><td>Acima de 0%</td><td>00</td></tr></table>	Resultado	Pontuação	0%	20	Acima de 0%	00	
Resultado	Pontuação							
0%	20							
Acima de 0%	00							
46.Houve atividades como limpeza, vigilância, zeladoria e copeiragem terceirizadas?	SIM <u>Informe:</u> Quantidade de contratos: Valor total dos contratos:							
	NÃO							
47.Informe a quantidade de imóveis nos seguintes estados de conservação: Ótimo: Bom: Regular: Ruim:								
48.A Delegacia Seccional possui todos os dados referentes aos gastos com aluguel, água, luz, telefone e internet para todos os imóveis?	SIM <u>Informe o valor total no exercício:</u>							
	NÃO							
49.Informe a quantidade de sistemas informáticos utilizados pela Delegacia Seccional e subunidades: 49.1.Sobre os sistemas informáticos utilizados pela Delegacia Seccional e subunidades, informe quais: <u>Nome do Sistema;</u> <u>Detalhe sua utilização</u> Sistema 1 Detalhe 1 Sistema 2 Detalhe 2 Sistema n Detalhe n	<u>Método de cálculo:</u> $\frac{Q_s}{Q_m} \times 20 = \text{até 20 pontos}$ <u>Legenda:</u> Q_s = Quantidade de sistemas utilizados Q_m = Quantidade máxima de sistemas utilizados							
50.Sobre inquéritos policiais, informe: Número de inquéritos instaurados por prisão em flagrante (A_1): Número de inquéritos instaurados	<u>Método de cálculo:</u> $\left(\frac{B}{A_1} + A_2 + A_3 \right) \times 20 = 20 \text{ (Pontuação Máxima)}$							

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
por portaria (A₂): Número de inquéritos instaurados por requisição de juiz ou promotor (A₃): Número de inquéritos com resolutividade levado ao juízo (B): Número de inquéritos com pedido de prisão preventiva/temporária ou outra medida cautelar: Número de inquéritos em cartório no último dia do exercício:	
51. Sobre boletins de ocorrência registrados presencialmente nas Unidades Policiais subordinadas à sua Delegacia Seccional, informe: Número de boletins de ocorrência criminais: Número de boletins de ocorrência não criminais: Número de boletins de ocorrência arquivados:	
52. Sobre boletins de ocorrência registrados por meio da Delegacia Eletrônica referentes a sua área de atuação, informe: Número de boletins de ocorrência criminais: Número de boletins de ocorrência não criminais: Número de boletins de ocorrência arquivados:	
53. Informe a quantidade de inquéritos policiais instaurados a partir de boletins de ocorrência criminais referentes a sua área de atuação registrados por meio da Delegacia Eletrônica:	
54. Informe a quantidade anual de prisões em flagrante na sua	

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
Seccional e subunidades.	
55. Sobre mandados de prisão, informe: Número de mandados de prisão recebidos (A): Número de mandados de prisão cumpridos com êxito na prisão (B):	<u>Método de cálculo:</u> $\frac{B}{A} \times 10 = 10 \text{ (Pontuação Máxima)}$

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questões direcionadas à Corregedoria da Polícia Civil

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário;
- Desconsidere os policiais da Superintendência de Polícia Técnico-Científica e subunidades.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
56. Informe o número de Policiais Cíveis com PAD (Processo Administrativo Disciplinar):	Não pontuado
57. Informe o número de Policiais Cíveis indicados em IP (Inquérito Policial):	Não pontuado
58. Informe o número de Policiais Cíveis demitidos:	Não pontuado

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questões direcionadas ao Comando Geral da Polícia Militar

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
59. Houve controle de absenteísmo dos Policiais Militares?	SIM – 10
	NÃO – 00
60. Sobre o atendimento telefônico da Polícia Militar (190), informe: Quantidade de centros/locais de atendimento de ligações 190: Quantidade de Policiais Militares que executaram suas atividades no atendimento de ligações 190: Quantidade de ligações recebidas: Quantidade de ligações relacionadas à segurança pública:	
61. Houve terceirização de mão de obra no atendimento telefônico da Polícia Militar (190)?	SIM <u>Informe a quantidade de profissionais terceirizados:</u>
	NÃO
62. Os centros/locais de atendimento telefônico da Polícia Militar (190) são interligados?	SIM
	NÃO
63. Sobre o sistema de radiocomunicação digital P25/APCO-25, informe: Quantidade existente de transceptores (fixos, móveis e portáteis): Quantidade de ERBs (sites) que suportam o sistema P25/APCO-25: Quantidade de órgãos que compartilham as ERBs (sites) da Polícia Militar: Valor total investido na aquisição de transceptores (fixos, móveis e portáteis):	
64. Houve contrato(s) de suporte técnico para manutenção do sistema de radiocomunicação P25/APCO-25?	SIM <u>Informe:</u> Quantidade de contratos: Valor do(s) contrato(s):

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	NÃO
65. Sobre os helicópteros da Polícia Militar no último dia do exercício, informe: Quantidade de helicópteros existentes (A): Quantidade de helicópteros em condições de uso (B): Valor total gasto na manutenção dos helicópteros policiais: Valor total gasto com combustíveis, óleos e derivados:	<u>Método de cálculo:</u> $Q = \frac{B}{A} \times 10$ $\text{se } Q \leq 2 \rightarrow NF = 00 \text{ pontos}$ $\text{se } Q > 2 \rightarrow NF = Q \text{ pontos}$ <u>Legenda:</u> A = Quantidade de helicópteros existentes B = Quantidade de helicópteros em condições de uso Pontuação Máxima = 10 pontos
65.1. Houve controle de dias de indisponibilidade de helicópteros? Obs. Não considerar dias de manutenção preventiva como dia indisponível.	SIM <u>Informe a soma da quantidade de dias que qualquer helicóptero ficou indisponível (C):</u> <u>Método de cálculo:</u> $Q = 1 - \frac{C}{A \times 365} \times 10$ $\text{se } Q \leq 2 \rightarrow NF = 00 \text{ pontos}$ $\text{se } Q > 2 \rightarrow NF = Q \text{ pontos}$ <u>Legenda:</u> 365 = N° de dias do exercício A = Quantidade de helicópteros existentes C = Soma da quantidade de dias que qualquer helicóptero ficou indisponível Pontuação Máxima = 10 pontos NÃO – 00 ponto
65.2. Houve controle de horas de indisponibilidade de helicópteros?	SIM <u>Informe a soma da quantidade de horas de voo de todos os helicópteros:</u>

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	NÃO
66. Sobre o efetivo policial no último dia do exercício, informe: Número fixado de Policiais: Número existente de Policiais: Número de Policiais nos CPC, CPM e CPIs, e subunidades: Número de Policiais afastados por absenteísmo: Número de Policiais afastados para outros Órgãos:	
	SIM – 10
	<u>Informe o percentual de recuperação de policiais:</u>
	NÃO
	<u>Método de cálculo:</u>
	$\text{se } \frac{Na}{Ne} \geq 0,01 \rightarrow NF = 00$
	$\text{se } \frac{Na}{Ne} < 0,01 \rightarrow NF = 10$
67. Houve programa de recuperação de absenteísmo para a Polícia Militar?	<u>Legenda:</u> Na = Nº afastados absenteísmo Ne = Nº existente de policiais NF = Nota Final da questão

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questões Direcionadas ao Comando de Policiamento da Capital (CPC), ao Comando de Policiamento Metropolitano (CPM) e aos Comandos de Policiamento do Interior (CPI 1-10)

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
68.Houve mapeamento de área criminal para direcionamento da atuação da Polícia Militar e suas subunidades?	SIM – 10
	NÃO – 00 <u>Por quê?</u>
69.Houve planejamento das atividades de policiamento ostensivo visando à redução dos índices de homicídio, roubo, furto e latrocínio?	SIM <u>Informe a quantidade de reuniões com os Comandantes de Batalhão da sua área:</u>
	NÃO
70.O planejamento foi suficiente para diminuir os índices de homicídio, furto, roubo e latrocínio?	SIM – 10
	NÃO – 00 <u>Por quê?</u>

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questões Direcionadas aos Comandos de Policiamento de Áreas Metropolitanas (CPAM 1-12) e Comandos de Policiamento do Interior (CPI 1-10)

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário;
- Os dados a serem fornecidos, inclusive de efetivo policial, viaturas, armamento, coletes balísticos e transceptores restringem-se ao seu CPAM (ou CPI) e subunidades;
- No planejamento integrado, devem ser observadas as atribuições constitucionais de cada força policial integrante do ciclo de polícia;

- Para que seja contabilizada, a participação do Comandante do CPAM no CONSEG deve ser presencial, ou seja, sem o uso do artifício de envio de representante;
- Para que seja contabilizado, o compartilhamento das informações de policiamento ostensivo deve extrapolar a interação cotidiana para o cumprimento das atividades do ciclo de polícia. Devem-se repassar dados úteis ao cumprimento das atribuições constitucionais das demais forças policiais;
- Entende-se por vultosas as operações em que a utilização de grande quantidade de agentes, recursos e insumos se faz necessária e/ou se tem a necessidade do apoio de outras forças policiais, de acordo com as respectivas atribuições dadas pela Constituição Federal de 1988;
- Operações de repercussão são aquelas sujeitas à ampla cobertura midiática e/ou apelo popular, e que podem provocar reações que necessitem da ação das demais forças que compõem o ciclo de polícia;
- Contabilize apenas cursos e treinamentos promovidos pela Diretoria de Ensino da Polícia Militar ou custeados pela Polícia Militar e que sejam direcionados à atividade-fim da corporação. Não contabilize os cursos de formação de policiais;
- Para informar o total de dias de afastamento de policiais, some todos os dias que cada policial ficou afastado ou impedido de exercer suas funções, exceto para treinamentos promovidos pela Diretoria de Ensino da Polícia Militar ou custeados pela Polícia Militar e que sejam direcionados à atividade-fim da corporação;
- Para informar o número de policiais que executaram exclusivamente tarefas administrativas, considere todos aqueles que executam tarefas que não constam das atribuições da sua carreira policial;
- Para calcular a quantidade de dias de indisponibilidade das viaturas, some os dias em que cada viatura ficou impossibilitada de realizar a atividade a que se destina, quer seu uso tenha sido solicitado ou não;
- O controle operacional das viaturas de duas e de quatro rodas refere-se ao uso do Relatório de Serviço Motorizado e posterior análise dos dados informados;
- A supervisão das atividades de Polícia Militar nas viaturas de duas e de quatro rodas refere-se ao controle do paradeiro dos veículos em uso, se possível em tempo real e com auxílio de tecnologia GPS;
- Para calcular proporção entre o número de equipamentos (armamento policial, coletes balísticos e transceptores) e o efetivo existente, divida o número de equipamentos pelo efetivo de existente de policiais. Considere apenas os equipamentos e policiais do seu CPAM (ou CPI) e subunidades. Os equipamentos sem condições de uso ou aguardando manutenção não devem ser considerados.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
71. Houve planejamento das atividades do ciclo de polícia em conjunto com outras forças policiais (integração das forças policiais estaduais)?	SIM
	NÃO
71.1. Selecione as forças policiais que participaram do planejamento conjunto das atividades do ciclo de polícia. (É possível selecionar mais de uma opção)	☒ Polícia Civil – 10 ☒ Superintendência da Polícia Técnico-Científica – 10 ☒ Outras. Quais:

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
72. Informe a quantidade de reuniões do CONSEG com participação do Comandante do CPAM ou CPI.	00 a 03 reuniões = 00
	04 a 07 reuniões = 2,5
	08 a 11 reuniões = 5,0
	12 ou mais reuniões = 10
73. Selecione as forças policiais estaduais que receberam informações da sua atividade de polícia. (É possível selecionar mais de uma opção)	☒ Polícia Civil – 10 ☒ Superintendência da Polícia Técnico-Científica – 10 ☒ Outras. Quais: ☒ Não houve compartilhamento de informações com outras forças policiais estaduais
74. Selecione os meios de comunicação utilizados para compartilhar essas informações. (É possível selecionar mais de uma opção)	☒ Ofício ☒ Processo ☒ E-mail ☒ Telefone ☒ Reunião Presencial ☒ Videoconferência ☒ Outros. Quais:
75. As demais forças policiais estaduais (Polícia Civil, Superintendência da Polícia Técnico-Científica) foram informadas previamente sobre a realização de operações vultosas e/ou de repercussão?	SIM – 10
	NÃO – 00
	Não houve operações dessa natureza – 00
76. Sobre horário de atendimento à população, informe: Quantidade de Unidades Policiais com atendimento ininterrupto (24h, 7 dias por semana): Quantidade de Unidades Policiais com atendimento diurno, 7 dias por semana: Quantidade de Unidades Policiais com atendimento diurno, de segunda a sexta-feira: Quantidade de Unidades com outro horário de atendimento: Especifique:	

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
77.Como foi realizado o controle operacional das viaturas de Polícia Militar de quatro rodas?	Por meio de sistema informatizado – 10
	De forma manual – 05
	De outra forma – 05 <u>Especifique:</u>
	Não houve controle operacional das viaturas – 00
77.1.Informe o total de quilômetros rodados de todas as viaturas.	
78.Como foi realizado o controle operacional das viaturas de Polícia Militar de duas rodas?	Por meio de sistema informatizado – 10
	De forma manual – 05
	De outra forma – 05 <u>Especifique:</u>
	Não houve controle operacional das viaturas – 00
78.1.Informe o total de quilômetros rodados de todas as viaturas.	
79.Como foi realizada a supervisão das atividades de Polícia Militar das viaturas de quatro rodas?	Por meio de sistema informatizado, com geolocalização – 10
	Por meio de sistema informatizado, sem geolocalização – 05
	De forma manual – 2,5
	De outra forma – 2,5 <u>Especifique:</u>
	Não há supervisão das atividades – 00
80.Como foi realizada a supervisão das atividades de Polícia Militar das viaturas de duas rodas?	Por meio de sistema informatizado, com geolocalização – 10
	Por meio de sistema informatizado, sem geolocalização – 05
	De forma manual – 2,5
	De outra forma – 2,5 <u>Especifique:</u>

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	Não há supervisão das atividades – 00
81. Sobre viaturas de Polícia Militar de quatro rodas, informe: Quantidade de viaturas existentes no último dia do exercício (A): Quantidade de viaturas em condições de uso no último dia do exercício (B): Valor total gasto na manutenção das viaturas, excluindo-se substituição de pneus e baterias: Valor total gasto com substituição de pneus: Valor total gasto com substituição de baterias: Valor total gasto com combustíveis, óleos e derivados:	<u>Método de cálculo:</u> $Q = \frac{B}{A} \times 10$ se $Q \leq 2 \rightarrow NF = 00$ pontos se $Q > 2 \rightarrow NF = Q$ pontos <u>Legenda:</u> A = Quantidade de viaturas existentes B = Quantidade de viaturas em condições de uso Pontuação Máxima = 10 pontos
81.1. Houve controle de indisponibilidade de viaturas de quatro rodas?	SIM <u>Informe a soma da quantidade de dias que qualquer viatura ficou indisponível para a atividade policial (C):</u> <u>Método de cálculo:</u> $Q = \left(1 - \frac{C}{Ax365}\right) \times 10$ se $Q \leq 2 \rightarrow NF = 00$ pontos se $Q > 2 \rightarrow NF = Q$ pontos <u>Legenda:</u> 365 = Nº de dias do exercício A = Quantidade de viaturas existentes C = Soma da quantidade de dias que qualquer viatura ficou indisponível Pontuação Máxima = 10 pontos
	NÃO – 00 ponto

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
82. Sobre viaturas de Polícia Militar de duas rodas, informe: Quantidade de viaturas existentes no último dia do exercício (A): Quantidade de viaturas em condições de uso no último dia do exercício (B): Valor total gasto na manutenção das viaturas, excluindo-se substituição de pneus e baterias: Valor total gasto com substituição de pneus: Valor total gasto com substituição de baterias: Valor total gasto com combustíveis, óleos e derivados:	<u>Método de cálculo:</u> $Q = \frac{B}{A} \times 10$ se $Q \leq 2 \rightarrow NF = 00$ pontos se $Q > 2 \rightarrow NF = Q$ pontos <u>Legenda:</u> A = Quantidade de viaturas existentes B = Quantidade de viaturas em condições de uso Pontuação Máxima = 10 pontos
82.1. Houve controle de indisponibilidade de viaturas de duas rodas?	SIM <u>Informe a soma da quantidade de dias que qualquer viatura ficou indisponível para a atividade policial (C):</u> <u>Método de cálculo:</u> $Q = \left(1 - \frac{C}{Ax365}\right) \times 10$ se $Q \leq 2 \rightarrow NF = 00$ pontos se $Q > 2 \rightarrow NF = Q$ pontos <u>Legenda:</u> 365 = Nº de dias do exercício A = Quantidade de viaturas existentes C = Soma da quantidade de dias que qualquer viatura ficou indisponível Pontuação Máxima = 10 pontos NÃO – 00 ponto
83. Sobre o quantitativo de armamentos no último dia do	<u>Método de cálculo:</u>

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS												
exercício, informe:	Proporção entre o número de armamento (pistola e revólver) em condições de uso e o efetivo policial existente:												
	<table><tr><th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr><tr><td>Maior ou igual a 1</td><td>10</td></tr><tr><td>Menor que 1</td><td>00</td></tr></table>	Resultado	Pontuação	Maior ou igual a 1	10	Menor que 1	00						
	Resultado	Pontuação											
	Maior ou igual a 1	10											
Menor que 1	00												
<u>Método de cálculo:</u>													
Percentual de armamento policial (pistola e revólver) em condições de uso em relação ao estoque total:													
	<table><tr><th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr><tr><td>Maior ou igual a 98%</td><td>10</td></tr><tr><td>Maior ou igual a 97% e menor que 98%</td><td>7,5</td></tr><tr><td>Maior ou igual a 96% e menor que 97%</td><td>5,0</td></tr><tr><td>Maior ou igual a 95% e menor que 96%</td><td>2,5</td></tr><tr><td>Menor que 95%</td><td>00</td></tr></table>	Resultado	Pontuação	Maior ou igual a 98%	10	Maior ou igual a 97% e menor que 98%	7,5	Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0	Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5	Menor que 95%	00
Resultado	Pontuação												
Maior ou igual a 98%	10												
Maior ou igual a 97% e menor que 98%	7,5												
Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0												
Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5												
Menor que 95%	00												
	<u>Método de cálculo:</u>												
	Percentual de armamentos extraviados, furtados ou roubados em relação ao estoque inicial do exercício:												
	<table><tr><th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr><tr><td>0%</td><td>20</td></tr><tr><td>Acima de 0%</td><td>00</td></tr></table>	Resultado	Pontuação	0%	20	Acima de 0%	00						
Resultado	Pontuação												
0%	20												
Acima de 0%	00												
84.Sobre o quantitativo de coletes balísticos no último dia do exercício, informe:	<u>Método de cálculo:</u>												
	Proporção entre o número de coletes balísticos em condições de uso e o efetivo policial existente:												

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS																								
	<table border="1" data-bbox="762 291 1353 474"> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 1</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Menor que 1</td><td>00</td></tr> </table> <u>Método de cálculo:</u> Percentual de coletes balísticos em condições de uso, em relação ao total existente: <table border="1" data-bbox="715 703 1401 1137"> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 98%</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 97% e menor que 98%</td><td>7,5</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 96% e menor que 97%</td><td>5,0</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 95% e menor que 96%</td><td>2,5</td></tr> <tr> <td>Menor que 95%</td><td>00</td></tr> </table> <u>Método de cálculo:</u> Percentual de coletes balísticos extraviados, furtados ou roubados, em relação ao estoque inicial do exercício: <table border="1" data-bbox="762 1402 1353 1585"> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> <tr> <td>0%</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Acima de 0%</td><td>00</td></tr> </table>	Resultado	Pontuação	Maior ou igual a 1	10	Menor que 1	00	Resultado	Pontuação	Maior ou igual a 98%	10	Maior ou igual a 97% e menor que 98%	7,5	Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0	Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5	Menor que 95%	00	Resultado	Pontuação	0%	10	Acima de 0%	00
Resultado	Pontuação																								
Maior ou igual a 1	10																								
Menor que 1	00																								
Resultado	Pontuação																								
Maior ou igual a 98%	10																								
Maior ou igual a 97% e menor que 98%	7,5																								
Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0																								
Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5																								
Menor que 95%	00																								
Resultado	Pontuação																								
0%	10																								
Acima de 0%	00																								
85.Sobre o quantitativo de transceptores P25/APCO-25 no último dia do exercício, informe:	<u>Método de cálculo:</u> Percentual de transceptores (fixos, móveis e portáteis) em condições de uso, em relação ao estoque total: <table border="1" data-bbox="715 1856 1401 2040"> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 98%</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 97% e</td><td>7,5</td></tr> </table>	Resultado	Pontuação	Maior ou igual a 98%	10	Maior ou igual a 97% e	7,5																		
Resultado	Pontuação																								
Maior ou igual a 98%	10																								
Maior ou igual a 97% e	7,5																								

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS														
	<table> <tr> <td>menor que 98%</td><td></td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 96% e menor que 97%</td><td>5,0</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 95% e menor que 96%</td><td>2,5</td></tr> <tr> <td>Menor que 95%</td><td>00</td></tr> </table> <u>Método de cálculo:</u> Percentual de transceptores (fixos, móveis e portáteis) extraviados, furtados ou roubados, em relação ao estoque inicial do exercício: <table> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> <tr> <td>0%</td><td>20</td></tr> <tr> <td>Acima de 0%</td><td>00</td></tr> </table>	menor que 98%		Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0	Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5	Menor que 95%	00	Resultado	Pontuação	0%	20	Acima de 0%	00
menor que 98%															
Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0														
Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5														
Menor que 95%	00														
Resultado	Pontuação														
0%	20														
Acima de 0%	00														
86. Houve atividades como limpeza, vigilância, zeladoria terceirizadas?	SIM <u>Informe:</u> Quantidade dos contratos: Valor total dos contratos: NÃO														
87. Informe a quantidade de imóveis nos seguintes estados de conservação:															
Ótimo:															
Bom:															
Regular:															
Ruim:															
88. A Delegacia Seccional possui todos os dados referentes aos gastos com aluguel, água, luz, telefone e internet para todos os imóveis?	SIM <u>Informe o valor total gasto no exercício:</u> NÃO														
89. Informe a quantidade de sistemas informáticos utilizados pelo CPAM (ou CPI) e subunidades:	<u>Método de cálculo:</u> $\frac{Q_s}{Q_m} \times 20 = \text{até 20 pontos}$														

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS								
89.1.Sobre os sistemas informáticos utilizados pelo CPAM (ou CPI) e subunidades, informe quais: <u>Nome do Sistema;</u> <u>Detalhe sua utilização</u> <table> <tr> <td>Sistema 1</td><td>Detalhe 1</td></tr> <tr> <td>Sistema 2</td><td>Detalhe 2</td></tr> <tr> <td>...</td><td>...</td></tr> <tr> <td>Sistema n</td><td>Detalhe n</td></tr> </table>	Sistema 1	Detalhe 1	Sistema 2	Detalhe 2	...	...	Sistema n	Detalhe n	<u>Legenda:</u> Q_s = Quantidade de sistemas utilizados Q_m = Quantidade máxima de sistemas utilizados
Sistema 1	Detalhe 1								
Sistema 2	Detalhe 2								
...	...								
Sistema n	Detalhe n								
90.Sobre o efetivo de Oficiais do seu CPAM e subunidades, informe: Efetivo fixado: Efetivo existente (A): Total de dias de afastamento de oficiais: Número de oficiais que exerceram exclusivamente atividades na administração (P1, P2, P3, P4, P5, etc): Número de oficiais que passaram por curso/treinamento de atualização profissional em suas atividades (B):	<u>Método de cálculo:</u> $p = \frac{\frac{B}{A}}{2} \times 10 = 05 \text{ (pontuação máxima)}$								
91.Sobre o efetivo de Praças do seu CPAM e subunidades, informe: Efetivo fixado: Efetivo existente (A): Total de dias de afastamento de praças: Número de praças que exerceram exclusivamente atividades na administração (P1, P2, P3, P4, P5, etc): Número de praças que passaram por curso/treinamento de atualização profissional em suas	<u>Método de cálculo:</u> $p = \frac{\frac{B}{A}}{2} \times 10 = 05 \text{ (pontuação máxima)}$								

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
atividades (B):	

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questões Direcionadas à Corregedoria da Polícia Militar

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
92. Informe o número de Policiais Militares com PAD (Processo Administrativo Disciplinar).	Não pontuado
93. Informe o número de Policiais Militares indiciados em IP (Inquérito Policial) ou IPM (Inquérito Policial Militar).	Não pontuado
94. Informe o número de Policiais Militares demitidos.	Não pontuado

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questões Direcionadas à Superintendência da Polícia Técnico-Científica

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
95.Houve controle de absenteísmo dos Policiais?	SIM – 10
	NÃO – 00
96.Qual o sistema de radiocomunicação utilizado?	P25/APCO-25 <u>Informe:</u> Quantidade existente de transceptores (fixos, móveis e portáteis): Quantidade de ERBs (sites) que suportam o sistema P25/APCO-25: Quantidade de órgãos que compartilham as ERBs (sites) da Superintendência da Polícia Técnico-Científica: Valor total investido na aquisição de transceptores (fixos, móveis e portáteis):
	Digital e Analógico
	Analógico
96.1.Houve contrato(s) de suporte técnico para manutenção do sistema de radiocomunicação P25/APCO-25?	SIM <u>Informe:</u> Quantidade de contratos: Valor total do(s) contrato(s):
	NÃO
97.Sobre o efetivo policial no último dia do exercício, informe: Número fixado de Policiais: Número existente de Policiais: Número de Policiais na atividade pericial: Número de Policiais afastados por absenteísmo: Número de Policiais afastados para outro Órgão:	
98.Houve programa de recuperação de absenteísmo para a Superintendência da Polícia Técnico-Científica?	SIM – 10 <u>Informe o percentual de recuperação de policiais:</u>
	NÃO <u>Método de cálculo:</u>

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
	$\text{se } \frac{Na}{Ne} \geq 0,01 \rightarrow NF = 00$ $\text{se } \frac{Na}{Ne} < 0,01 \rightarrow NF = 10$ <u>Legenda:</u> <i>Na</i> = Nº afastados absenteísmo <i>Ne</i> = Nº efetivo de policiais <i>NF</i> = Nota Final da questão
99. Informe o número de Policiais com PAD (Processo Administrativo Disciplinar).	
100. Informe o número de Policiais indiciados em IP (Inquérito Policial).	
101. Informe o número de Policiais demitidos.	

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questões Direcionadas à Diretoria do Centro de Perícias

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
102. Houve planejamento das atividades periciais para diminuição do tempo de resposta no atendimento ao local de crime?	SIM Informe a quantidade de reuniões com os Diretores dos Núcleos de Perícias Criminalísticas:
	NÃO
103. Foram realizadas reuniões presenciais com cada um dos Diretores de Núcleo de Perícias Criminalísticas	SIM, com todos os Diretores – 10

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
para tratar de problemas inerentes a cada região de atuação?	SIM, com a maior parte dos Diretores – 05
	SIM, com a menor parte dos Diretores – 2,5
	NÃO – 00
104.O planejamento foi suficiente para a diminuição do tempo de resposta no atendimento a local de crime?	SIM – 10
	NÃO – 00 <u>Por quê?</u>

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Questões Direcionadas às Diretorias dos Núcleos de Perícias Criminalísticas

Instruções:

- A prestação dos dados refere-se ao exercício de 2017, salvo disposição em contrário;
- Os dados a serem fornecidos, inclusive de efetivo policial, viaturas, armamento, coletes balísticos e transceptores restringem-se ao seu Núcleo de Perícias Criminalísticas e subunidades;
- No planejamento integrado, devem ser observadas as atribuições constitucionais de cada força policial integrante do ciclo de polícia;
- Para que seja contabilizado, o compartilhamento das informações periciais deve extrapolar a interação cotidiana para o cumprimento das atividades do ciclo de polícia. Devem-se repassar dados úteis ao cumprimento das atribuições constitucionais das demais forças policiais;
- Entende-se por vultosas as operações em que a utilização de grande quantidade de agentes, recursos e insumos se faz necessária e/ou se tem a necessidade do apoio de outras forças policiais, de acordo com as respectivas atribuições dadas pela Constituição Federal de 1988;
- Operações de repercussão são aquelas sujeitas à ampla cobertura midiática e/ou apelo popular, e que podem provocar reações que necessitem da ação das demais forças que compõem o ciclo de polícia;
- Contabilize apenas cursos e treinamentos promovidos pela ACADEPOL ou custeados pela SPTC e que sejam direcionados à atividade-fim da corporação. Não contabilize os cursos de formação de policiais;

- Para informar o total de dias de afastamento de policiais, some todos os dias que cada policial ficou afastado ou impedido de exercer suas funções, exceto para treinamentos promovidos pela ACADEPOL ou custeados pela SPTC e que sejam direcionados à atividade-fim da corporação;
- Para informar o número de policiais que executaram exclusivamente tarefas administrativas, considere todos aqueles que executam tarefas que não constam das atribuições da sua carreira policial;
- Para calcular a quantidade de dias de indisponibilidade das viaturas, some os dias em que cada viatura ficou impossibilitada de realizar a atividade a que se destina, quer seu uso tenha sido solicitado ou não;
- O controle operacional das viaturas de quatro rodas refere-se ao uso do Relatório de Serviço Motorizado e posterior análise dos dados informados;
- A supervisão das atividades policiais nas viaturas de quatro rodas refere-se ao controle do paradeiro dos veículos em uso, se possível em tempo real e com auxílio de tecnologia GPS;
- Para calcular proporção entre o número de equipamentos (armamento policial, coletes balísticos e transceptores) e o efetivo existente, divida o número de equipamentos pelo efetivo de existente de policiais. Considere apenas os equipamentos e policiais do seu Núcleo de Perícias Criminalísticas e subunidades. Os equipamentos sem condições de uso ou aguardando manutenção não devem ser considerados.

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
105.Houve planejamento das atividades periciais visando a diminuir o tempo de resposta em local de crime nos casos de homicídio, roubo, furto e latrocínio?	SIM – 20
	NÃO – 00
106.Houve planejamento das atividades periciais visando a aperfeiçoar o uso dos recursos e insumos?	SIM – 10
	NÃO – 00
107.O planejamento das atividades periciais envolveu reuniões com os chefes das Equipes de Perícias do seu Núcleo?	SIM – 10 <u>Quantidade de reuniões:</u>
	NÃO – 00
108.Houve planejamento das atividades do ciclo de polícia em conjunto com outras forças policiais (integração das forças policiais estaduais)?	SIM <u>Quantidade de eventos de planejamento:</u>
	NÃO
109.Selecione as forças policiais que participaram do planejamento conjunto das atividades integradas. (É possível selecionar mais de uma opção)	☒ Polícia Civil – 10 ☒ Superintendência da Polícia Técnico-Científica – 10 ☒ Outras. Quais:

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
110.O Núcleo foi previamente informado sobre a realização de operações vultosas e/ou de repercussão, realizadas por outras forças policiais?	SIM
	NÃO
111.Como foi realizado o controle operacional das viaturas policiais de quatro rodas?	Por meio de sistema informatizado – 10
	De forma manual – 05
	De outra forma. – 05 <u>Especifique:</u>
	Não houve controle operacional das viaturas – 00
111.1.Informe o total de quilômetros rodados de todas as viaturas.	
112.Como foi realizada a supervisão das atividades das viaturas policiais de quatro rodas?	Por meio de sistema informatizado, com geolocalização – 10
	Por meio de sistema informatizado, sem geolocalização – 05
	De forma manual – 2,5
	De outra forma. – 2,5 <u>Especifique:</u>
	Não há supervisão das atividades – 00
113.O número de policiais disponíveis para conduzir as viaturas policiais foi suficiente no exercício?	SIM – 10
	NÃO – 00
114.O Núcleo dispôs de todos os equipamentos e insumos necessários para realização dos trabalhos de perícia no exercício?	SIM – 10
	NÃO – 00 <u>Informe até 03 (três) equipamentos/insumos:</u>
115.Sobre viaturas policiais de quatro rodas, informe:	<u>Método de cálculo:</u>
Quantidade de viaturas existentes no último dia do exercício (A):	$Q = \frac{B}{A} \times 10$
Quantidade de viaturas em condições de uso no último dia do exercício (B):	$\text{se } Q \leq 2 \rightarrow NF = 00 \text{ pontos}$

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
Quantidade de viaturas com computação embarcada no último dia do exercício: Valor total gasto na manutenção das viaturas policiais, excluindo-se substituição de pneus e baterias: Valor total gasto com substituição de pneus: Valor total gasto com substituição de baterias: Valor total gasto com combustíveis, óleos e derivados:	$\text{se } Q > 2 \rightarrow NF = Q \text{ pontos}$ <u>Legenda:</u> A = Quantidade de viaturas existentes B = Quantidade de viaturas em condições de uso Pontuação Máxima = 10 pontos
115.1.Houve controle de indisponibilidade de viaturas de quatro rodas?	SIM <u>Informe a soma da quantidade de dias que qualquer viatura ficou indisponível para a atividade policial (C):</u> <u>Método de cálculo:</u> $Q = \left(1 - \frac{C}{A \times 365}\right) \times 10$ $\text{se } Q \leq 2 \rightarrow NF = 00 \text{ pontos}$ $\text{se } Q > 2 \rightarrow NF = Q \text{ pontos}$ <u>Legenda:</u> 365 = N° de dias do exercício A = Quantidade de viaturas existentes C = Soma da quantidade de dias que qualquer viatura ficou indisponível Pontuação Máxima = 10 pontos
	NÃO – 00 ponto
116.Sobre o quantitativo de armamentos no último dia do exercício, informe:	<u>Método de cálculo:</u> Proporção entre o número de armamento inicial (pistola e revólver) em condições de uso e o efetivo policial existente:

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS																								
	<table border="1" data-bbox="786 293 1377 477"> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 1</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Menor que 1</td><td>00</td></tr> </table> <u>Método de cálculo:</u> Percentual de armamento policial (pistola e revólver) em condições de uso, em relação ao estoque total: <table border="1" data-bbox="738 741 1425 1176"> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 98%</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 97% e menor que 98%</td><td>7,5</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 96% e menor que 97%</td><td>5,0</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 95% e menor que 96%</td><td>2,5</td></tr> <tr> <td>Menor que 95%</td><td>00</td></tr> </table> <u>Método de cálculo:</u> Percentual de armamento extraviado, furtado ou roubado, em relação ao estoque inicial do exercício: <table border="1" data-bbox="786 1406 1377 1590"> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> <tr> <td>0%</td><td>20</td></tr> <tr> <td>Acima de 0%</td><td>00</td></tr> </table>	Resultado	Pontuação	Maior ou igual a 1	10	Menor que 1	00	Resultado	Pontuação	Maior ou igual a 98%	10	Maior ou igual a 97% e menor que 98%	7,5	Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0	Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5	Menor que 95%	00	Resultado	Pontuação	0%	20	Acima de 0%	00
Resultado	Pontuação																								
Maior ou igual a 1	10																								
Menor que 1	00																								
Resultado	Pontuação																								
Maior ou igual a 98%	10																								
Maior ou igual a 97% e menor que 98%	7,5																								
Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0																								
Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5																								
Menor que 95%	00																								
Resultado	Pontuação																								
0%	20																								
Acima de 0%	00																								
117.Sobre o quantitativo de coletes balísticos no último dia do exercício, informe:	<u>Método de cálculo:</u> Proporção entre o número de coletes balísticos em condições de uso e o efetivo policial existente: <table border="1" data-bbox="786 1825 1377 2009"> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 1</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Menor que 1</td><td>00</td></tr> </table>	Resultado	Pontuação	Maior ou igual a 1	10	Menor que 1	00																		
Resultado	Pontuação																								
Maior ou igual a 1	10																								
Menor que 1	00																								

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS																		
	<u>Método de cálculo:</u> Percentual de coletes balísticos em condições de uso, em relação ao estoque total: <table border="1" data-bbox="738 474 1422 907"> <thead> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Maior ou igual a 98%</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 97% e menor que 98%</td><td>7,5</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 96% e menor que 97%</td><td>5,0</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 95% e menor que 96%</td><td>2,5</td></tr> <tr> <td>Menor que 95%</td><td>00</td></tr> </tbody> </table> <u>Método de cálculo:</u> Percentual de coletes balísticos extraviados, furtados ou roubados, em relação ao estoque inicial do exercício: <table border="1" data-bbox="785 1176 1375 1359"> <thead> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0%</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Acima de 0%</td><td>00</td></tr> </tbody> </table>	Resultado	Pontuação	Maior ou igual a 98%	10	Maior ou igual a 97% e menor que 98%	7,5	Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0	Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5	Menor que 95%	00	Resultado	Pontuação	0%	10	Acima de 0%	00
Resultado	Pontuação																		
Maior ou igual a 98%	10																		
Maior ou igual a 97% e menor que 98%	7,5																		
Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0																		
Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5																		
Menor que 95%	00																		
Resultado	Pontuação																		
0%	10																		
Acima de 0%	00																		
118.Sobre o quantitativo de transceptores P25/APCO-25 no último dia do exercício, informe:	<u>Método de cálculo:</u> Percentual de transceptores (fixos, móveis e portáteis) em condições de uso, em relação ao estoque total: <table border="1" data-bbox="738 1628 1422 1995"> <thead> <tr> <th>Resultado</th><th>Pontuação</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Maior ou igual a 98%</td><td>10</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 97% e menor que 98%</td><td>7,5</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 96% e menor que 97%</td><td>5,0</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 95% e menor que 96%</td><td>2,5</td></tr> </tbody> </table>	Resultado	Pontuação	Maior ou igual a 98%	10	Maior ou igual a 97% e menor que 98%	7,5	Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0	Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5								
Resultado	Pontuação																		
Maior ou igual a 98%	10																		
Maior ou igual a 97% e menor que 98%	7,5																		
Maior ou igual a 96% e menor que 97%	5,0																		
Maior ou igual a 95% e menor que 96%	2,5																		

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS							
	Menor que 95%	00						
	<u>Método de cálculo:</u> Percentual de transceptores (fixos, móveis e portáteis) extraviados, furtados ou roubados, em relação ao estoque inicial do exercício: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Resultado</th> <th>Pontuação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0%</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td>Acima de 0%</td> <td>00</td> </tr> </tbody> </table>		Resultado	Pontuação	0%	20	Acima de 0%	00
Resultado	Pontuação							
0%	20							
Acima de 0%	00							
119.Houve atividades como limpeza, vigilância, zeladoria e copeiragem terceirizadas?	SIM							
	<u>Informe:</u> Quantidade de contratos: Valor total dos contratos:							
	NÃO							
120.Informe a quantidade de imóveis em cada estado de conservação:								
Ótimo:								
Bom:								
Regular:								
Ruim:								
121.A Delegacia Seccional possui todos os dados referentes aos gastos com aluguel, água, luz, telefone e internet para todos os imóveis?	SIM							
	<u>Informe o valor total gasto no exercício:</u>							
	NÃO							
122.Sobre a sede do Núcleo, informe:	Própria							
	Compartilhada com a Polícia Civil							
	Compartilhada com a Polícia Militar							
	Compartilhada com outro Órgão ou Entidade							

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS										
	Alugado										
123. Informe a quantidade de sistemas informáticos utilizados pelo Núcleo de Perícias e subunidades: 123.1. Sobre os sistemas informáticos utilizados pelo Núcleo de Perícias e subunidades, informe quais: <table> <tr> <td><u>Nome do Sistema;</u></td><td><u>Detalhe sua utilização</u></td></tr> <tr> <td>Sistema 1</td><td>Detalhe 1</td></tr> <tr> <td>Sistema 2</td><td>Detalhe 2</td></tr> <tr> <td>...</td><td>...</td></tr> <tr> <td>Sistema n</td><td>Detalhe n</td></tr> </table>	<u>Nome do Sistema;</u>	<u>Detalhe sua utilização</u>	Sistema 1	Detalhe 1	Sistema 2	Detalhe 2	...	...	Sistema n	Detalhe n	<u>Método de cálculo:</u> $\frac{Q_s}{Q_m} \times 20 = \text{até 20 pontos}$ <u>Legenda:</u> Q_s = Quantidade de sistemas utilizados Q_m = Quantidade máxima de sistemas utilizados
<u>Nome do Sistema;</u>	<u>Detalhe sua utilização</u>										
Sistema 1	Detalhe 1										
Sistema 2	Detalhe 2										
...	...										
Sistema n	Detalhe n										
124. Informe o tempo médio de resposta de atendimento em local de crime (em minutos) para os seguintes delitos: Homicídio: Roubo: Furto: Latrocínio:											
125. Informe a quantidade de laudos periciais emitidos.											
126. Todos os laudos periciais são vinculados a um número de inquérito policial ou boletim de ocorrência?	SIM										
	NÃO										
127. Sobre o efetivo de Peritos Criminais do seu Núcleo de Perícias Criminalísticas, informe: Efetivo fixado: Efetivo existente (A): Efetivo em atividade: Número de Peritos Criminais que exerceram exclusivamente funções de	<u>Método de cálculo:</u> $p = \frac{\frac{B}{A}}{3} \times 10 = 3,33 \text{ (pontuação máxima)}$										

QUESITOS	PONTUAÇÕES / CÁLCULOS
perícia: Número de Peritos Criminais que executaram exclusivamente tarefas administrativas: Número de Peritos Criminais que passaram por curso/treinamento de atualização profissional em suas atividades (B): Total de dias de afastamento:	
128.Sobre o efetivo das demais carreiras do seu Núcleo de Perícias Criminalísticas, informe: Efetivo fixado: Efetivo existente (A): Efetivo em atividade: Número de policiais que exerceram exclusivamente funções de perícia: Número de policiais que executaram exclusivamente tarefas administrativas: Número de policiais que passaram por curso/treinamento de atualização profissional em suas atividades (B): Total de dias de afastamento:	<u>Método de cálculo:</u> $p = \frac{B}{A} \times 20 = 6,67 \text{ (pontuação máxima)}$

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário. Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram – ou o foram apenas superficial e inadequadamente – abordadas nos itens acima. Obrigado.

Fórmula Geral:

$$i - \text{SEG} = \frac{((\text{PM} \times 4) + (\text{PC} \times 3) + (\text{SPTC} \times 2) + (\text{SSP} \times 1))}{10}$$

Legenda:

PC – Polícia Civil

PM – Polícia Militar

SPTC – Superintendência da Polícia Técnico-Científica

SSP – Secretaria de Segurança Pública

Composição:

•Secretaria de Segurança Pública

$$\text{SSP} = \frac{\sum \text{pontos}}{c} \times R_{\text{SSP}}$$

Legenda:

$c = 60$ pontos possíveis

R_{SSP} – Redutor aplicado à pontuação do Secretário de Segurança Pública

•Polícia civil

$$\text{PC} = \frac{(\text{D}_1 \times 1) + (\text{D}_2 \times 1) + (\text{D}_3 \times 8)}{10}$$

Legenda:

D_1 = Pontuação do Delegado Geral

$D_1 = \frac{\sum \text{pontos}}{c} \times R_1$, em que $c = 40$ (pontos possíveis)

R_1 = Redutor aplicado à pontuação do Delegado Geral

D_2 = Pontuação dos Delegados do DECAP, DEINTER (1-10), DEMACRO

$D_{2i} = \frac{\sum \text{pontos}}{c}$, em que $c = 20$ (pontos possíveis), para cada um dos 12 Departamentos.

$D_2 = \frac{\sum D_{2i}}{n}$, em que $n = 12$ (número de Departamentos analisados)

D_3 = Delegados Seccionais

$D_{3i} = \frac{\sum \text{pontos}}{c} \times R_{\text{DS}}$, para cada um dos 70 Delegados Seccionais, em que $c = 260$ (pontos possíveis)

R_{DS} = Redutor da pontuação do Delegado Seccional

$D_3 = \frac{\sum D_{3i}}{n}$, em que $n = 70$ (número de delegacias seccionais analisadas).

•Polícia Militar

$$PM = \frac{(C_1 \times 1) + (C_2 \times 1) + (C_3 \times 8)}{10}$$

Legenda:

C_1 = Comandante Geral

$C_1 = \frac{\sum pontos}{c} \times R_1$, em que

$c = 40$ (pontos possíveis)

R_1 = Redutor aplicado à pontuação do Comandante Geral

C_2 = Comandantes de CPC, CPM e CPIs (1-10)

$C_{2i} = \frac{\sum pontos}{c}$, em que $c = 20$ (pontos possíveis), para cada um dos 12 Grandes Comandos.

$C_2 = \frac{\sum C_{2i}}{n}$, em que $n = 12$ (número de Grandes Comandos analisados)

C_3 = Comandantes de CPA-Ms e CPIs (1-10)

$C_{3i} = \frac{\sum pontos}{c} \times R_{CPAM}$, para cada um dos 22 Comandos analisados, em que

$c = 270$ (pontos possíveis)

R_{CPAM} = Redutor da pontuação de cada Comando Analisado

$C_3 = \frac{\sum C_{3i}}{n}$, em que $n = 22$ (número de Comandos analisados).

•Superintendência da Polícia Técnico-Científica

$$PTC = \frac{(P_1 \times 1) + (P_2 \times 1) + (P_3 \times 8)}{10}$$

Legenda:

P_1 = Superintendente

$P_1 = \frac{\sum pontos}{c} \times R_1$, em que

$c = 20$ (pontos possíveis)

R_1 = Redutor aplicado à pontuação do Superintendente

P_2 = Diretor do Instituto de Criminalística

$P_2 = \frac{\sum pontos}{c}$, em que $c = 20$ (pontos possíveis).

P_3 = Pontuação dos Diretores de Núcleos de Perícia

$P_{3i} = \frac{\sum pontos}{c} \times R_{NP}$, para cada um dos 12 Núcleos de Perícia, em que

$c = 250$ (pontos possíveis)

R_{NP} = Redutor da pontuação de cada Núcleo de Perícia analisado

$P_3 = \frac{\sum P_{3i}}{n}$, em que $n = 12$ (número de Núcleos de Perícia analisados).

Redutores:

•Secretário de Segurança Pública

Cálculo do redutor:

igc = índice geral de criminalidade

i_h = índice de homicídio

i_l = índice de latrocínio

i_r = índice de roubo

i_f = índice de furto

p = nota do questionário

R_{ssp} = redutor

Para os índices acima, é calculada a diferença entre o exercício referente às questões do i-SEG e o exercício anterior para verificar se houve aumento ou diminuição destes.

$$\Delta_i = i_{\text{exercício}} - i_{\text{exercício anterior}}$$

Para cada índice que aumenta, soma-se 20% ao redutor da nota total.

$\Delta_i \leq 0$	$r = 1$, se os índices diminuírem.
$\Delta_i > 0$	Para cada índice que aumentou, o redutor perde 0,2.

Exemplo:

Se em determinado exercício, os índices de homicídio e furto aumentaram, o redutor será de 0,6, ou seja, $R_{ssp} = (1 - (0,2 + 0,2))$.

Cálculo da nota:

$$n = p \times r$$

•Delegado Geral(D₁), Comandante Geral(C₁) e Superintendente(P₁)

$$R_1 = 1 - \frac{(E - P) + Ab + Af}{F}, \text{ com 2 casas decimais}$$

Legenda:

E = Efetivo existente

P = Efetivo em atividade-fim

Ab = Efetivo em absenteísmo

Af = Efetivo afastado para outros órgãos

F = Efetivo fixado

p = Pontuação no questionário

R_1 = Redutor

Cálculo da Nota:

$$D_1, C_1, P_1 = p \times r$$

•Delegados Seccionais - D₃

Cálculo do redutor:

$$r = \frac{\left(\frac{E_D - A_D}{F_D}\right) + \left(\frac{E_C - (A_C + P_C)}{F_C}\right)}{2}, \text{ com 2 casas decimais}$$

Legenda:

E_D = Efetivo existente – Delegados de Polícia:

A_D = Quantidade em administrativo - Delegados de Polícia

F_D = Efetivo fixado – Delegados de Polícia

E_C = Efetivo existente – demais carreiras

A_C = Quantidade em administrativo – demais carreiras

P_C = Quantidade em plantão – demais carreiras

F_C = Efetivo fixado – demais carreiras

P = Pontuação no questionário

R_{DS} = Redutor

Cálculo da nota:

$$D_3 = p \times r$$

•Comandantes de CPA-Ms e CPI (1-10) – C₃

Cálculo do redutor:

$$R_{CPAM} = \frac{\left(\frac{E_o - A_o}{F_o}\right) + \left(\frac{E_p - A_p}{F_p}\right)}{2}, \text{ com 2 casas decimais.}$$

Legenda:

E_o = Efetivo existente - Oficiais

A_o = Efetivo administrativo - Oficiais

F_o = Efetivo fixado – Oficiais

E_p = Efetivo existente - Praças

A_p = Efetivo administrativo - Praças

F_p = Efetivo fixado – Praças

p = Pontuação no questionário

Cálculo da nota:

$$C_3 = p \times r$$

•Diretores de Núcleos de Perícias – P₃

Cálculo do redutor:

$$r = \frac{\left(\frac{E_P - A_P}{F_P}\right) + \left(\frac{E_C - A_C}{F_C}\right)}{2}, \text{ com 2 casas decimais.}$$

Legenda:

E_P = Efetivo existente – Peritos Criminais

A_P = Efetivo administrativo - Peritos Criminais

F_P = Efetivo fixado – Peritos Criminais

E_C = Efetivo existente – demais carreiras

A_C = Efetivo administrativo – demais carreiras

F_C = Efetivo fixado – demais carreiras

p = Pontuação no questionário

r = Redutor

Cálculo da nota:

$$P_3 = p \times r$$

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Segurança Pública
Pontos máximos: 1000 Pontos mínimos: 000	i-SEG: 20%

5.

Composição final do IEG-E/TCESP

Como o IEG-E/TCESP é um indicador perene, apresentando seus resultados anualmente em faixas, evitando-se assim a exposição numérica de ranking.

A listagem com o ranking será apresentada exclusivamente à alta administração da Corte de Contas paulista – Exmos. Conselheiros – e à Secretaria-Diretoria Geral – responsável pelo planejamento das

ações fiscalizatórias – que receberá também as diversas matrizes de risco para encaminhamento ao Pessoal da Fiscalização.

Para as secretarias auditadas, órgãos de controle, sociedade e demais interessados, os resultados do IEG-E/TCESP serão apresentados em 05 faixas de resultado, preservando os valores numéricos calculados.

MÉTRICA DE CÁLCULO DO IEG-E/TCESP MODELO MATEMÁTICO

$$\text{IEG-E/TCESP} = (\text{i-EDUC} + \text{i-SAÚDE} + \text{i-PLAN} + \text{i-FISCAL} + \text{i-SEG}) / 5$$

6.

Faixas de resultado

As faixas de resultado são a representação por notas (A, B+, B, C+ e C) e de forma gráfica dos enquadramentos das prefeituras frente às dimensões auditadas pelo resultado final do IEG-E/TCESP. Cada faixa é caracterizada da seguinte forma:

NOTA A: ALTAMENTE EFETIVA;

NOTA B+: MUITO EFETIVA;

NOTA B: EFETIVA;

NOTA C+: EM FASE DE ADEQUAÇÃO;

NOTA C: BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO

OBSERVAÇÃO: a proposta do IEG-E/TCESP é avaliar a efetividade da gestão estadual como um todo, sem estimular a exclusiva atenção do gestor público para apenas uma ou algumas das dimensões analisadas. Seu objetivo é demonstrar, naturalmente, as áreas que demandam maior qualidade nos gastos públicos, porém a gestão estadual altamente efetiva é aquela que considera todos os aspectos do bem-estar social.

As notas obedecerão aos seguintes critérios:

Notas	Critérios
A	IEG-E com pelo menos 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A
B+	IEG-E entre 75% e 89,99% da nota máxima
B	IEG-E entre 60% e 74,99% da nota máxima
C+	IEG-E entre 50% e 59,99% da nota máxima
C	IEG-E menor ou igual a 49,99%

7.

Regras das faixas de resultado

Com o objetivo de permitir maior controle da efetividade do Estado, ajustado pelos modelos matemáticos aplicados, e considerando a necessidade de implemento de controles constitucionais e legais no IEG-E/TCESP, ficam observadas as seguintes regras para aplicação das faixas de resultado:

I) IEG-E/TCESP: NOTA A – FAIXA ALTAMENTE EFETIVA - o estado deve possuir pelo menos 05 (cinco) notas A nos índices componentes;

II) DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA DO i-EDUC: quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 30% na Educação;

III) DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA DO i-SAÚDE: quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 12% na Saúde;

IV) DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA DO i-FISCAL: quando não ocorrer o repasse dos duodécimos no prazo legal (arts. 165, §9º e art. 168 da CF);

V) DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA DO i-FISCAL: quando ultrapassar o limite máximo de gasto com pessoal (49%);

VI) DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA DO i-FISCAL: quando ultrapassar o limite máximo de endividamento (200% da RCL);

VII) ÍNDICE COMPONENTE - REALOCAÇÃO PARA A FAIXA DE RESULTADO DE NOTA C – BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO: quando não observar o contido do artigo 29-A da Constituição Federal.

8.

Considerações Finais

Acredita-se que a institucionalização de um índice aos moldes do IEG-E por parte do TCESP proporcionará uma robusta ferramenta analítica e que servirá para disseminar a cultura da disciplina fiscal e do cumprimento efetivo de programas e ações públicas constantes dos instrumentos de planejamento do Estado de São Paulo.

Tratando de efetividade, a reflexão que se impõe é: até que ponto o ente público está sacrificando a gestão orçamentária ideal para obter melhores resultados fiscais? Ou seja, a conquista de um bom desempenho fiscal (endividamento, caixa, níveis dos gastos, superávit) foi conseguido ao custo de cortes em áreas prioritárias como segurança, saúde, educação, infra-estrutura?; ou foi por aumento da carga tributária (receita)? Ou foi por redução em investimentos?

Espera-se que o IEG-E ora desenvolvido seja um indicador capaz de captar os diversos aspectos da efetividade da administração pública: o desempenho fiscal, o planejamento e equilíbrio orçamentário e a efetividade dos programas e ações públicas, evitando premiar aqueles entes que vão extremamente bem em apenas um dos quesitos.

9.

Referências Bibliográficas

i-EDUC

ARAÚJO, Carlos Henrique & LUZIO, Nildo, *Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil*, Brasília: INEP, 2005. Disponível em:

<http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B586C4B19-8E02-4D73-B8F2-B61C43F45069%7D_miolo_Avalia%C3%A7%C3%A3o%20e%20Qualidade%20Educa%C3%A7%C3%A3oB%C3%A1sica.pdf>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Manual Operacional para Profissionais de Saúde e Educação: promoção da alimentação saudável nas escolas*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em:

<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_operacional_profissionais_saude_educacao.pdf>. Acessado em julho de 2017.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 08/2010, aprovado em 05 de maio de 2010. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15074&Itemid=866>.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 09/2009, aprovado em 02 de abril de 2009. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12745&Itemid=866>.

BROOKE, Nigel & CUNHA, Maria Amália de A., *A Avaliação Externa como Instrumento de Gestão Educacional nos Estados*, GAME/FAE/UFGM: Belo Horizonte, 2011, Disponível em:

<<http://www.fvc.org.br/pdf/livro2-01-avaliacao.pdf>>.

BROOKE, Nigel & SOARES, José Francisco (orgs.), *Pesquisa em Eficácia Escolar: origem e trajetória*, Belo Horizonte: UFGM, 2008.

CASTRO, Maria Helena Guimarães, *Sistemas de Avaliação da Educação no Brasil: avanços e novos desafios*, in São Paulo Perspec. , v. 23: São Paulo, 2009. Disponível em:

<http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_01.pdf>.

CECANE-UNIFESP, *Manual para Aplicação dos Testes de Aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE*, 2010. Disponível em:

<file:///C:/Users/mfarbelow/Downloads/manual_aplicacao_testes_de_aceitabilidade_pnae.pdf>.

Acessado em 16/06/2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. *Decreto Estadual nº 55.080*, de 25 de novembro de 2009. Dispõe sobre o fornecimento de alimentação escolar aos alunos da rede pública estadual. Disponível em:

<<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/5fb5269ed17b47ab83256cfb00501469/d0bca043a63785a30325767a00489edc?OpenDocument>>. Acesso em junho de 2017.

FELÍCIO, Fabiana & FERNANDES, Reynaldo, *O Efeito da Qualidade da Escola Sobre o Desempenho Escolar: uma avaliação do ensino fundamental no estado de São Paulo*, s/data. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A157.pdf>>.

KELLAGHAN, Thomas & GEANEY, Vicent & MURRAY, T. Scott, *O Uso dos Resultados da Avaliação do Desempenho Educacional*, trad. port. Alexandre Sabine, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011;

LAPO, Flavinês Rebole e BUENO, Belmira Oliveira. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. *Cad. Pesqui.* [online]. 2003, n.118, pp. 65-88. ISSN 0100-1574. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16830.pdf>>.

LIBÂNEO, José Carlos & OLIVEIRA, João Ferreira & TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização*, São Paulo: Cortez, 2012.

MARCHESI, Álvaro & MARTÍN, Elena. *Qualidade do Ensino em Tempos de Mudança*. Porto Alegre: ARTIMED, 2003.

Resolução Federal CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

SÃO PAULO. Resolução SE 2, de 08 de Janeiro de 2017. Estabelece Diretrizes e critérios para a formação de classes de alunos, nas unidades escolares da rede estadual de ensino. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/2_16.HTM?Time=23/02/2017%2009:04:16>.

i-SAÚDE

BARRADAS BARATA, Luiz Roberto et al. Comparação de grupos hospitalares no Estado de São Paulo. *Revista de Administração em Saúde*. São Paulo, v. 11, nº 42, p. 8-15, jan-mar 2009. Disponível em: <http://www.cqh.org.br/portal/pag/anexos/baixar.php?p_ndoc=213&p_nanexo=%2099>. Acesso em 13/06/2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. *Caderno de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores: 2013-2015* / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Articulação Interfederativa. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 156 p.: il. – (Série Articulação Interfederativa; v. 1)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue* / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 160 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

COHEN, Ernesto. *Avaliação de projetos sociais* / Ernesto Cohen, Rolando Franco. 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CRUZ, Flávio da. *Auditoria Governamental* / Flávio da Cruz. – 3ª ed. – 2. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

Indicadores de desempenho do Sistema Único de Saúde – IDSUS, Ministério da Saúde, 2013 Disponível em: < <http://idsus.saude.gov.br/documentos.html>>. Acesso em set 2017

Indicadores de Saúde do Estado de São Paulo / Coordenação : Gerusa Figueiredo e Suely Vanin – São Paulo: SES/SP, 2010

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil/Paulo de Martino Jannuzzi. 3ª Ed. 2ª impressão Campinas, SP: Alínea, 2006. 141 p.

MAPELLI JÚNIOR, Reynaldo. Direito Sanitário/ Reynaldo Mapelli Júnior, Mário Coimbra, Yolanda Alves Pinto Serrano de Matos. – São Paulo: Ministério Público, Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cível e de Tutela Coletiva, 2012. 312p.

Parâmetros para o Planejamento e Dimensionamento da Força de Trabalho em Hospitais Gerais. Cecil Coelho Júnior e Sayuri Tanaka Maeda. São Paulo: SES/SP, 2006.

SANTOS, Lenir. SUS e a Lei Complementar 141 comentada / Lenir Santos. Campinas, SP: Saberes Editora, 2012.

i-PLAN e i-FISCAL

ATRICON. Resolução nº 06/2016 – Receita e Renúncia de Receita. Disponível em <http://www.atricon.org.br/normas/resolucao-atricon-no-062016-receita-e-renuncia-de-receita/>. Acesso em 10/10/2017.

BRASIL. Lei Complementar 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

EPE – Empresa de Pesquisa Energética. Ministério de Minas e Energia. Caracterização do Cenário Econômico para os próximos 10 anos (2015-2024). Nota Técnica DEA 12/2015. Rio de Janeiro. Agosto/2015. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/S%C3%A9rie%20Estudos%20de%20Energia/DEA%2012-15%20NT%20Cenario%20economico%202015-2024vf.pdf>>. Acesso em 12/01/2017.

FIRJAN. A Situação fiscal dos estados brasileiros. Abril/2017. Disponível em <http://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/a-situacao-fiscal-dos-estados.htm#pubAlign>. Acesso em 09/10/2017.

FMI - Fundo Monetário Internacional. Transparência das ações e das contas públicas. Brasil-Estado de São Paulo. Dezembro/2008.

GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público. Caderno de estudos, São Paulo, FIECAFI, nº 21 – Maio a Agosto/1999.

GOBETTI, Sérgio Wulff e KLERING, Luis Roque. Índice de Responsabilidade Fiscal e Qualidade de Gestão: uma análise combinada baseada em indicadores de Estados e Municípios. Brasília: ESAF, 2007. Monografia premiada com o primeiro lugar no XII Prêmio Tesouro Nacional – 2007. Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília (DF).

MF. Ministério da Fazenda. Portaria nº 306 de 10/09/2012. Dispõe sobre a análise da capacidade de pagamento e outras providências.

PIRES, Valdemir. Orçamento participativo: o que é, para que serve, como se faz. São Paulo: Ed. Manole, 2001.

ROSSATO, Patrícia de Oliveira; BRAGA, Joyce Andrade. Orçamento Participativo: As audiências públicas como mecanismo de transparência. Trabalho de Conclusão de Curso. 2015. Pós Graduação em Gestão Pública Municipal. UFRJ.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. Estado de São Paulo e suas Regionalizações. Disponível em:
<<http://produtos.seade.gov.br/produtos/divpolitica/index.php?page=tabela&action=load&nivel=30>>.
Acesso em 30/09/2015.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. Portaria nº 543 de 18/09/2012. Aprova os conceitos e procedimentos da Portaria de Capacidade de Pagamento.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP – 6ª. edição, 2014.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. Séries Temporais – Necessidade de financiamento do setor público – Resultado Primário. 2017. Disponível em:
<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/series_temporais/principal.aspx?subtema=7#ancora_consulta>.
Acesso em 28/01/2017.

TCEMG. Relatório sobre a macrogestão e contas do governo do Estado de Minas Gerais – Exercício de 2013. Disponível em:
<<http://www.tce.mg.gov.br/img/PrestacaoContasEstado/2013/RelatorioTecnico.pdf>>. Acesso em: 24/09/2015.

TCESP. IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal. 2014. Disponível em:
<http://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/manual-iegm-tcesp_0_0.pdf>. Acesso em: 07/08/2015.

VELTEN, Simone Reinholz. A participação popular no processo de planejamento, execução e fiscalização do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Estudo de caso com as Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado do Espírito Santo. Monografia UFES. Vitória, 2003.

i-SEG

BRASIL Constituição. 1988. Constituição República Federativa do Brasil.

SÃO PAULO Constituição. 1989. Constituição Estadual de São Paulo.

ANOTAÇÕES

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões. Não deixe de indicar, por favor, aquilo que você considera relevante.

Obrigado.

ANOTAÇÕES

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões. Não deixe de indicar, por favor, aquilo que você considera relevante.

Obrigado.

ANOTAÇÕES

Utilize o espaço abaixo para registrar suas impressões, comentários e sugestões. Não deixe de indicar, por favor, aquilo que você considera relevante.

Obrigado.

Coordenação

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Supervisão

Secretário-Diretor Geral Sérgio Ciquera Rossi

Conteúdo

Abilio Licinio dos Santos Silva

Allyson Freitas

Andrea Madureira Gomes de Oliveira

Andrey Fernando da Silva Ribeiro

Antonio Carlos Luz Magalhães

Breno Araujo do Vale

Carlos André de Carvalho

Carlos Ricardo Serrano

César Schneider

Daniel Luiz Pereira Ribeiro

Josinaldo Sebastião de Souza Silva

Lilian Cristina Menino Robles

Márcia Cristina Vieira de Souza

Márcia Harumi Hirata

Marcos Portella Miguel

Mário Henrique Farbelow

Mário Milane da Matta Neto

Mauro Cezar Pereira Ribeiro

Otoniel Arruda Costa

Renata Luciana dos Reis Magalhães

Rodney José Idankas

Sérgio Teruo Nakahara

Sidney Sarmiento de Souza

Stanislaw Augustus dos Santos Zago

Vanessa Sousa Arakaki

Vinicius Rodrigues Laterza

Wagner da Encarnação Ferreira

Colaboração

Revista do TCESP

Coordenadoria de Comunicação Social